

PPAs Territoriais Participativos



Edição Especial

Apresentação

O fortalecimento do planejamento público no Brasil e, em consequência, a ampliação do alcance e da efetividade das políticas públicas, demanda intenso diálogo federativo. Por isso, o Ministério do Planejamento vem desenvolvendo, desde 2012, um processo de capacitação de agentes estaduais e municipais para elaboração e gestão dos Planos Plurianuais, a partir de um programa que envolve forte articulação federativa.

No curso dessa iniciativa, algumas parcerias têm sido fundamentais. As Secretarias Estaduais de Planejamentos, via o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento – CONSEPLAN, a Frente Nacional de Prefeitos – FNP, e os mais de 30 consórcios intermunicipais multifinalitários que aceitaram o desafio de planejar o desenvolvimento dos seus territórios conjuntamente com a sociedade civil, entendendo o caráter estratégico do Plano, a importância da participação social e da articulação federativa.

A qualificação do planejamento e da gestão nos três entes da federação e as possibilidades ampliadas de diálogo daí emanadas são condições essenciais para a articulação dos objetivos do desenvolvimento dos territórios com os de um projeto verdadeiramente nacional. O que nos move é a constituição de um Sistema Nacional de Planejamento, democrático e republicano.

Esta edição especial reúne os Planos Plurianuais Territoriais Participativos – PTPs de 13 consórcios intermunicipais, que representando 181 municípios e 4,9 milhões de habitantes. A primeira parte apresenta os sumários-executivos de oito consórcios que estão sendo entregues oficialmente ao Ministério do Planejamento em dezembro de 2014, a saber: Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica – BA; Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Portal do Sertão – BA; Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê – BA; Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional dos Lagos Maranhenses – MA; Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional dos Vales do Turi e Gurupi – MA; Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba – MG; Consórcio Intermunicipal de Velho Coronel – SC e o Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – RN.

A segunda parte reúne os PTPs de 5 consórcios entregues oficialmente ao Ministério do Planejamento, em Setembro de 2014: Consórcio Intermunicipal do Tapajós – PA; Consórcio Intermunicipal da Fronteira – SC e PR; Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá – MT; Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Bacia do Jacuípe – BA e o Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo – SP.

Os PTPs representam mais um canal de ampliação da participação social no planejamento, a partir de uma abordagem territorial explícita. Convertem-se também num desafio, haja vista que devem oferecer subsídios ao Plano Plurianual - PPA 2016/2019 do Governo Federal e dos governos estaduais. As bases da articulação federativa e o suporte da participação social nos motivam a querer enfrentar esse desafio e trazer ainda mais mudanças para o novo ciclo que se inicia com a elaboração do próximo PPA.

Boa leitura.

Esther Bemerguy de Albuquerque
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

PPAs Territoriais Participativos

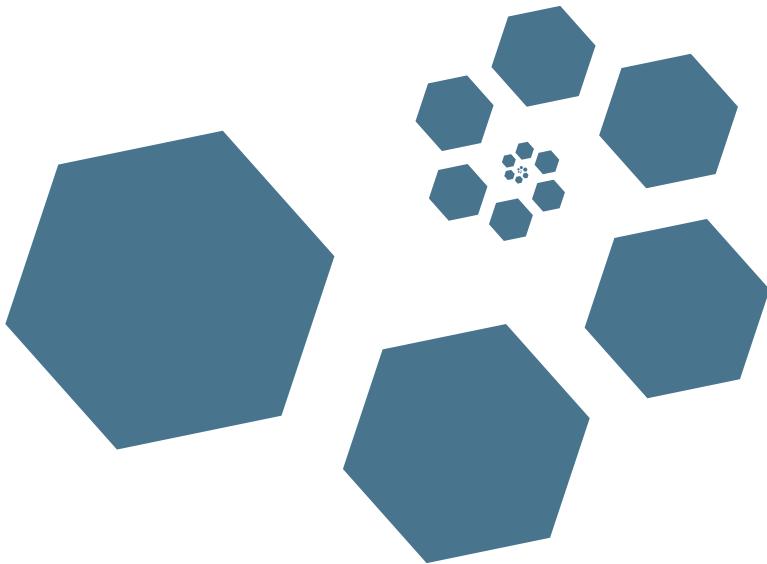
Segundo relatório do projeto de construção dos PPAs Territoriais Participativos

Dezembro/2014

SPI/Ministério do Planejamento

PPAs Territorias Participativos

Segundo relatório do projeto de construção dos PPAs Territoriais Participativos



SPI/Ministério do Planejamento

Índice

Apresentação.....4

Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA) - BA.....6

Eixo 1 – Inclusão Social.....10
Eixo 2 - Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura.....12
Eixo 3 - Gestão Integrada e Participativa...14

Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável – Portal do Sertão - BA...16

Eixo 1 – Inclusão Social e Afirmação de Direitos20
Eixo 2 – Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento.....22
Eixo 3 – Gestão Integrada.....24

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê - BA.....26

Eixo 1 – Inclusão Social e Cidadania.....31
Eixo 2 – Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento.....34
Eixo 3 – Gestão Democrática do Estado....37

Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional dos Vales do Turi e Gurupi (CONTURI) - MA.....38

Eixo 1 - Desenvolvimento Urbano e Territorial.....43
Eixo 2- Desenvolvimento Econômico Regional.....46
Eixo 3- Política de Saúde.....49
Eixo 4- Política de Educação.....50
Eixo 5 - Política de Assistência, Inclusão Social e Direitos Humanos.....50
Eixo 6 - Segurança Pública.....51
Eixo 7 - Fortalecimento Institucional.....52

Consórcio Público de Desenvolvimento Regional dos Lagos Maranhenses (CONLAGOS).....54

Eixo 1 – Desenvolvimento Sustentável....59
Eixo 2 – Ambientes Sustentáveis.....63
Eixo 3 – Políticas Sociais e Cidadania.....66
Eixo 4 – Fortalecimento do Controle Social...67

Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte (COPIRN)....70

Eixo 1- Fortalecimento dos Direitos Sociais e Cidadania.....75
Eixo 2- Desenvolvimento Territorial Democrático e Gerenciamento Sustentável dos Recursos Naturais.....78
Eixo 3- Ampliação da Infraestrutura do Território.....81
Eixo 4 - Desenvolvimento Institucional e Capital Social.....84

Consórcio Intermunicipal Velho Coronel (CVC).....86

Eixo 1 – Políticas Sociais e de Assistência...91
Eixo 2 – Desenvolvimento Econômico..95
Eixo 3 – Desenvolvimento Ambiental Sustentável.....96
Eixo 4 – Infraestrutura.....96
Eixo 5 – Saneamento Básico.....98
Eixo 6 – Fortalecimento Institucional..100

Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP).....102

Eixo 1 – Políticas de Infraestrutura.....107
Eixo 2 – Desenvolvimento Econômico e Sustentável.....110
Eixo 3 – Políticas Sociais e Direitos Humanos.....111
Eixo 4 – Aperfeiçoamento da Gestão Pública.....114

Apresentação

Planos Plurianuais Territoriais participativos como instrumento de convergência para a promoção de desenvolvimento e articulação Federal.

Os esforços de planejamento territorializado e participativo vêm demonstrando a importância de se investir no planejamento estratégico integrado dos territórios brasileiros. O ano de 2014 apontou diversas experiências, como a do Consórcio do Grande ABC, de São Paulo, o primeiro a apresentar, em fevereiro, seu Plano Plurianual Territorial Participativo (PTPs). Em setembro, foi o momento de outros cinco Consórcios Multi finalitários elaborarem seus Planos: O Consórcio Intermunicipal do Tapajós, no Pará, o Consórcio Intermunicipal da Fronteira, que tem participação de municípios de Santa Catarina e do Paraná, o Consórcio intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá, no Mato Grosso, o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Território da Bacia do Jacuípe, na Bahia, e o Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo, em São Paulo.

O fortalecimento do diálogo com os Consórcios Públicos Intermunicipais é importante instrumento de articulação territorial e promoção da participação social para a construção de políticas públicas que refletem a diversidade dos territórios no Brasil. Nos estados, foram realizadas reuniões com o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Planejamento - CONSEPLAN, e da Rede Nacional de Planejamento e Orçamento – RENOP, durante os meses de setembro e outubro, possibilitando a apresentação destas experiências para os gestores estaduais de planejamento e orçamento, reforçando a relevância da articulação federativa desta iniciativa.

Nesta segunda etapa de mobilização, outros oito consórcios apresentaram seus PTPs: o Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Portal do Sertão, o Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica, Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê, da Bahia, O Consórcio Intermunicipal Velho Coronel, de Santa Catarina; o Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba, de Minas Gerais; o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional dos Vales do Turi e Gurupi, o Consórcio Público de Desenvolvimento Regional dos Lagos Maranhenses, do Maranhão e o Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte. Totalizam-se, assim, 14 Planos construídos durante o ano de 2014, por meio da estratégica de planejamento inclusivo, participativo e territorializado. Em continuidade ao relatório lançado em setembro, este documento apresenta um extrato de oito PPAs Territoriais Participativos dos estados da BA, MG, SC, MA e RN que reconheceram, nesta mesma estratégia, uma oportunidade de convergência de esforços e investimentos para a promoção do seu desenvolvimento local.

São diversos os desafios colocados pela dimensão e diversidade territorial do Brasil. Há dois anos, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, com o apoio da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria Geral da Presidência da República, reconhece a importância do exercício do diálogo com os demais órgãos setoriais, com a sociedade e com os demais entes federativos para a construção de perspectivas sustentáveis, inclusivas e integradas do planejamento e como estratégia a ser seguida na consolidação de um Sistema Nacional de Planejamento.

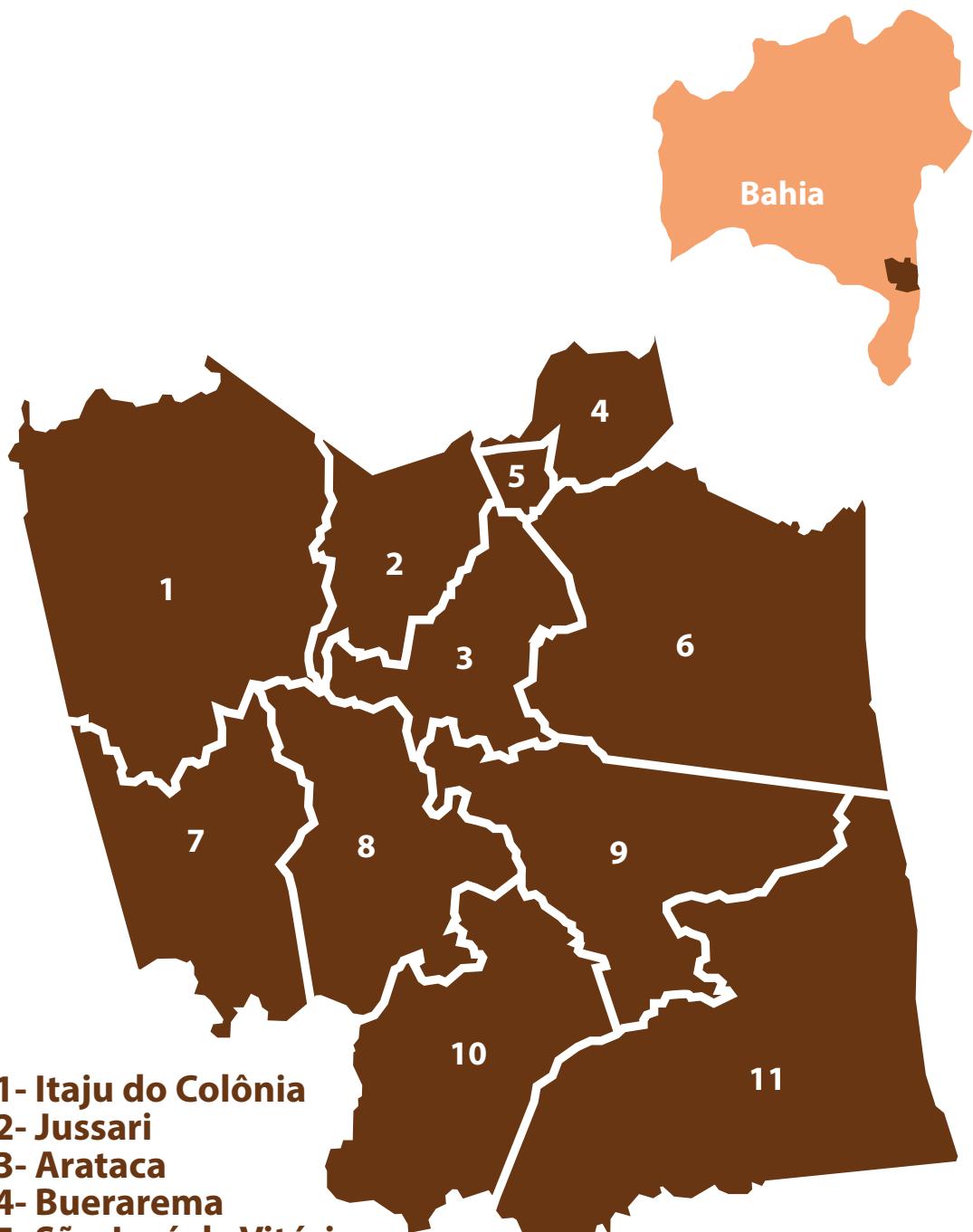
Os PPAs Territoriais Participativos serão insumos para a construção do PPA 2016-2019 do Governo Federal, bem como referência para fomento de uma agenda compartilhada de gestão das iniciativas prioritárias com demais órgãos setoriais, entes federados e sociedade. Foram dados os primeiros passos para a construção do próximo ciclo de planejamento , que pretende consolidar os avanços obtidos até aqui e avançar no fortalecimento das capacidades estatais para a promoção do desenvolvimento inclusivo do País. Acreditamos que a continuidade dos esforços venha a somar para a consolidação do Sistema Nacional de Planejamento, focado na diversidade e compreendendo as complexidades locais de cada realidade brasileira.

Esther Bemerguy de Albuquerque,
Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos

O Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA)



Grupo de trabalho reunido em momento de discussão sobre o PPA Territorial Participativo /Assessoria CIMA



1- Itaju do Colônia

2- Jussari

3- Arataca

4- Buerarema

5- São José da Vitória

6- Una

7- Pau Brasil

8- Camacan

9- Santa Luzia

10- Mascote

11- Canavieiras

O Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica

O Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica – CIMA foi criado em 29 de julho de 2013, após um longo processo de articulação entre os municípios do Território Litoral Sul/BA. A necessidade de estabelecer um diálogo entre eles, visando superar desafios comuns, permitiu identificar as potencialidades e propor soluções conjuntas com reflexos em cada um dos municípios da região.

Na elaboração do Plano Plurianual do CIMA, foram realizadas, entre os meses de maio e julho, 11 oficinas e 3 audiências públicas. O PPA Territorial Participativo (PTP) do CIMA conta com 3 eixos, 9 programas e 60 objetivos. A iniciativa, ao expandir o diálogo com os consórcios públicos, assume um caráter norteador, fortalecendo o mecanismo integrador das políticas públicas e possibilitando o envolvimento de cidadãos que vivem em regiões mais remotas.

Caracterização do Território da Mata Atlântica

O Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica é composto por 11 municípios: Santa Luzia, Camacan, Pau Brasil, Mascote, Jussarí, Arataca, São José da Vitória, Itajú do Colônia, Canavieiras, Buerarema e Una. Esses municípios totalizam uma população de 179.922 habitantes nos 7.542 Km² abrangidos pelo consórcio.

Além de apresentarem aspectos similares no que diz respeito às condições econômicas, culturais e ambientais, como a atividade cacauícola, predominante no território, esses municípios evidenciam problemas semelhantes nos aspectos sociais, com destaque para a dificuldade de acesso a serviços de saúde e problemas na área de segurança.

Entre as potencialidades que poderão impulsionar o desenvolvimento da região, merece destaque a fartura em recursos naturais e as diversas Unidades de Conservação que protegem áreas remanescentes da Mata Atlântica. Essa geografia abriga atividade agropecuária, piscicultura, mineração e extrativismo, as principais fontes de renda dos municípios.

EIXOS – PROGRAMAS



Eixo 1 – Inclusão Social

- 1.1 Programa Controle de Resíduos Sólidos Integrados
- 1.2 Programa De mãos dadas – Segurança Pública Integrada
- 1.3 Programa Moradia Digna para o Povo da Gente
- 1.4 Programa Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Cacau Fino



Eixo 2- Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura

- 2.1 Programa Turismo Integrado e Sustentável da Mata Atlântica
- 2.2 Programa Gestão Ambiental Compartilhada e Integrada
- 2.3 Programa Carne Segura: Entreposto Frigorífico Modular
- 2.4 Programa Vias da Integração Intermunicipal. Logística para Todos



Eixo 3 - Gestão Integrada e Participativa

- 3.1 Programa Gestão Integrada e Participativa

Investimentos Previstos Por Eixo (R\$)

PTP	Curto prazo até 2017	Médio prazo até 2017/19	Longo prazo pós 2019	Totais
Eixo 1	45.311.704	40.703.000	48.315.000	134.329.704
Eixo 2	17.257.280	2.275.000	2.320.000	21.852.280
Eixo 3	843.715	200.000	459.000	1.502.715
Totais	63.412.699	43.178.000	51.094.000	157.684.699

Eixo 1 – Inclusão Social

1.1 Programa Controle de Resíduos Sólidos Integrado

Objetivos:

- Realizar estudos necessários para elaborar os Planos Municipais de Resíduos Sólidos (PMRS's) de todos os municípios do CIMA.
- Identificar pontos equidistantes entre grupos de municípios e construção unidade de triagem e depósitos de produtos recicláveis e de logística reversa para atender aos municípios do CIMA.
- Criar programa intermunicipal de formação profissional entre os catadores e reciclagens cooperados entre os municípios membros do CIMA
- Realizar de programa de Educação Ambiental voltado para a coleta seletiva e reciclagem.
- Instalar equipamentos coletores e de logística para resíduos sólidos seletivos nos municípios membros do CIMA.
- Promover programa de educação ambiental no campo para destinação das embalagens de produtos tóxicos através de logística reversa e reciclagem.
- Promover audiências públicas com as comunidades dos municípios membros do CIMA para conscientização a respeito do Programa.
- Promover eventos que incentivem a cultura do combate à poluição, consumo consciente, reciclagem e redução do desperdício.
- Criar Legislação que punam aos responsáveis pela poluição de espaços públicos e danifiquem equipamentos públicos.

1.2 Programa De mãos dadas – Segurança Pública Integrada

Objetivos:

- Criar a Guarda Municipal em cada município membro do CIMA.
- Informatizar o sistema de comunicação das polícias entre os municípios membros dos consórcios.
- Construir de portal na entrada de cada município com posto policial.
- Realizar campanhas de educação no transito nas escolas e ruas.
- Adquirir equipamentos para instalação de uma central para a Polícia Municipal.
- Elaborar material promocional para campanha intermunicipal contra a violência e o uso indiscriminado de drogas.
- Aumentar o contingente policial da Polícia Militar atuante nos municípios membro do CIMA.

1.3 Programa Moradia Digna para o Povo da Gente

Objetivos:

- Realizar novos cadastros para construção de novas habitações através do PNHU e PNHR.
- Desenvolver programa de humanização urbanística e segurança pública nas localidades de vilas habitacionais criada pelo PNHR e PNHU.
- Capacitar profissionais e trabalhadores para atuação no programa.

1.4 Programa Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Cacau Fino

Objetivos:

- Mapear e cadastrar os pequenos agricultores (PRONAF) com perfil para produção do cacau orgânicos e do cacau fino nos municípios membros do CIMA.
- Realizar assistência e acompanhamento técnico para a adequação das 1500 propriedades identificadas nos 11 municípios membros do CIMA para o aumento da produção e da qualidade do cacau produzido na região.
- Realizar construção de uma estufa para secagem do cacau, instalação de viveiro, aplicação de insumos organo-mineral e dar assistência para realização dos tratos culturais em cada propriedade que estiverem no programa.
- Realizar capacitação para produção do chocolate fino e realização do plano de marketing para inserção do produto no mercado.

◆ Eixo 2 - Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura

2.1 Programa Turismo Integrado e Sustentável da Mata Atlântica

Objetivos:

- Realizar diagnóstico das potencialidades turísticas dos municípios.
- Fortalecer as iniciativas existentes e incentivo a novos empreendedores nas ações de investimentos no setor turístico.
- Organizar os Sistemas Municipais de Turismo para fortalecimento das políticas públicas para o segmento.
- Criar roteiro unificando os eventos festivos e segmentos de atrativos do turismo regional para participação em Feiras de Turismo Regional, Estadual e Nacional.
- Elaborar material promocional dos atrativos turísticos dos municípios membros do CIMA com especialização por área para promoção dos atrativos em nichos específicos.
- Organizar Centro de Informações Turísticas para promoção dos atrativos da região do CIMA.
- Criar sinalização turística nos municípios membro do CIMA.



Sociedade também é ouvida durante o processo de elaboração do Plano /Assessoria Consórcio CIMA

2.2 Programa Gestão Ambiental Compartilhada e Integrada

Objetivos:

- Adquirir equipamentos necessários para instalação de um escritório central de apoio à fiscalização, despachos de licenças ambientais e aplicação das políticas de desenvolvimento ambiental.
- Estruturar políticas estratégicas de mobilização intermunicipal para aplicação das políticas públicas voltadas para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável e Participativa.
- Contratar equipe técnica de nível superior para assistir aos municípios do CIMA em políticas ambientais.
- Alugar e manter um Escritório para acomodação da equipe.
- Manter veículo (combustível mecânica e seguro do veículo).
- Capacitar técnicos de cada município consorciado para dar suporte às ações da Equipe Central de apoio à Gestão Ambiental.
- Criar Programa de Desenvolvimento Sustentável do Corredor Central da Mata Atlântica para conexão de paisagens.
- Promover campanha entre os municípios membros do CIMA na estruturação dos seus Sistemas de Meio Ambiente.
- Empregar ações para Regularização Fundiária nos municípios de abrangência do CIMA.

2.3 Programa Carne Segura: Entreposto Frigorífico Modular

Objetivos:

- Identificar local equidistante entre os municípios para a instalação de um frigorífico intermunicipal.
- Elaborar projeto com unidades modulares para distribuição das carnes em cada município pertencente ao CIMA.
- Construir um entreposto frigorífico para atender aos municípios do CIMA.
- Realizar ampla campanha entre os comerciantes de carne para adequar suas instalações junto aos critérios da Vigilância Sanitária.
- Capacitar profissionais para a fiscalização e monitoramento sanitário, tendo em vista a qualidade dos produtos comercializados pelo frigorífico e açougueiros dos municípios.

2.4 Programa Vias da Integração Intermunicipal. Logística para Todos

Objetivos:

- Mapear os principais problemas da malha viária e malhas vicinais prioritárias para a comunicação logística dos municípios e entre os municípios membros do CIMA.
- Adquirir 2 (dois) rolos compactadores para compactar as estradas encascalhadas
- Adquirir e Instalar uma mini usina asfáltica com apetrechos necessários para operar.
- Realizar a construção, ampliação, recuperação, melhoramento e conservação das estradas estaduais, intermunicipais e vicinais dos municípios membros do CIMA.

◆ Eixo 3 - Gestão Integrada e Participativa

3.1 Programa Gestão Integrada e Participativa

Objetivos:

- Adquirir material de consumo para manutenção do escritório e atividades externas.
- Contratar profissionais especializados por tempo determinado para atender necessidades internas do CIMA.
- Realizar pagamento dos salários dos funcionários com manutenção das obrigatoriedades contratuais.
- Prever despesas para atender ao deslocamento de equipe para atividades intermunicipal.
- Adquirir equipamentos e material permanente para escritório.
- Adquirir veículo para deslocamento da equipe em serviços externos.
- Adquirir imóvel e executar obras e instalações da sede do CIMA.
- Manter equipe para elaboração e manutenção do plano de marketing do CIMA
- Fornecer auxílio financeiro estruturante para consolidação do CIMA.
- Ampliar e fortalecer as Câmaras Técnicas Intermunicipais do CIMA.
- Realizar Consultas Populares nos municípios para potencializar as ações do CIMA entre seus municípios membros.
- Qualificar a equipe do CIMA para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

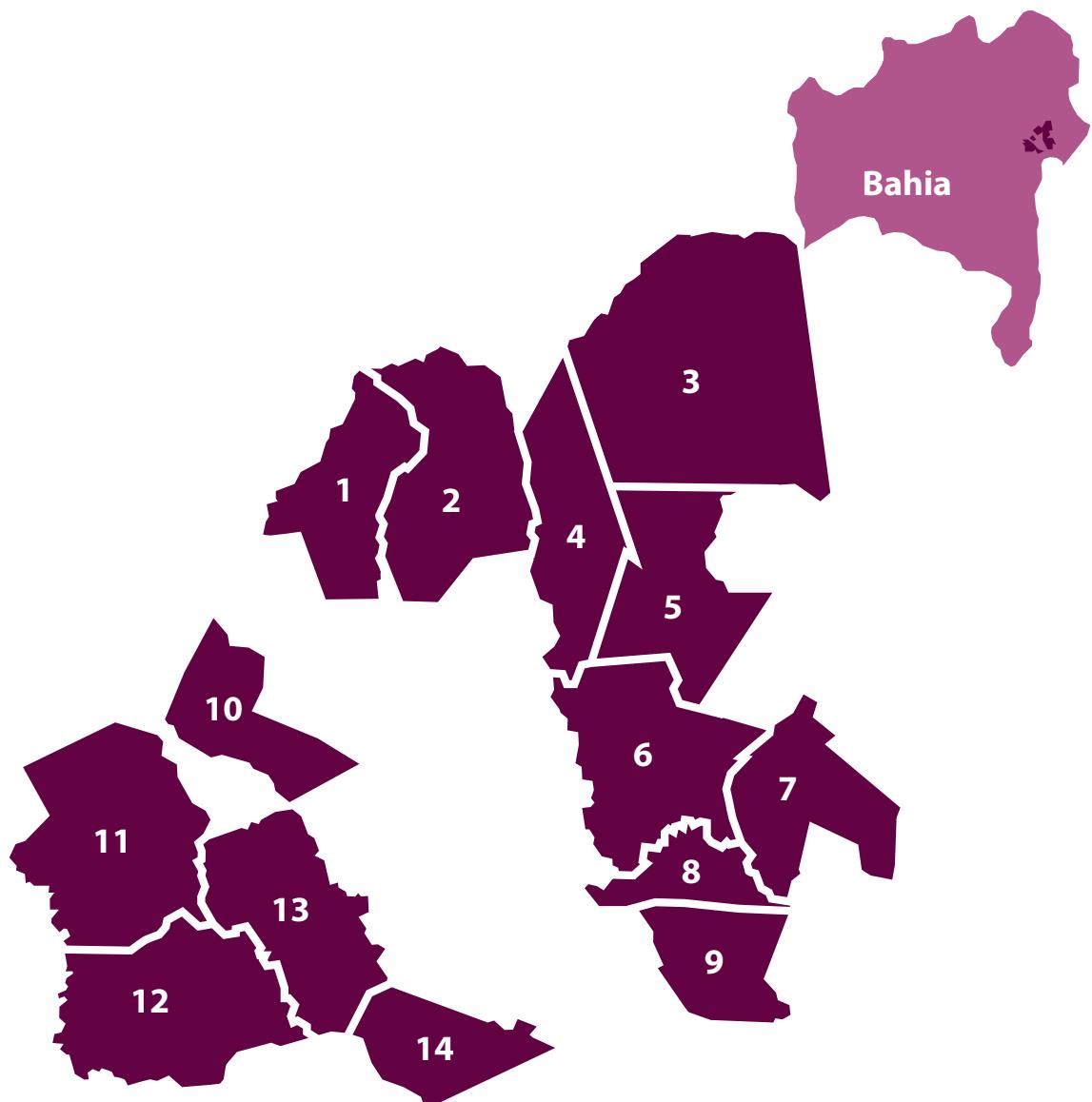


Foram realizadas, entre os meses de maio e julho, 11 oficinas e 3 audiências públicas /Assessoria Consórcio CIMA

Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Portal do Sertão



Servidores das prefeituras dos municípios consorciados realizaram 3 reuniões para definir prioridades do PPA Territorial Participativo /Assessoria Portal do Sertão



- 1- Tanquinho
- 2- Santa Bárbara
- 3- Água fria
- 4- Santanópolis
- 5- Irará
- 6- Coração de Maria
- 7- Teodoro Sampaio

- 8- Conceição do Jacuípe
- 9- Amélia Rodrigues
- 10- Anguera
- 11- Ipecaetá
- 12- Santo Estevão
- 13- Antônio Cardoso
- 14- Conceição da Feira

Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável – Portal do Sertão

Criado em abril de 2010, o Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável – Portal do Sertão (BA) tem como objetivo a realização de serviços públicos nas áreas de educação, saúde, energia, meio ambiente e segurança, entre outras.

O Consórcio é formado por 14 municípios: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, Tanquinho e Teodoro Sampaio.

A elaboração do planejamento do Consórcio contou com a participação social, considerada estratégica e ferramenta importante de legitimação da democracia. Com essa diretriz, o Plano Plurianual do Portal do Sertão considerou as propostas originadas de 3 reuniões realizadas na sede do Consórcio, entre os meses de agosto e outubro, com representações do poder público e da sociedade civil. O PPA Territorial Participativo (PTP) apresenta 3 eixos, 12 programas e 48 objetivos.

Caracterização da região

O Território Portal do Sertão, no qual se insere o Consórcio, é formado por municípios do Recôcavo e do Semiárido. O Consórcio abrange uma área de quase 6 mil km² e abriga um população que supera os 190 mil habitantes (22% vivem na zona rural). As principais atividades econômicas desenvolvidas no Território são a agropecuária e a extração vegetal, com destaque para a produção de lenha, castanha de caju e carvão.

EIXOS – PROGRAMAS

◆ Eixo 1 – Inclusão Social e Afirmação de Direitos

- 1.1 Programa Mais Educação para o Território
- 1.2 Programa Mais Saúde para o Território
- 1.3 Programa Atenção Social Básica
- 1.4 Programa Viver Melhor
- 1.5 Programa Praças Criativas
- 1.6 Programa Viva Mais

◆ Eixo 2 – Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento

- 2.1 Programa Produção, Integração e Sustentabilidade
- 2.2 Programa Gerar e Crescer
- 2.3 Programa Estruturar para Crescer
- 2.4 Programa Viver Melhor
- 2.5 Programa Futuro Verde

◆ Eixo 3 – Gestão Integrada

- 3.1 Programa Gestão Consorciada e Participativa

Investimentos Previstos Por Eixo (R\$)

PTP	Curto prazo até 2017	Médio prazo até 2017/19	Longo prazo pós 2019	Totais
Eixo 1	232.470.000	138.540.000	55.170.000	426.180.000
Eixo 2	178.681.500	43.891.000	16.200.500	238.773.000
Eixo 3	8.700.000	5.800.000	2.900.000	17.400.000
Totais	419.851.500	188.231.000	74.270.500	682.353.000

Eixo 1 – Inclusão Social e Afirmiação de Direitos

1.1 Programa Mais Educação para o Território

Objetivos:

- Auxiliar a implantação do período integral em todas as escolas do ensino fundamental.
- Fortalecer o PNAE .
- Incentivar a prática de esporte e cultura nas escolas, através de torneios e oficinas de artes.
- Universalizar o acesso à educação infantil.
- Criar cursos de capacitação profissional de jovens rurais.

1.2 Programa Mais Saúde para o Território

Objetivos:

- Regionalizar os hospitais municipais de Irará, Santo Estêvão e Conceição do Jacuípe.
- Construir um Hospital Geral de Feira de Santana.
- Melhorar as condições de trabalho de agentes comunitários de saúde.

1.3 Programa Atenção Social Básica

Objetivos:

- Implantar centros de referência da mulher.
- Implantar CREAS.
- Incluir produtivamente famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
- Universalizar o acesso à água, por meio do programa federal Água para Todos.
- Universalizar o acesso à moradia rural e urbana, através do Programa Nacional de Habitação.

1.4 Programa Viver Melhor

Objetivos:

- Incluir produtivamente mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família, através de projetos sociais nas áreas de artesanato, culinária, corte e costura e cabeleireiro.
- Criar Núcleo de apoio à formação e gestão de cooperativas de trabalho rural, através de palestras, capacitações e auxílios à elaboração de projetos.
- Fortalecer e qualificar as cooperativas da agricultura familiar para melhor atenderem ao PNAE e PAA.

1.5 Programa Praças Criativas

Objetivos:

- Criar e fomentar oficinas de artes visuais, teatro, música e cinema itinerante.
- Formar e manutenir fanfarras.
- Requalificar elementos tradicionais regionais, como a Literatura de Cordel, grupos de Samba de Roda e o Baião.
- Criar o Portal Cultural Portal do Sertão, plataforma digital interativa e de divulgação da cultura regional.



Reunião entre técnicos das prefeituras dos consórcios /Assessoria Consórcio Portal do Sertão

1.6 Programa Viva Mais

Objetivos:

- Construir ginásios poliesportivos.
- Revitalizar campos de futebol em comunidades rurais.
- Realizar campeonatos interterritoriais de futebol amador.

Eixo 2 – Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento

2.1 Programa Produção, Integração e Sustentabilidade

Objetivos:

- Criar e reestruturar associações e cooperativas de agricultores e trabalhadores rurais. Atração de pequenas empresas agroindustriais para beneficiamento dos produtos agrícolas oriundos das cooperativas.
- Realizar a Regularização Fundiária, através de parceria de cooperação técnica com a CDA-SEAGRI.
- Implementar o Sistema de Inspeção Municipal – SIM e do Sistema Unificado de atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.
- Universalizar os Serviços de ATER.

2.2 Programa Gerar e Crescer

Objetivos:

- Implementar e fortalecer iniciativas da economia solidária.
- Reestruturar/Ampliar e descentralizar o CIS- Centro Industrial Subaé para que os municípios da região metropolitana de Feira de Santana sejam beneficiados.
- Apoiar Programas de Fortalecimento do associativismo e cooperativismo.

2.3 Programa Estruturar para Crescer

Objetivos:

- Duplicar a BA 502 (Feira de Santana - São Gonçalo, Conceição da Feira) até a BR 101.
- Duplicar o anel de contorno de Feira de Santana.
- Revitalizar Estradas Vicinais.
- Incentivar a criação de cooperativas de transporte nos municípios.
- Construir 50 Km de ciclovias em Feira de Santana.

2.4 Programa Viver Melhor

Objetivos:

- Implementar o sistema de esgotamento nos municípios que ainda não possuem.
- Construir praças multiuso em bairros com mais de 2 mil habitantes.
- Pavimentar de ruas.
- Revitalizar e extensão da iluminação pública.
- Promover a regularização fundiária urbana, através de parceria com órgãos do Estado, como SEDUR e CONDER.

2.5 Programa Futuro Verde

Objetivos:

- Implementar políticas efetivas de revitalização e preservação de mananciais hídricos e rios que nascem e cortam o Território Portal do Sertão (Subaé, Pojuca, Paraguassú, Jacuípe).
- Gerir de forma consorciada os aterros sanitários.
- Revitalizar mata ciliar.
- Universalizar o processo de licenciamento ambiental.
- Universalizar o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais.

Eixo 3 – Gestão Integrada

3.1 Programa Gestão Consorciada e Participativa

Objetivos:

- Criar medidas para modernização da estrutura administrativa dos municípios para obtenção de melhor eficácia e eficiência dos gastos públicos.
- Oferecer ciclo de capacitações para servidores municipais.
- Estruturar os conselhos municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS).

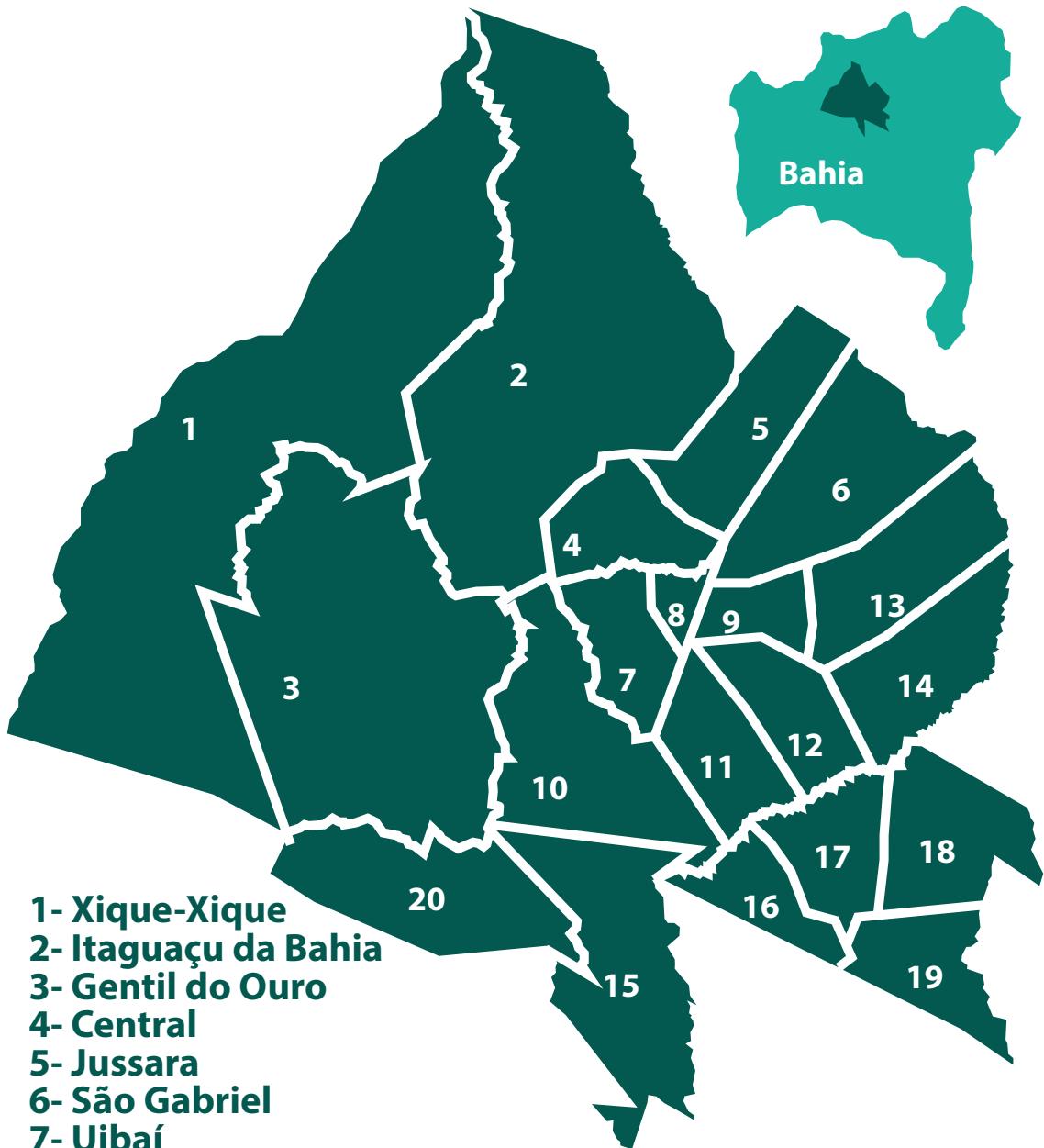


O PPA Territorial Participativo tem sido muito bem recebido pela população e pelos técnicos responsáveis pela sua elaboração /Assessoria Portal do Sertão

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê



A Bahia foi um dos estados com maior adesão à elaboração do PPA Territorial Participativo /Assessoria Consórcio Irecê



1- Xique-Xique
2- Itaguaçu da Bahia
3- Gentil do Ouro
4- Central
5- Jussara
6- São Gabriel
7- Uibaí
8- Presidente Dutra
9- Irecê
10- Ibipeba
11- Ibititá
12- Lapão
13- João Dourado
14- América Dourada

15- Barra do Mendes
16- Barro Alto
17- Canarana
18- Carfanaum
19- Mulungo do Morro
20- Ipupiara

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê

O Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê (CDS de Irecê) foi criado em 22 de abril de 2010 e é resultado de diversas reuniões para articulação e discussão das amplas possibilidades de ações convergentes no território. A instituição visa ampliar a capacidade de atendimento aos cidadãos e o diálogo entre as prefeituras municipais consorciadas e órgãos estaduais e federais.

O PPA Territorial Participativo (PTP) do CDS de Irecê divide-se em 3 eixos, 13 programas e 126 objetivos, definidos a partir das 4 reuniões e 1 audiência pública realizadas entre julho e outubro de 2014. O documento busca racionalizar os investimentos, sobretudo em políticas de mobilidade urbana, saneamento e saúde, onde as soluções estritamente municipais são significamente onerosas.

A experiência da estruturação, de forma federativa, por meio dos PTPs (Planos Plurianuais Territoriais Participativos), vem possibilitando a articulação das políticas públicas e a redução da fragmentação de ações, otimizando o uso dos recursos públicos e definindo uma agenda de cooperação entre os municípios consorciados.

Caracterização do Território

Irecê é uma das microrregiões do Estado da Bahia pertencente à mesorregião Centro-Norte Baiano. Abrange uma área de 27.490 Km² e é composta por 20 municípios: Central, Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Xique-Xique, América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Ibipeba, Ibititá, Ipuipara, Irecê, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí.

A população do território é de 403.070 habitantes, dos quais 39% (155.392 habitantes) vivem na área rural. O IDH médio da região, que abriga 26 comunidades quilombolas, é 0,61. O bioma predominante é a Caatinga.

A região de Irecê é marcada por diferentes graus de semiaridez, instabilidade climática com prolongadas estiagens, além de fragmentação em pequenas propriedades, administradas pelos agricultores familiares. A maioria das propriedades está situada em áreas de alto grau de aridez, com solos de baixa fertilidade. Apesar da diversidade de atividades (cultivo de feijão, milho, mamona, fruteiras, bovinocultura e pequenas criações de caprinos, ovinos, apicultura e meliponicultura), bem como da realização de atividades não agrícolas, o manejo não adequado tem provocado baixos índices de produtividade e uso desordenado dos recursos naturais.

Em contraste com esta realidade, as propriedades localizadas no Platô de Irecê apresentam solos extremamente férteis, onde predomina o cultivo de oleícolas (azeitanas para produção de azeite) com sistema de irrigação com água subterrânea. Apesar desse incremento tecnológico, o uso inadequado de tecnologias voltadas às condições do semiárido, aliado ao uso inadequado dos recursos, além do uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes solúveis, tem provocado degradação intensiva, comprometendo a sustentabilidade do sistema.

Diante desse cenário, o CDS de Irecê considera ser fundamental o desenvolvimento de ações que promovam, por meio de metodologias participativas e educativas, fundamentadas em princípios agroecológicos e da pesquisa-ação, novos estilos de produção agropecuária que permitam alcançar o desenvolvimento sustentável.



Umas das estratégias inovadoras de elaboração do PPA Territorial Participativo é a articulação e participação da sociedade na sua construção /Assessoria Consórcio Irecê

EIXOS – PROGRAMAS

Eixo 1 – Inclusão Social e Cidadania

- 1.1 Programa Educar para Transformar
- 1.2 Programa Saúde: Um Direito de Todos
- 1.3 Programa Proteção Social e Garantia dos Direitos
- 1.4 Programa Oportunidade para Todos
- 1.5 Programa de Mãos Dadas Pela Qualidade de Vida
- 1.6 Programa Igualdade para Todos
- 1.7 Programa Agricultura Familiar em Foco

Eixo 2 – Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento

- 2.1 Programa Interiorização do Desenvolvimento
- 2.2 Programa Preservação, Promoção e Acesso para Garantir Qualidade de Vida
- 2.3 Programa Promoção do Desenvolvimento Territorial
- 2.4 Programa Desenvolvimento e Sustentabilidade
- 2.5 Programa Viver Melhor

Eixo 3 – Gestão Democrática do Estado

- 3.1 Programa Modernização da Gestão Pública

Investimentos Previstos Por Eixo (R\$)

PTP	Curto prazo até 2017	Médio prazo até 2017/19	Longo prazo pós 2019	Totais
Eixo 1	296.824.400	377.086.360	471.357.950	1.145.268.710
Eixo 2	409.230.309	523.814.795	654.768.494	1.587.813.598
Eixo 3	11.650.000	14.912.000	18.640.000	45.202.000
Totais	717.704.709	915.813.155	1.144.766.444	2.778.284.308

Eixo 1 – Inclusão Social e Cidadania

1.1 Programa Educar para Transformar

Objetivos:

- Adequar as unidades escolares com laboratórios de informática.
- Adquirir transporte escolar.
- Promover a alfabetização de jovens, adultos e idosos.
- Implantar centros psicopedagógicos para a educação especial.
- Implantar a casa do estudante na capital do estado ou em outras capitais do país.
- Aplicar de forma crescente os recursos da merenda escolar na aquisição de produtos da agricultura familiar.
- Criar o Centro de Educação Territorial Profissional – CETEP.
- Estruturar a educação no campo com foco na agricultura familiar.
- Promover a capacitação específica aos professores que atuam na educação inclusiva e na educação de jovens e adultos.
- Ampliar o acervo das bibliotecas escolares.
- Adquirir transporte para atender alunos com necessidade especial.
- Implantar biblioteca pública.
- Promover ações que incentivem a permanência do aluno no sistema de ensino.
- Pleitear a construção de universidade federal no território.

1.2 Programa Saúde: Um Direito de Todos

Objetivos:

- Adquirir veículos para atender a saúde.
- Incentivar a criação de programas de ampliação e manutenção da saúde bucal.
- Implementar políticas de atenção à saúde da pessoa idosa.
- Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase ao enfrentamento do crack e outras drogas.
- Apoiar os serviços oferecidos pelo hospital regional do DR. Mário Dourado Sobrinho.
- Implantar o Centro de Referência em Saúde do Trabalho - CEREST na região de Irecê.
- Estruturar os serviços de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, mobiliários, recursos humanos capacitados e saúde ambiental.
- Implantar serviços estratégicos do programa Saúde da Família.
- Implantar o centro de atendimento psicossocial infantil.
- Implantar o CAPS – AD.

1.3 Programa Proteção Social e Garantia dos Direitos

Objetivos:

- Garantir atendimento as pessoas portadoras de deficiência.
- Implantar e implementar projeto de terapia ocupacional para usuários do CRAS.
- Implantar a Casa da Sopa, voltado a famílias em situação de insegurança alimentar.
- Atender de forma interdisciplinar pessoas em situação de violência visando à integridade física, mental e moral.
- Acompanhar e encaminhar para unidade de tratamento e inclusão social de dependentes químicos.
- Proteger pessoas e famílias em situação de violação de direitos.
- Atender crianças e adolescentes em situação de rua.
- Ampliar os programas voltados para a juventude (Programa Primeiro Emprego, Estágio Remunerado e o Programa Jovens Baianos).
- Ampliar os programas de melhorias habitacionais de interesse social no meio urbano e rural com infraestrutura básica.
- Aderir aos programas de cesta básica para as famílias de baixa renda em situação de emergência.
- Adquirir veículos para atender as demandas da Secretaria de Assistência Social.
- Implantar e implementar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.
- Acompanhar e encaminhar dependentes químicos para unidade de tratamento e inclusão social.
- Universalizar os Programas de Primeira e Segunda Água.
- Promover a gestão consorciada dos aterros sanitários.
- Buscar parcerias com o Estado para implantação da Rede Regional de Atendimento da Proteção Especial.
- Elaborar o Plano de Gestão de Saneamento Básico.

1.4 Programa Oportunidade para Todos

Objetivos:

- Estimular a adesão dos empreendedores ao microcrédito para empreendimentos.
- Promover o fortalecimento do comércio local, firmando parcerias com órgãos competentes para fortalecimento de linhas de crédito.

- Incentivar a qualificação profissional para permitir o acesso do jovem no mercado de trabalho.
- Promover a aquisição de veículos para coleta e transporte de resíduos sólidos.
- Fomentar a ampliação, urbanização e adequação dos espaços públicos e equipamentos com novos projetos.
- Promover a ampliação do Programa de Melhorias Sanitárias Domiciliares.
- Fomentar a ampliação dos programas de melhorias habitacionais de interesse social no meio urbano e rural com infraestrutura básica.
- Adquirir e distribuir insumos e equipamentos.
- Estimular a readequação, expansão das feiras livres dos municípios que compõem o território.
- Implementar as políticas públicas identificadas na Lei geral 123/2006.

1.5 Programa de Mão Dadas Pela Qualidade de Vida

Objetivos:

- Implantar academias populares.
- Criar e implementar escolinhas esportivas.
- Implementar parques das cidades do território de Irecê.
- Fomentar a melhoria da Infraestrutura de esporte e lazer.

1.6 Programa Igualdade para Todos

Objetivos:

- Incentivar a participação das mulheres na obtenção de aumento da renda familiar.
- Apoiar projetos para o desenvolvimento de povos e comunidades tradicionais.
- Garantir apoio institucional a eventos públicos de povos e comunidades tradicionais.
- Articular para garantir atendimento prioritário às mulheres em situação de violência.
- Articular para implantação de Centros de Referência Territorial para a Mulher.
- Articular para a inserção e o fortalecimento da mulher no mercado de trabalho.
- Apoiar a implementação de políticas públicas de formalização e valorização do trabalho doméstico.

1.7 Programa Agricultura Familiar em Foco

Objetivos:

- Incentivar a implantação de projetos voltados para a piscicultura e fomento à agricultura.
- Incentivar a qualificação de agricultores familiares.
- Incentivar cadastramento de agricultores familiares no CAD Único.
- Estimular a implantação de projetos agropecuários comunitários.
- Incentivar a prestação de serviços de ATER
- Fomentar acesso dos agricultores ao selo da agricultura familiar.
- Buscar recursos junto ao Estado, União e CODEVASF para implantação de unidades de beneficiamento.
- Apoiar ao Programa PROJOVEM voltado para agricultura familiar.
- Apoiar às associações, ao produtor rural e à agricultura familiar.

◆ Eixo 2 – Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento

2.1 Programa Interiorização do Desenvolvimento

Objetivos:

- Promover a aquisição de máquinas pesadas, de caminhões e caminhonetes para atender as centrais de comercialização.
- Realizar terraplanagem com encascalhamento das estradas vicinais para facilitar o escoamento da produção.
- Apoiar a extensão da rede de iluminação pública para propriedades urbanas e rurais.
- Fomentar a construção de central de abastecimento para atendimento aos agricultores do território.
- Incentivar o plantio de árvores frutíferas para consumo e industrialização.
- Estimular a criação de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e aves para corte para as famílias de baixa renda.
- Promover a implantação do programa quintal produtivo e hortas comunitárias para agricultores familiares.
- Desenvolver gestão do sistema de incentivo da agricultura em tanque escavado.
- Incrementar a construção de cisternas de produção, consumo e dessedentação animal no território.

2.2 Programa Preservação, Promoção e Acesso para Garantir Qualidade de Vida

Objetivos:

- Implantar o Centro Cultural do Território do Irecê.
- Promover ações para o fortalecimento das culturas tradicionais das comunidades remanescentes de quilombolas e indígenas.
- Criar calendários dos festejos culturais da região.
- Construir bibliotecas para comunidades rurais.
- Fortalecer os grupos de artesanato.
- Fortalecer as práticas culturais de banda marcial.
- Mapear as manifestações culturais e dos sítios arqueológicos do território do Irecê.
- Capacitar permanente grupos diversos para atuação no meio turístico.
- Criar políticas de estímulo ao desenvolvimento do turismo rural e ecoturismo.
- Desenvolver a concepção do turismo sustentável compreendendo as dimensões social, cultural, ambiental, política e ética.

2.3 Programa Promoção do Desenvolvimento Territorial

Objetivos:

- Construir barragens, aguadas, tanques e açudes.
- Extender as redes de abastecimento de água.
- Construir e recuperar bebedouros públicos para consumo animal e reservatórios de água para consumo humano.
- Revitalizar açudes.
- Construir e ampliar saneamento e esgotamento sanitários.
- Pavimentar asfalto e paralelepípedos de vias públicas.
- Recuperar, perenizar, revitalizar e desassorear canais, rios, veredas e baixios.
- Construir, ampliar e recuperar estradas vicinais.

2.4 Programa Desenvolvimento e Sustentabilidade

Objetivos:

- Construir unidades habitacionais.
- Melhorar unidades habitacionais.
- Reassentar domicílios em situação de risco ou insalubridade.
- Executar projetos de educação ambiental e formação comunitária.
- Capacitar micro e pequenos empreendedores para o acesso ao microcrédito.
- Registrar empreendedores individuais em parceria com o serviço de apoio às micro e pequenas empresas – SEBRAE e entidades representativas.
- Formar redes setoriais para a promoção de produtos, feiras e atividades criativas e serviços dinâmicos.
- Apoiar a criação de programa de incentivo ao empreendedorismo inovativo para o setor de serviços locais.

2.5 Programa Viver Melhor

Objetivos:

- Estimular a preservação e conservação ambiental com a construção de viveiros e plantio de mudas.
- Estimular a recuperação de áreas degradadas e das matas ciliares.
- Apoiar a revitalização das nascentes, conservação de matas nativas e o bioma caatinga.
- Apoiar a revitalização e o reflorestamento nos rios Verde e Jacaré, assim com seus afluentes tais como as veredas do Jacaré e do Baixão de São Gabriel.
- Apoiar o fortalecimento dos conselhos de agricultura e meio ambiente dos municípios que compõem o território.
- Estimular ao recatingamento em área degradada e área de proteção permanente (APP).
- Incentivar a destinação correta dos vasilhames de agrotóxicos.
- Implantar abatedouro para atender as demandas do território.
- Desenvolver programas de incentivo à destinação dos resíduos sólidos.
- Apoiar a implantação do GAC – Gestão Ambiental Compartilhada.

◆ Eixo 3 – Gestão Democrática do Estado

3.1 Programa Modernização da Gestão Pública

Objetivos:

- Desenvolver práticas de modernização administrativas.
- Desenvolver projetos de melhoria continuada.
- Implantar melhoria do atendimento em unidades prioritárias.
- Implantar escritórios de gerenciamento de diretrizes e rotinas.
- Implantar escritórios de gestão de projetos.
- Realizar estudos das potencialidades locais e territoriais.
- Elaborar projeto de desenvolvimento e integração dos territórios.
- Criar cadastro e fontes de financiamento de desenvolvimento territorial.
- Apoiar os Conselhos territoriais.
- Promover assistência técnica aos municípios.

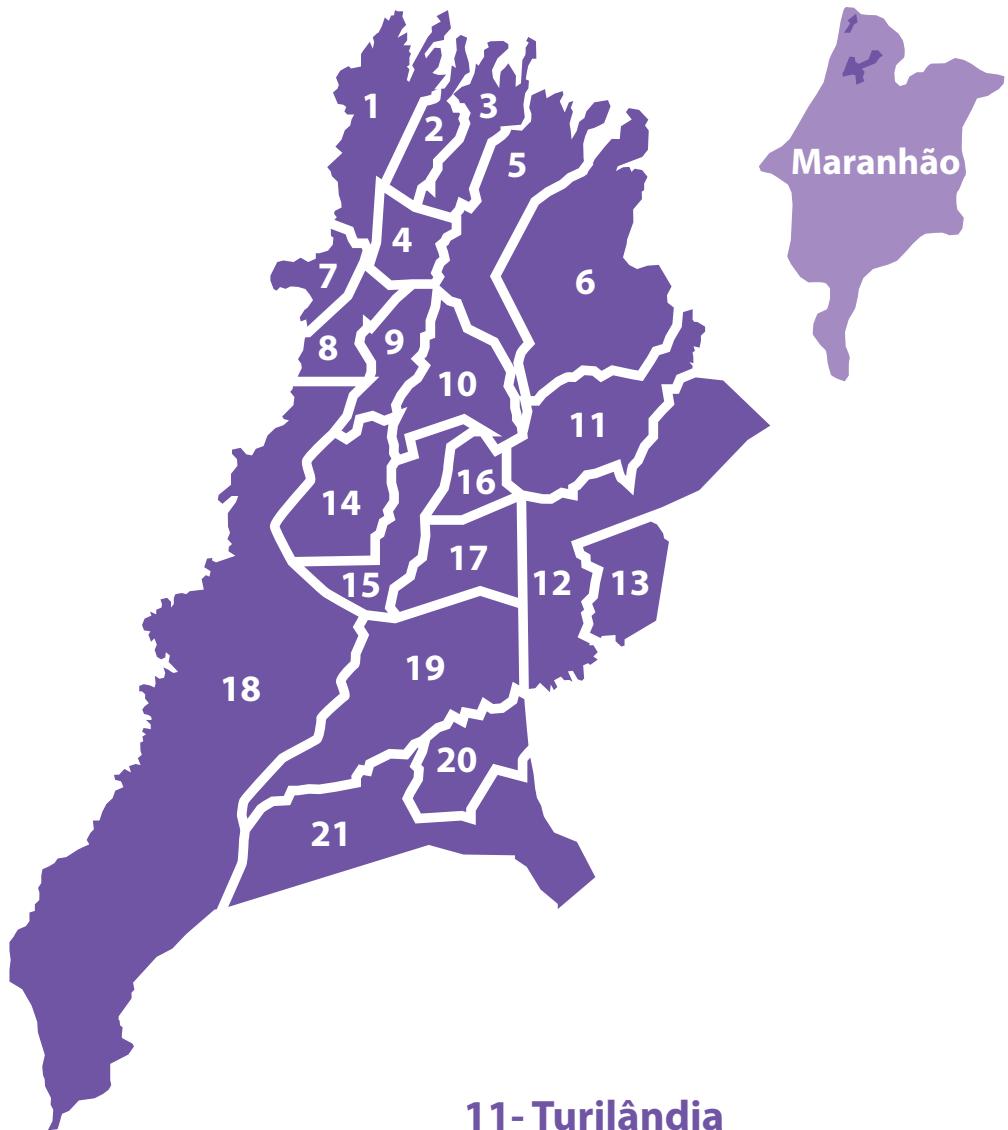


Plenária do Consórcio Irecê /Assessoria Consórcio Irecê

Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional dos Vales do Turi e Gurupi (CONTURI)



Mesa de encerramento da audiência do Conturi /Assessoria Consórcio Conturi



1- Carutapera
2- Luís Domingues
3- Godofredo Viana
4- Amapá do Maranhão
5- Cândido Mendes
6- Turiaçu
7- Boa Vista do Gurupi
8- Junco Maranhão
9- Maracaçumé
10- Governador Nunes Freire

11- Turilândia
12- Santa Helena
13- Presidente Sarney
14- Centro do Guilherme
15- Maranhãozinho
16- President Médici
17- Santa Luzia do Paruá
18- Centro Novo do Maranhão
19- Nova Olindo do Maranhão
20- Araguanã
21- Zé Doca

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional dos Vales do Turi e Gurupi (CONTURI)

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional dos Vales do Turi e Gurupi (CONTURI) foi fundado no dia 16 de março de 2013, na cidade de Santa Luzia do Paruá/MA, durante o Encontro de Cúpula de Gestores Públicos Municipais. A reunião tinha como objetivo definir um Plano de Atuação Estratégica comum aos municípios da região.

Entre junho e setembro de 2014, o Comitê Interfederativo de Elaboração do PPA Territorial dos Consórcios Intermunicipais do Maranhão se reuniu 10 vezes. Nesse intervalo, também foram realizados 2 seminários envolvendo mais de 300 pessoas: o Seminário sobre Gestão Pública e Política Territorial e o de Planejamento e Gestão Territorial do Saneamento Básico.

Com a criação do consórcio, 6 áreas de atuação foram estabelecidas: a) Fortalecimento Institucional; b) Desenvolvimento Urbano e Ambiental; c) Desenvolvimento Econômico Regional; d) Desenvolvimento Social; e) Educação; e f) Saúde e Segurança Pública. O PPA Territorial Participativo (PTP) do Conturi apresenta 6 eixos, 24 programas e 119 objetivos.

Caracterização da Região

A região de abrangência do CONTURI está localizada entre as Mesorregiões Norte e Oeste Maranhense, compreendendo municipalidades nas Microrregiões da Baixada, do Alto Turi e do Gurupi, no Estado do Maranhão. A área desse território, 31.568 km², é superior à de países como Bélgica e Armênia, e abriga uma população de mais de 390.000 habitantes.

O território do CONTURI compreende 21 municípios maranhenses: Amapá do Maranhão, Araguanã, Boa Vista do Gurupi, Cândido Mendes, Carutapera, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Godofredo Viana, Governador Nunes Freire, Junco do Maranhão, Luis Domingues, Maracaçumé, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Presidente Sarney, Santa Luzia do Paruá, Turiaçu, Turilândia, Santa Helena e Zé Doca.

EIXOS – PROGRAMAS

◆ Eixo 1 - Desenvolvimento Urbano e Territorial

- 1.1 Programa Infraestrutura/Mobilidade Urbana
- 1.2 Programa Infraestrutura/Habitação
- 1.3 Programa Infraestrutura/Zoneamento Econômico
- 1.4 Programa Infraestrutura/Planejamento Territorial
- 1.5 Programa Saneamento Ambiental
- 1.6 Programa Recursos Hídricos
- 1.7 Programa Política Ambiental

◆ Eixo 2- Desenvolvimento Econômico Regional

- 2.1 Programa Regularização Fundiária
- 2.2 Programa Assistência Técnica
- 2.3 Programa Pecuária
- 2.4 Programa Piscicultura e Aquicultura
- 2.5 Programa Agricultura
- 2.6 Programa Comércio e Serviços
- 2.7 Programa Turismo
- 2.8 Programa Cultura
- 2.9 Programa Artesanato
- 2.10 Programa Esporte

◆ Eixo 3- Política de Saúde

- 3.1 Programa Saúde

◆ Eixo 4- Política de Educação

- 4.1 Programa Educação

◆ Eixo 5 - Política de Assistência, Inclusão Social e Direitos Humanos

- 5.1 Programa Assistência, Inclusão Social e Direitos Humanos

Eixo 6 - Segurança Pública

6.1 Programa Segurança Pública

Eixo 7 - Fortalecimento Institucional

7.1 Programa Fortalecimento Institucional

7.2 Programa Desenvolvimento e Gestão de Políticas Consorciadas

7.3 Programa Gestão Pública

Investimentos Previstos Por Eixo (R\$)

PTP	Curto prazo até 2017	Médio prazo até 2017/19	Longo prazo pós 2019	Totais
Eixo 1	577.000.000	884.000.000	745.000.000	2.206.000.000
Eixo 2	142.400.000	137.000.000	129.700.000	407.800.000
Eixo 3	2.750.000	2.750.000	2.750.000	8.250.000
Eixo 4	7.150.000	17.150.000	22.150.000	46.450.000
Eixo 5	2.450.000	3.750.000	3.650.000	9.850.000
Eixo 6	25.000.000	31.000.000	33.000.000	93.000.000
Eixo 7	13.450.000	6.750.000	11.250.000	36.050.000
Totais	769.700.000	1.081.900.000	947.000.000	2.805.900.000

Eixo 1 - Desenvolvimento Urbano e Territorial

1.1 Programa Infraestrutura/Mobilidade Urbana

Objetivos:

- Viabilizar a construção, ampliação, recuperação, manutenção e conservação das pontes, bueiros e estradas estaduais, intermunicipais e vicinais.
- Promover a implantação de usina de asfalto regional.
- Promover a criação de fábricas regionais de bloquetes e bloco estrutural.
- Promover criação de fábricas regionais de adobe.
- Realizar revitalização da área urbana integrada dos municípios do território, garantindo acesso aos direitos dos cidadãos portadores de deficiência.
- Implantar sistema de transporte urbano integrado, com legislação de transito pertinente, nos municípios do território.
- Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos.
- Implantar ciclovias integradas nas principais vias públicas dos municípios.
- Apoiar com Assistência Técnica a Elaboração de Planos Municipais de Mobilidade Urbana dos municípios do território.

1.2 Programa Infraestrutura/Habitação

Objetivos:

- Melhorar a qualidade de habitação das famílias.
- Qualificar e capacitar mão de obra existente no território, direcionada para área de construção: ajudante de pedreiro, eletricista, encanador, marceneiro, serralheiro, pintor, gesseiro.
- Desenvolver os programas habitacionais em parceria com os Governos Estadual e Federal.
- Formular um plano regional integrado de habitação para os municípios.

1.3 Programa Infraestrutura/Zoneamento Econômico

Objetivos:

- Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e para a ocupação racional do território.
- Desenvolver estudos geológicos e geofísicos do território.
- Incentivar a interiorização de política industrial do estado, com criação de 03 (três) pólos industriais e zonas de isenção fiscal em áreas estratégicas dos territórios.
- Promover o fundo rotativo de apoio à economia solidária.
- Atrair agroindústrias para beneficiamento da carne (bovino, caprino, ovino, suíno e aves) e de laticínios produzidos no território.

1.4 Programa – Infraestrutura/Planejamento Territorial

Objetivos:

- Incentivar a elaboração e/ou atualização de Planos Diretores e Zoneamentos Municipais.
- Incentivar a elaboração e/ou revisão dos códigos de obras e posturas nos municípios do território.

1.5 Programa Saneamento Ambiental

Objetivos:

- Promover a elaboração, implementação e a gestão territorial consorciada da Política de Saneamento Básico, na área urbana e rural, envolvendo os quatro componentes: gestão dos resíduos sólidos, esgotamento sanitário, abastecimento de água e drenagem urbana.
- Viabilizar a implantação de aterros sanitários, de coletas seletivas, de usinas de compostagem, de usinas de reciclagem, de fábricas de transformação de materiais recicláveis, da logística reversa de abrangência territorial e com gestão consorciada.
- Ampliar sistema de captação e armazenagem de água, visando à universalização do abastecimento integrado nos municípios.
- Viabilizar infraestrutura de rede coletora de esgoto com tratamento e fossas sépticas para as famílias, contribuindo na redução de doenças ocasionadas pela falta de saneamento básico.

- Viabilizar infraestrutura de drenagem urbana, de acordo com a realidade de cada localidade, com mapeamento de áreas de risco.
- Estimular a criação de associações de catadores, bem como capacitá-los para exerçam suas atividades.

1.6 Programa Recursos Hídricos

Objetivos:

- Promover a operacionalização das ações de gestão das bacias hidrográficas, da descentralização da fiscalização, do licenciamento ambiental, da implantação do CAR – Cadastro Ambiental Rural e da implementação de ações de educação e gestão ambiental.
- Reflorestar e revitalizar áreas degradadas dos corpos hídricos (margens, nascentes, foz, etc.).
- Desenvolver ações em prol da conservação e o uso racional por meio de ação local, estadual e nacional e de cooperação internacional visando alcançar o desenvolvimento sustentável das zonas úmidas do Território, reconhecidas pelo Protocolo de Ramsar.
- Promover articulação para criação de comitês de bacia dos Rios Maracaju, Turi e Gurupi.

1.7 Programa Política Ambiental

Objetivos:

- Sensibilizar quanto à importância das relações existentes entre Educação, Sociedade e Natureza para garantir a auto sustentabilidade das comunidades.
- Desenvolver um sistema de manejo para recomposição de áreas degradadas reduzindo impactos ambientais.
- Compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e qualidade de vida, articulando as ações e atividades ambientais dos diversos órgãos e entidades que atuam no Território, promovendo a recuperação das áreas degradadas e buscando desenvolvimento sustentável norteado pelos princípios da agroecologia.
- Constituir a política e sistema municipal de meio ambiente nos municípios do Território.

Eixo 2- Desenvolvimento Econômico Regional

2.1 Programa Regularização Fundiária

Objetivos:

- Incentivar a ampliação da regularização das áreas rurais e urbanas, bem como consolidar os assentamentos existentes garantindo a implantação da infraestrutura necessária.
- Articular os órgãos competentes para agilizar os processos de regularização fundiária, de forma integrada, das áreas de comunidades tradicionais, rurais e urbanas no território.
- Articular a elaboração de PDAS e PRAS nos assentamentos.
- Fomentar a implantação do Cadastro Multifinalitário das áreas urbana.
- Articular os órgãos competentes para constituir os limites territoriais dos municípios.

2.2 Programa Assistência Técnica

Objetivos:

- Qualificar e modernizar as cadeias produtivas diversificadas para a Agricultura Familiar no território.
- Elaborar um plano regional integrado de produção acesso a novas tecnologias, assistência técnica e crédito, gerando novos empregos e renda.
- Promover parcerias com os órgãos competentes e prestadoras de serviço para ampliar o atendimento e qualificar a assistência técnica e extensão rural ATER, criando cursos técnicos específicos para as cadeias produtivas da região (manejo de pastagens, prevenção e controle de queimadas, proteção e recuperação de matas ciliares, manejo florestal, pecuária de corte e de leite, aquicultura, agricultura mecanizada, criação de animais de pequeno porte, apicultura e fruticultura).

2.3 Programa Pecuária

Objetivos:

- Melhorar a qualidade da alimentação e gerar renda para os trabalhadores rurais.
- Melhorar o padrão genético dos animais e incentivar a comercialização.
- Implantar matadouros públicos regionais através de gestão compartilhada.

- Implantar pólos de produção de abelhas nativas no território.
- Preservar as espécies nativas.

2.4 Programa Piscicultura e Aquicultura

Objetivos:

- Incrementar o melhoramento dos sistemas de criação de peixes e a atividade da piscicultura no território, com a revitalização dos projetos existentes, dando condições para que a atividade torne-se economicamente viável.
- Melhorar a alimentação e gerar renda ao pescador artesanal.
- Fomentar a implantação de indústrias de beneficiamento de pescado (camarão, peixe, sururu, caranguejo, ostra e derivados).
- Promover a implantação do laboratório regional para reprodução de alevinos e de estações de alevinagem, em cada município.

2.5 Programa Agricultura

Objetivos:

- Elaborar plano regional integrado de agricultura.
- Fortalecer a Agricultura Familiar.
- Estruturar Centros de Pesquisa Regionais.
- Melhorar a qualidade dos produtos agrícolas e aumentar a produtividade.
- Criar bancos de mudas e sementes.
- Desenvolver a cadeia de produção das frutíferas.

2.6 Programa Comércio e Serviços

Objetivos:

- Incentivar o desenvolvimento do Agronegócio.
- Facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias, proporcionando uma melhora na qualidade de vida dos agricultores familiares, com a disponibilização de estradas vicinais e energia elétrica para garantir as atividades produtivas.
- Implantar Feiras Livres, sendo uma feira por município a cada ano durante 05 anos e acrescentando as bases de serviços.

- Implantar Centros de Comercialização de produtos agropecuários e extrativistas no território.
- Estimular as atividades tradicionais da agricultura familiar, com mecanismos de agregação de valor, aporte de tecnologias adequadas e instrumentos de comercialização que garantam a segurança alimentar das famílias e melhoria da capacidade produtiva das culturas tradicionais.
- Desenvolver e apoiar programas de fortalecimento do associativismo e cooperativismo.

2.7 Programa Turismo

Objetivos:

- Promover o desenvolvimento das atividades turísticas, valorizando as manifestações culturais da região e fomentando atividades que permitam a diversificação das economias rurais e incremento da renda, o fortalecimento da cultura regional e a integração das iniciativas do poder público com as do setor produtivo.
- Constituir a Política e do Sistema Municipal de Turismo em todo o território e que fomente o Turismo Rural, Ecológico e de base comunitária.
- Formar mão de obra especializada para conduzir os empreendimentos turísticos do território gerando emprego e renda aos jovens e mulheres rurais.
- Promover o mapeamento das áreas destinadas ao turismo, incentivando e expandindo o turismo regional.
- Elaborar plano de turismo regional integrado para os municípios.
- Implantar centros de convenções regionais.

2.8 Programa Cultura

Objetivos:

- Valorizar e resgatar culturas locais, respeitando a diversidade de manifestações, inclusive religiosas dos diferentes grupos sociais existentes no território.
- Estimular constituição da Política e Sistema Municipal de Cultura nos municípios da região.
- Promover a criação de pontos de cultura no território.
- Criar espaços públicos para apresentações culturais em cada município.
- Realizar Seminário Anual de Cultura do Território.

- Realizar Feiras Anuais de cultura do território.
- Implantar Centros de Turismo, Cultura e Eventos.

2.9 Programa Artesanato

Objetivos:

- Divulgar o artesanato territorial gerando emprego e renda para as comunidades rurais.
- Promover cursos de artesanato e cursos de comercialização de produtos artesanais.
- Garantir a qualidade dos produtos artesanais proporcionando o aumento de sua comercialização.
- Proporcionar as mulheres e jovens rurais incrementos técnicos para melhor comercializar seus produtos.

2.10 Programa Esporte

Objetivos:

- Viabilizar praças poliesportivas e centros de lazer.
- Construir um Centro de Referência do Esporte no Território.
- Realizar olimpíadas territoriais e eventos esportivos.
- Melhorar da infraestrutura de esporte e lazer do território.

Eixo 3- Política de Saúde

3.1 Programa Saúde

Objetivos:

- Estimular o uso das plantas medicinais, resgatando a sabedoria popular.
- Ampliar todos os programas de saúde, tanto na zona urbana como na zona rural e melhorar a qualidade de atendimento.
- Garantir uma maior eficiência e efetividade dos programas de saúde, com ampliação do número de pessoas atendidas e tipos de programas no território.
- Implantar hospital de urgência e emergência e materno infantil de referência regional, com UTI.
- Implantar SAMU regional consorciado.

Eixo 4- Política de Educação

4.1 Programa Educação

Objetivos:

- Desenvolver experiências de comunicação nas escolas, tais como teatro, rádios ou jornais.
- Desenvolver ações para que os municípios do território realizem um novo diagnóstico da situação educacional local para elaborarem os Planos de Ações Articuladas (PAR), de acordo com o calendário.
- Estabelecer um novo modelo de educação rural que reverta o quadro de analfabetismo vigente e da baixa qualificação de jovens e adultos fortalecendo a auto estima da população e a identidade local.
- Formar o jovem rural promovendo o desenvolvimento endógeno e sustentável do campo.
- Implantar de pólos universitários e de escolas técnicas na região.
- Criar Rede Territorial do Programa Mais Educação.

Eixo 5 - Política de Assistência, Inclusão Social e Direitos Humanos

5.1 Programa Assistência, Inclusão Social e Direitos Humanos

Objetivos:

- Implementar o Sistema Único de Assistência Social, com a instalação/otimização dos CRAS e CREAS nos municípios, incluindo a capacitação periódica dos profissionais.
- Proporcionar Inclusão Social das Famílias Quilombolas na rede de Proteção Social e nas demais políticas públicas.
- Implantar centros de referência à pessoa idosa no território.
- Apoiar com Assistência Técnica para a implantação e implementação de instrumentos de gestão de políticas setoriais da Assistência Social tais como, Criança e Adolescente, Juventude, Mulher, Idoso, Igualdade Racial e Pessoa com Deficiência.

◆ Eixo 6 - Segurança Pública

6.1 Programa Segurança Pública

Objetivos:

- Viabilizar a implantação de um Núcleo de Inteligência Integrada.
- Elaborar plano regional integrado para a área de segurança pública.
- Criar e fortalecer as Guardas Municipais no território, viabilizando a reforma e ampliação da rede física das delegacias, dos quartéis, a aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e veículos, móveis.
- Constituir a Defesa Civil nos municípios com condições de funcionamento.
- Descentralizar o Corpo de Bombeiros Militar para as sedes dos municípios.
- Ampliar o efetivo das Polícias Rodoviárias, Estadual e Federal e instalar novos postos.



A Secretaria de Planejamento do Maranhão está trabalhando nos PPAs de diferentes consórcios /Assessoria Consórcio Conturi

Eixo 7 - Fortalecimento Institucional

7.1 Programa Fortalecimento Institucional

Objetivos:

- Promover a Formação Regional de Gestores Públicos em políticas públicas.
- Viabilizar cursos de capacitação em gestão e desenvolvimento territorial.
- Promover a capacitação de conselhos de políticas públicas, comissões, colegiados e agentes de controle social em políticas públicas.
- Implementar a capacitação das equipes municipais e regionais em Gestão Ambiental, planejamento, gestão pública, entre outras temáticas.
- Implementar processos de dinamização/reestruturação de conselhos de gestão e de direitos.

7.2 Programa Desenvolvimento e Gestão de Políticas Consorciadas

Objetivos:

- Fortalecer ações de articulação federativa.
- Desenvolver processos de gestão, planejamento, orçamento do Consórcio.
- Viabilizar a estruturação técnica e administrativa do CONTURI.
- Adequar à legislação os processos de transparência do Consórcio.
- Desenvolver programa de assessoria para elaboração, acompanhamento, avaliação e monitoramento de planos, programas e projetos de políticas públicas.
- Implantar um observatório sobre desenvolvimento territorial, visando a articulação da sociedade civil e poder público.
- Realizar Seminários de comunicação visando fortalecer política, sistema e veículos no Território.
- Estimular a criação de rádios comunitárias.

7.3 Programa Gestão Pública

Objetivo:

- Estimular a modernização da gestão pública no Território.

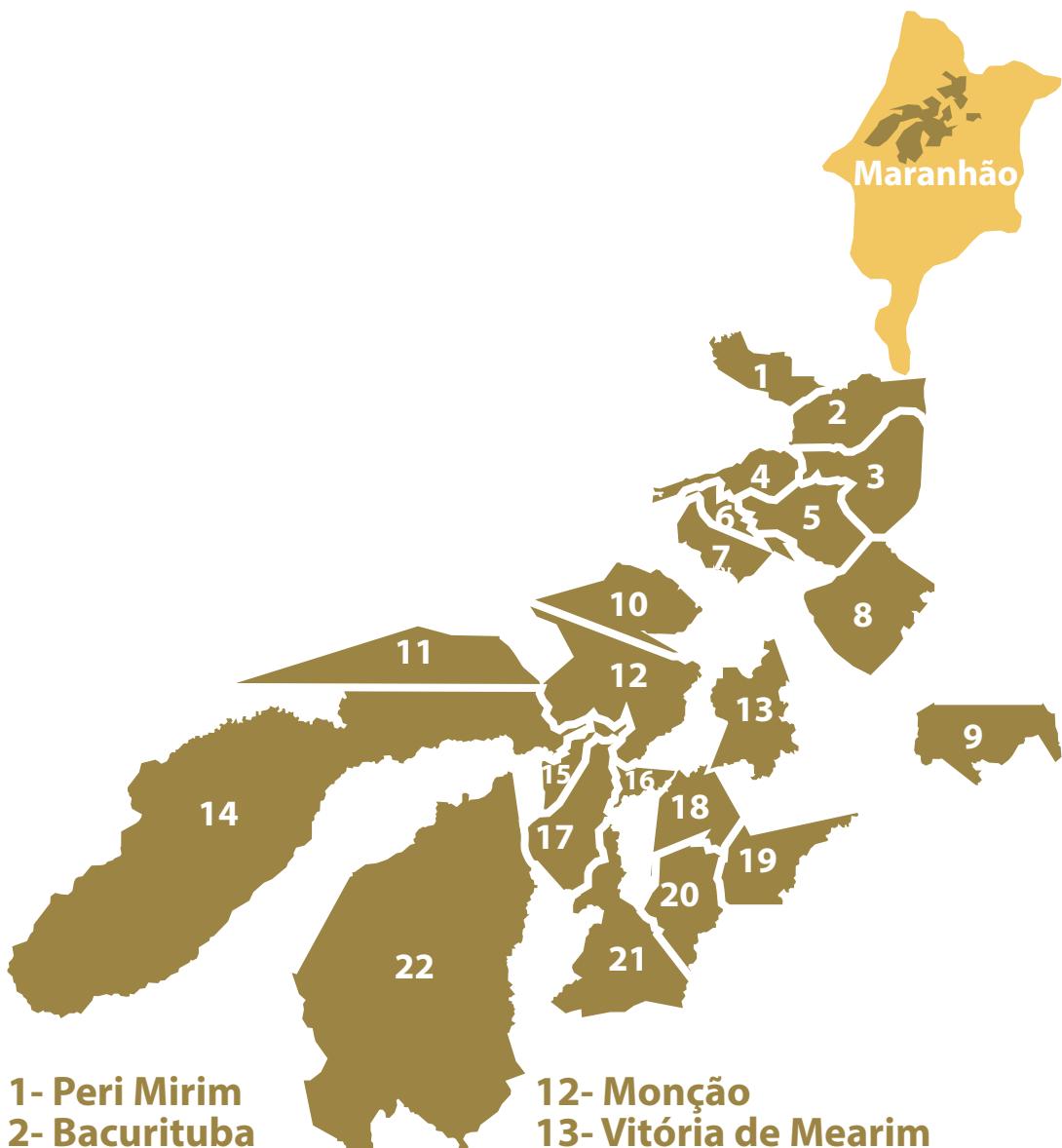


*O Consórcio pretende garantir um desenvolvimento mais sustentável da região
/Assessoria CONTURI*

Consórcio Público de Desenvolvimento Regional dos Lagos Maranhenses (CONLAGOS)



Audiência pública realizada no município de Matinha /Assessoria CONLAGOS



1- Peri Mirim
2- Bacurituba
3- Cajapió
4- São Vicente Ferrer
5- São João Batista
6- Olinda Nova do Maranhão
7- Matinha
8- Anajatuba
9- Cantanhede
10- Penalva
11- Governador Newton Bello

12- Monção
13- Vitória de Mearim
14- Bom Jardim
15- Pindaré-Mirim
16- Bela Vista do Maranhão
17- Santa Inês
18- Pio XII
19- Lago Verde
20- Olho d'Água das Cunhas
21- Vitorino Freire
22- Santa Luzia

Consórcio Público de Desenvolvimento Regional dos Lagos Maranhenses (CONLAGOS)

Criado no dia 25 de Julho de 2005, em Conceição do Lago Açú, Consórcio Público de Desenvolvimento Regional da Região dos Lagos Maranhenses – CONLAGOS, tem como finalidade atuar como instrumento de articulação, implantação e consolidação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos municípios a ele consorciados, que abrangem a Região dos Lagos Maranhenses.

No seu planejamento estratégico, ficou definida a missão de “Promover o desenvolvimento regional sustentável e o fortalecimento de políticas públicas consorciadas no território dos Lagos Maranhenses”. A visão do CONLAGOS é ser referência em consórcio público no Estado do Maranhão até 2017.

De junho a setembro de 2014, após sua instituição, houve 10 reuniões do Comitê Interfederativo de Elaboração do PPA Territorial dos Consórcios Intermunicipais do Maranhão, organizado em 3 grupos de trabalhos: 1) Capacitação; 2) Metodologia e Recortes; e 3) Planos Estratégicos. Além disso, foram realizados 2 seminários envolvendo mais de 300 pessoas. O PPA Territorial Participativo (PTP) CONLAGOS apresenta 4 eixos, 22 programas e 119 objetivos.

Caracterização da região

O Consórcio Intermunicipal CONLAGOS está localizado entre as Mesorregiões Norte, Centro e Oeste do Estado do Maranhão e compreende um território de quatro 4 grandes Biomas: Vale do Baixo Itapecuru, Vale do Pindaré, Baixada Maranhenses e o Vale do Mearim, regiões ricas em recursos naturais, de forte identidade cultural e de grande potencial turístico.

EIXOS - PROGRAMAS



Eixo 1 – Desenvolvimento Sustentável

- 1.1 Programa Regularização Fundiária.
- 1.2 Programa Desenvolvimento Rural.
- 1.3 Programa Melhoramento da Criação de Rebanhos Existentes.
- 1.4 Programa Incentivo à apicultura e à meliponicultura.
- 1.5 Programa Estímulo à piscicultura e Aquicultura.
- 1.6 Programa Agricultura e Fruticultura.
- 1.7 Programa Estímulo à comercialização.
- 1.8 Programa Turismo Sustentável.
- 1.9 Programa Cultura.
- 1.10 Programa Fomento ao artesanato.
- 1.11 Programa Infraestrutura.
- 1.12 Programa Esporte.



Eixo 2 – Ambientes Sustentáveis

- 2.1 Programa Elaboração, Implementação e Gestão da Política de Saneamento Básico.
- 2.2 Programa Elaboração, Implementação e Gestão da Política de Recursos Hídricos.
- 2.3 Programa Elaboração, Implementação e Gestão da Política Ambiental.



Eixo 3 – Políticas Sociais e Cidadania

- 3.1 Programa Saúde.
- 3.2 Programa Educação.
- 3.3 Programa Assistência Social.
- 3.4 Programa Segurança.



Eixo 4 – Fortalecimento do Controle Social

- 4.1 Programa Fortalecimento das Institucionalidades no Território.
- 4.2 Programa Gestão e Desenvolvimento Institucional do Consórcio.
- 4.3 Programa Governança e Gestão Pública.

Investimentos Previstos Por Eixo (R\$)

PTP	Curto prazo até 2017	Médio prazo até 2017/19	Longo prazo pós 2019	Total
Eixo 1	1.248.250.000	1.678.350.000	2.110.850.000	5.037.450.000
Eixo 2	294.000.000	405.000.000	541.000.000	1.240.000.000
Eixo 3	77.300.000	129.300.000	96.300.000	302.900.000
Eixo 4	1.980.000	1.980.000	1.980.000	5.940.000
Totais	1.621.530.000	2.214.630.000	2.750.130.000	6.586.290.000

Eixo 1 – Desenvolvimento Sustentável

1.1 Programa Regularização Fundiária

Objetivos:

- Incentivar a ampliação da regularização das áreas rurais e urbanas no território.
- Consolidar os assentamentos existentes, apoiando as ações de regularização fundiária com a ocupação dos lotes ociosos e a implantação da infraestrutura: habitação, água, energia elétrica, escolas, posto de saúde, estradas.
- Articular os órgãos competentes para agilizar os processos de regularização fundiária, de forma integrada, das áreas de comunidades tradicionais, rurais e urbanas no território.
- Articular a elaboração e revisão dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos – PDAS.
- Fomentar a implantação do Cadastro Multifinalístico das áreas urbanas.
- Articular os órgãos competentes para viabilização dos limites intermunicipais.

1.2 Programa Desenvolvimento Rural

Objetivos:

- Qualificar e modernizar as cadeias produtivas diversificadas para a Agricultura familiar no território.
- Elaborar um plano regional integrado de produção acesso a novas tecnologias, assistência técnica e crédito, gerando novos empregos e renda.
- Promover parcerias com os órgãos competentes e prestadoras de serviço para ampliar o atendimento e qualificar a assistência técnica e extensão rural - ATER, criando cursos técnicos específicos para as cadeias produtivas da região (manejo de pastagens, prevenção e controle de queimadas, proteção e recuperação de matas ciliares, manejo florestal, pecuária de corte e de leite, aquicultura, agricultura mecanizada, criação de animais de pequeno porte, apicultura e fruticultura).

1.3 Programa Melhoramento da Criação de Rebanhos Existentes

Objetivos:

- Melhorar a qualidade da alimentação e gerar renda para os trabalhadores rurais.
- Melhorar o padrão genético dos animais e incentivar a comercialização.
- Implantar matadouros públicos regionais através de gestão compartilhada.

1.4 Programa Incentivo à apicultura e à meliponicultura.

Objetivos:

- Proporcionar alternativas viáveis para geração de trabalho e renda, reduzindo a pobreza e o êxodo rural.
- Implantar pólos de produção de abelhas nativas no território.
- Preservar as espécies nativas.

1.5 Programa Estímulo à piscicultura e Aquicultura.

Objetivos:

- Incrementar o melhoramento dos sistemas de criação de peixes e a atividade da piscicultura no território, com a revitalização dos projetos existentes, dando condições para que a atividade torne-se economicamente viável.
- Melhorar a alimentação e gerar renda ao pescador artesanal.
- Implantar indústrias de beneficiamento de pescado (camarão, peixe, sururu, caranguejo, ostra).
- Promover a implantação do laboratório regional para reprodução de alevinos e de estações de alevinagem, em cada município.

1.6 Programa Agricultura e Fruticultura

Objetivos:

- Elaborar plano regional integrado de agricultura.
- Fortalecer a Agricultura Familiar.
- Estruturar Centros de Pesquisa Regionais.
- Melhorar a qualidade dos produtos agrícolas e aumentar a produtividade.
- Criar bancos de mudas e sementes.
- Desenvolver a cadeia de produção das frutíferas.

1.7 Programa Estímulo à comercialização

Objetivos:

- Incentivar o desenvolvimento do agronegócio.
- Facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares, com a disponibilização de estradas vicinais e energia elétrica para garantir as atividades produtivas.
- Implantar Feiras Livres, sendo uma feira por município a cada ano durante 05 anos e acrescentando as bases de serviços.
- Implantar Centros de Comercialização de produtos agropecuários e extrativistas no território.
- Estimular as atividades tradicionais da agricultura familiar, com mecanismos de agregação de valor, aporte de tecnologias adequadas e instrumentos de comercialização que garantam a segurança alimentar das famílias e melhoria da capacidade produtiva das culturas tradicionais.
- Desenvolver e apoiar programas de fortalecimento do associativismo e cooperativismo.

1.8 Programa Turismo Sustentável

Objetivos:

- Promover o desenvolvimento das atividades turísticas, valorizando as manifestações culturais da região e fomentando atividades que permitam a diversificação das economias rurais e incremento da renda, o fortalecimento da cultura regional e a integração das iniciativas do poder público com as do setor produtivo.
- Constituir a Política e o Sistema Municipal de Turismo em todo território e que fomente o Turismo Rural, Ecológico e de base comunitária.
- Formar mão-de-obra especializada para conduzir os empreendimentos turísticos do território gerando emprego e renda aos jovens e mulheres rurais.
- Promover o mapeamento das áreas destinadas ao turismo e incentivar e expandir o turismo regional.
- Elaborar plano de turismo regional integrado para os municípios.
- Implantar centros de convenções regionais.

1.9 Programa Cultura

Objetivos:

- Valorizar e resgatar culturas locais, respeitando a diversidade de manifestações, inclusive religiosas dos diferentes grupos sociais existentes no território.
- Estimular constituição da Política e Sistema Municipal de Cultura nos municípios da região.
- Promover a criação de pontos de cultura no território.
- Criar espaços públicos para apresentações culturais em cada município.
- Realizar Seminário Anual de Cultura do Território.
- Realizar Feiras Anuais de cultura do Território.
- Implantar Centros de Turismo, Cultura e Eventos.

1.10 Programa Fomento ao artesanato

Objetivos:

- Divulgar o artesanato territorial gerando emprego e renda para as comunidades rurais.
- Promover cursos de artesanato e cursos de comercialização de produtos artesanais.
- Garantir a qualidade dos produtos artesanais proporcionando o aumento de sua comercialização.
- Proporcionar as mulheres e jovens rurais meios para melhor comercializar seus produtos.

1.11 Programa Infraestrutura

Objetivos:

- Viabilizar a construção, ampliação, recuperação, manutenção e conservação das pontes, bueiros e estradas estaduais, intermunicipais e vicinais.
- Promover a implantação de usina de asfalto regional.
- Promover a criação de fábricas regionais de bloquetes e bloco estrutural.
- Promover a criação de fabricas regionais de tijolo adobe.
- Realizar revitalização da área urbana integrada dos municípios do Território, garantindo acesso aos direitos dos cidadãos portadores de deficiência.
- Implantar sistema de transporte urbano integrado, com legislação de transito pertinente, nos municípios do Território.

- Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos.
- Implantar ciclovias integradas nas principais vias públicas dos municípios.
- Melhorar a qualidade de habitação e de trabalho das famílias.
- Qualificar e capacitar mão de obra do território para execução de projetos de infraestrutura: ajudante de pedreiro, eletricista, encanador, marceneiro, serralheiro, pintor, gesseiro.
- Desenvolver os programas habitacionais em parceria com os Governos Estadual e Federal.
- Formular um plano regional integrado de habitação para os municípios.
- Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e para a ocupação racional do Território.
- Desenvolver estudos geológicos e geofísicos do Território.
- Incentivar a interiorização de política industrial do estado com a criação de 6 pólos industriais e zonas de isenção fiscal em áreas estratégicas dos territórios.
- Promover o fundo rotativo de apoio à economia solidária.
- Atrair agroindústria para beneficiamento da carne (bovino, caprino, ovino, suíno e aves) e de laticínios produzidos no Território.
- Incentivar a elaboração e/ou atualização de Planos Diretores e Zoneamentos Municipais.

1.12 Programa Esporte

Objetivos:

- Viabilizar praças poliesportivas e centros de lazer.
- Construir um Centro Olímpico para o Território.
- Realizar olimpíadas territoriais e eventos esportivos.
- Melhorar da infraestrutura de esporte e lazer do Território.

Eixo 2 – Ambientes Sustentáveis

2.1 Programa Elaboração, Implementação e Gestão da Política de Saneamento Básico

Objetivos:

- Promover a elaboração, implementação e a articulação da gestão da Política de Saneamento Básico, na área urbana e rural, envolvendo os quatro componentes: gestão dos resíduos sólidos, esgotamento sanitário, abastecimento de água e drenagem urbana.

- Viabilizar a implantação de aterros sanitários, de coletas seletivas, de usinas de compostagem, de usinas de reciclagem, de fábricas de transformação de materiais recicláveis, da logística reversa de abrangência territorial e com gestão consorciada.
- Ampliar sistema de captação, armazenagem e tratamento de água visando a universalização do abastecimento integrado nos municípios.
- Viabilizar infraestrutura de rede coletora de esgoto com tratamento e fossas sépticas para as famílias, contribuindo na redução de doenças.
- Viabilizar infraestrutura de drenagem urbana, de acordo com a realidade de cada localidade, com mapeamento de risco.
- Estimular a criação de associações de catadores, bem como capacitá-los para exerçam suas atividades.



*O consórcio criou 3 grupos de trabalho para a elaboração do documento
/Assessoria CONLAGOS*

2.2 Programa Elaboração, Implementação e Gestão da Política de Recursos Hídricos

Objetivos:

- Promover a operacionalização das ações de gestão das bacias hidrográficas, da descentralização da fiscalização, do licenciamento ambiental, da implementação do CAR-Cadastro Ambiental Rural e da implementação de ações de educação e gestão ambiental (APA's e Reservas).
- Reflorestar e revitalizar áreas degradadas dos corpos hídricos (margens, nascentes, foz).
- Desenvolver ações em prol da conservação e o uso racional por meio de ação local, regional e nacional e de cooperação internacional visando alcançar o desenvolvimento sustentável das zonas úmidas do Território.

2.3 Programa Elaboração, Implementação e Gestão da Política Ambiental

Objetivos:

- Sensibilizar quanto a importância das relações existentes entre Educação, Sociedade e Natureza para garantir a autosustentabilidade das comunidades.
- Desenvolver um sistema de manejo para recomposição de áreas degradadas reduzindo impactos ambientais.
- Compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e qualidade de vida, articulando as ações e atividades ambientais dos diversos órgãos e entidades que atuam no Território, promovendo a recuperação das áreas degradadas e buscando desenvolvimento sustentável norteado pelos princípios da agroecologia.
- Constituir a política e sistema municipal de meio ambiente nos municípios do Território.

Eixo 3 – Políticas Sociais e Cidadania

3.1 Programa Saúde

Objetivos:

- Estimular o uso das plantas medicinais, resgatando a sabedoria popular.
- Ampliar todos os programas de saúde, tanto na zona urbana como na zona rural e melhorara qualidade de atendimento.
- Garantir uma maior eficiência e efetividade dos programas de saúde, com ampliação do número de pessoas atendidas e tipos de programas no território.
- Implantar hospital de urgência e emergência e materno-infantil de referência regional, com especialidades e UTI.
- Implantar SAMU regional.

3.2 Programa Educação

Objetivos:

- Desenvolver experiências de comunicação nas escolas, tais como rádios ou jornais.
- Desenvolver ações para que os municípios do território realizem um novo diagnóstico da situação educacional local para elaborarem os Planos de Ações Articuladas (PAR), de acordo com o calendário.
- Estabelecer um novo modelo de educação rural que reverta o quadro de analfabetismo vigente e da baixa qualificação de jovens e adultos fortalecendo a auto-estima da população e a identidade local.
- Formar o jovem rural promovendo o desenvolvimento endógeno e sustentável do campo.
- Viabilizar a interiorização de cursos técnicos e superiores em áreas que contribuam para o desenvolvimento regional, tais como: gestão de agronegócios, veterinária, agronomia.
- Viabilizar a troca de experiências existosas, inter e intramunicipal, na área da educação.

3.3 Programa Assistência Social

Objetivos:

- Implementar o Sistema Único de Assistência Social, com a instalação/otimização dos CRAS e CREAS nos municípios, incluindo a capacitação periódica dos profissionais.

- Proporcionar Inclusão Social das Famílias Quilombolas na rede de Proteção Social e nas demais políticas públicas.
- Viabilizar a instalação de abrigos para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social, tais como abrigos para crianças e adolescentes, casa de idosos, albergues.

3.4 Programa Segurança

Objetivos:

- Viabilizar a implantação de um Núcleo de Inteligência Integrada.
- Elaborar plano regional integrado para a área de segurança pública.
- Viabilizar a reforma e ampliação da rede física das delegacias e dos quartéis, a aquisição de equipamentos de informática, veículos, móveis.
- Constituir a Defesa Civil nos municípios com condições de funcionamento.
- Descentralizar o Corpo de Bombeiros Militar para as sedes dos municípios.
- Ampliar o efetivo, através de concurso, da Polícia Rodoviária Federal e instalar postos.
- Viabilizar a constituição da Polícia Rodoviária Estadual para a segurança nas Rodovias Estaduais.
- Regulamentar, criar e estruturar a Guarda Municipal.

Eixo 4 – Fortalecimento do Controle Social

4.1 Programa Fortalecimento das Institucionalidades no Território

Objetivos:

- Promover a Formação Regional de Gestores Públicos em políticas públicas.
- Viabilizar cursos de capacitação em gestão e desenvolvimento territorial.
- Promover a capacitação de conselhos de políticas públicas, comissões, colegiados e agentes de controle social em políticas públicas.
- Implementar a capacitação das equipes municipais e regionais em Gestão Ambiental, planejamento, gestão pública, entre outras temáticas.
- Implementar processos de criação/dinamização/reestruturação de Conselhos de gestão (saúde, educação, assistência social, áreas de proteção ambiental, cultura, entre outros) e de direitos (Tutelar, Criança e Adolescente, Mulher, Idoso, entre outros).
- Estimular a descentralização das políticas públicas, tais como o transito, gestão da água e esgoto.

4.2 Programa Gestão e Desenvolvimento Institucional do Consórcio

Objetivos:

- Fortalecer ações de articulação federativa.
- Desenvolver processos de gestão, planejamento, orçamento do Consórcio.
- Viabilizar a estruturação técnica e administrativa do CONLAGOS.
- Adequar à legislação os processos de transparência do Consórcio.
- Desenvolver programa de assessoria para elaboração, acompanhamento, avaliação e monitoramento de planos, programas e projetos de políticas públicas.
- Implementar um observatório sobre desenvolvimento territorial, visando a articulação da sociedade civil e poder público.
- Realizar Seminários de comunicação.
- Estimular a criação de rádios comunitárias.

4.3 Programa Governança e Gestão Pública

Objetivo:

- Estimular a modernização da gestão pública no território.



Na mesa de abertura do seminário estavam presentes prefeitos dos municípios consorciados e representantes do Ministério do Planejamento /Assessoria CONLAGOS

Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte (COPIRN)



Participantes da oficina de Planejamento e Gestão Territorial realizada em Natal /Assessoria COPIRN

COPIRN - 167 municípios



Território do Alto Oeste Potiguar - 30 municípios: Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antonio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, João Dias, José da Penha, Luis Gomes, Lucrecia, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Pau dos Ferros, Paraná, Pilões, Portalegre, Riacho da Cruz, Rafael Fernandes, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Tenente Ananias, Taboleiro Grande, Venha Ver e Viçosa.

Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte (COPIRN)

Constituído em maio de 2010, o Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN começou o trabalho pela Região de Saúde de Pau dos Ferros, que tem adesão de 20 municípios e atinge uma população de aproximadamente 150.000 habitantes. Em seguida, realizou-se uma Chamada Pública para implantação do “Programa de Contratação de Prestadores de Serviços de Saúde Privados” nas demais Regiões de Saúde do estado do Rio Grande do Norte, para a média e a alta complexidade ambulatorial.

Os principais objetivos do COPIRN são a promoção da gestão de serviços públicos, a prestação de serviços de assistência técnica, a execução de obras, o desenvolvimento das ações continuadas de educação, cultura e trabalho, o desenvolvimento de ações de prevenção à violência e a promoção de políticas de desenvolvimento sustentável, por meio do uso racional dos recursos naturais e da proteção do meio-ambiente. Dada a grande extensão do Consórcio, o COPIRN adota planos sub-regionais. A experiência que é aqui apresentada é a do Plano Territorial Participativo do território do Alto Oeste Potiguar, que abrange um conjunto de 30 municípios: Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antonio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, João Dias, José da Penha, Luis Gomes, Lucrecia, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Pau dos Ferros, Paraná, Pilões, Portalegre, Riacho da Cruz, Rafael Fernandes, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Tenente Ananias, Taboleiro Grande, Venha Ver e Viçosa. O PPA Territorial Participativo (PTP) desse território apresenta 4 eixos, 17 programas e 131 objetivos.

Caracterização da região

O território do Alto Oeste Potiguar compreende uma área de 5.259 km², ou 9,96% do território estadual. O Território é formado por dois ecossistemas, o de Caatinga e o de Floresta de Serras, que são regionalmente identificados como sertão e áreas serranas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a região conta com 194.032 habitantes, correspondendo a 6,43% da população total do Estado.

Ao lado da atividade agropecuária, há uma outra frente que pode se tornar importante em uma estratégia de desenvolvimento para a Região: seu potencial turístico e cultural. O relevo e o clima das áreas de serras se conjugam a uma cobertura vegetal densa, conferindo especificidades locais que fazem a diferença, tendo em vista a localização do recorte regional em meio ao Semiárido, onde domina a Caatinga e as elevadas temperaturas. Aliado a estes componentes ambientais, a construção de hotéis, de mirantes, as manifestações e

projetos dos movimentos de cultura e a existência de outros atrativos nas cidades serranas sinalizam para a possibilidade de exploração desse potencial.

EIXOS – PROGRAMAS

Eixo 1- Fortalecimento dos Direitos Sociais e Cidadania

- 1.1 Programa Educação Básica de Qualidade
- 1.2 Programa Educação Profissional e Tecnológica
- 1.3 Programa Educação Superior – Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
- 1.4 Programa Acesso a Cultura, Esporte e Lazer
- 1.5 Programa Ampliação e Melhoria do Sistema de Saúde Pública
- 1.6 Programa Melhoria da Assistência Social e Segurança
- 1.7 Programa Melhoria das Condições Habitacionais

Eixo 2- Desenvolvimento Territorial Democrático e Gerenciamento Sustentável dos Recursos Naturais

- 2.1 Programa Ampliação e Consolidação das Cadeias Produtivas
- 2.2 Programa Consolidação do Turismo Regional
- 2.3 Programa Democratização do Acesso à Terra e a Produção Agrária
- 2.4 Programa Conservação e Preservação de Recursos Naturais

Eixo 3- Ampliação da Infraestrutura do Território

- 3.1 Programa Ampliação da Infraestrutura Hídrica do Território do Alto Oeste Potiguar
- 3.2 Programa Criação de Sistema de Controle Sustentável de Recursos Hídricos
- 3.3 Programa Implantação e Melhoria do Sistema de Saneamento Básico
- 3.4 Programa Infraestrutura e Capacitação para o Desenvolvimento Territorial

Eixo 4 - Desenvolvimento Institucional e Capital Social

- 4.1 Programa Reestruturação e Modernização da Gestão Pública
- 4.2 Programa Ampliação e Fortalecimento do Capital Social

Investimentos Previstos Por Eixo (R\$)

PTP	Curto prazo até 2017	Médio prazo até 2017/19	Longo prazo pós 2019	Total
Eixo 1	184.250.000	156.600.000	167.050.000	507.900.000
Eixo 2	34.800.000	32.700.000	30.500.000	98.000.000
Eixo 3	129.200.000	128.600.000	100.400.000	358.200.000
Eixo 4	3.085.000	3.285.000	2.200.000	9.860.000
Totais	351.335.000	321.185.000	300.150.000	973.960.000

Eixo 1- Fortalecimento dos Direitos Sociais e Cidadania

1.1 Programa Educação Básica de Qualidade

Objetivos:

- Ampliar e melhorar as instalações físicas das escolas das redes estadual e municipal existentes no território (urbanas e rurais).
- Implantar o cardápio da merenda escolar de acordo com as normas do PNAE.
- Incluir no currículo escolar temas como: Etnias; Racismo; Socioeconomia e Cidadania.
- Institucionalizar testes vocacionais para alunos do ensino médio que pretendem ingressar no ensino superior.
- Capacitar o corpo institucional escolar para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais e de acessibilidade.
- Adquirir equipamentos técnico-pedagógicos para as escolas das redes estadual e municipal existentes no Território (urbanas e rurais).
- Implantar laboratórios e bibliotecas escolares e aquisição dos equipamentos necessários.
- Implantar creches municipais em tempo integral no território.
- Melhorar o transporte escolar e ampliação da frota de ônibus (zona rural – urbana)
- Valorizar os professores através da garantia do piso salarial.
- Realizar o Programa de Formação e Capacitação Continuada para gestores, professores e pessoal técnico-administrativo das escolas e secretarias municipais de educação.

1.2 Programa Educação Profissional e Tecnológica

Objetivos:

- Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes e técnicos no Território e adequar a oferta à realidade e vocação do Território.
- Implantar curso profissionalizante, dentro da proposta educacional “Pedagogia da Alternância” com temas como: Economia Solidária, Agricultura Familiar e Economia Criativa.
- Ampliar a Oferta dos Cursos do Pronatec Campo no Território.
- Implantar Escola Agrícola no Território.
- Formar convênios com instituições como SEBRAE, SENAC, SENAI, SENAR, Escolas Técnicas e outras para a formar cursos de pequena e média duração para capacitar e profissionalizar jovens e trabalhadores em áreas como: empreendedorismo, cooperativismo/associativismo, desenvolvimento de negócios, informática, vendas e marketing.

1.3 Programa Educação Superior – Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Objetivos:

- Ampliar a Universidade Federal Rural do Semi-Árido –UFRSA no município de Pau dos Ferros (unidade de ensino e residência universitária).
- Ampliar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação nas três instituições públicas de ensino superior localizadas em Pau dos Ferros (UERN, IFRN e UFERSA)
- Implantar curso de Medicina no Território.
- Implantar o Campus do IFRN nos municípios de São Miguel, Alexandria e Umarizal.

1.4 Programa Acesso a Cultura, Esporte e Lazer

Objetivos:

- Melhorar a infraestrutura esportiva e de lazer no Território.
- Realizar eventos esportivos voltados para os jovens nas modalidades de natação, futebol, atletismo, vôlei, handebol e outros.
- Fortalecer o Museu de Cultura Sertaneja através da realização de projetos e atividades que respeitem e valorizem o patrimônio cultural da cultura sertaneja e estimulem a participação e interesse dos diversos segmentos da sociedade no Museu, assim como formar e qualificar profissional de sua equipe.
- Construir Complexo Cultural com anfiteatro no Território.
- Identificar as vocações dos potenciais culturais dos diferentes municípios do Território, dando-lhes condições de elaborar e executar projetos e realizar atividades.
- Promover Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de grupos culturais locais assim como dos profissionais da área cultural.
- Promover ações para identificar, preservar, salvaguardar e valorizar o patrimônio cultural do Território, de natureza material e imaterial.
- Implantar bibliotecas comunitárias associadas a ações de valorização do livro, da literatura e da leitura no Território.
- Criar e Ampliar os Centros Culturais na Região, voltados para o estímulo e valorização da vocação cultural do Território.

1.5 Programa Ampliação e Melhoria do Sistema de Saúde Pública

Objetivos:

- Ampliar o número de equipes de Saúde na Família em todos os municípios do Território.
- Implantar farmácias básicas nos Centros de Saúde dos municípios.
- Ampliar o número de farmácias populares no Território.
- Ampliar a oferta da atenção especializada, especialmente nas áreas de ortopedia, anestesiologia, cardiologia e neurologia.
- Adquirir equipamentos médico-hospitalares para os hospitais e postos de saúde do Território (aparelhos de ultrassom, raio X, tomógrafo, mamógrafo, aparelhos oftalmológicos, etc.).
- Criar o Pólo Regional de Capacitação e Apoio à Gestão do SUS.
- Ampliar o Atendimento de Média Complexidade no Território.
- Criar Programas de Promoção da Saúde do Homem e do Idoso.
- Ampliar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU no Território.
- Implantar Unidade de Pronto Atendimento- (UPA) no Território.
- Implantar UTI completa no Território.
- Reestruturar o Hospital Regional de Pau dos Ferros de modo a atender casos de média e alta complexidade no Território.
- Reformar as unidades de atendimento e aquisitar equipamentos e materiais para a atenção humanizada ao parto e nascimento (Implantar a Rede Cegonha).
- Implantar leitos pediátricos no Hospital Regional de Pau dos Ferros.
- Implantar Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTI Neonatal) no Território.
- Implementar política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança.
- Fortalecer e ampliar a rede de prevenção e controle do câncer de mama e colo de útero.

1.6 Programa Melhoria da Assistência Social e Segurança

Objetivos:

- Expandir os Centros de Referências da Assistência Social - CRAS.
- Estruturar os Conselhos Tutelares nos municípios do Território.
- Ampliar o Programa de Qualificação e Requalificação de Famílias Cadastradas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, assim como do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

- Implantar Programas Educacionais de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) nas escolas.
- Implantar serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas no Território.
- Capacitar e formar os membros dos Conselhos e Unidades de Atendimento da Assistência Social.
- Implantar uma Delegacia da Mulher no Território.
- Implantar um posto do ITEP no Território do Alto Oeste Potiguar.

1.7 Programa Melhoria das Condições Habitacionais

Objetivos:

- Articular com o Programa MCMV para o assentamento ou remanejamento de famílias em obras de urbanização de assentamentos precários, saneamento e outros.
- Prover ou reformar unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais para atendimento a população, prioritariamente em situação de fragilidade social.
- Efetivar o Plano Nacional de Habitação Rural - PNHR, no Território do Alto Oeste com a construção/reforma de no mínimo 6.000 unidades.
- Atualizar a Base Cartográfica, com geolocalização e Georreferenciamento dos municípios do Território, possibilitando a atualização do cadastro imobiliário, a regularização fundiária e os registros de dominialidade dos bens públicos existentes no Território.

◆ Eixo 2- Desenvolvimento Territorial Democrático e Gereciamento Sustentável dos Recursos Naturais

2.1 Programa Ampliação e Consolidação das Cadeias Produtivas

Objetivos:

- Ampliar, Melhorar e Fortalecer a Assistência Técnica e a Extensão Rural-ATER no Território.
- Implantar Abatedouro Público em conformidade com a legislação sanitária através de consórcio público.
- Implantar infraestrutura de tanques de resfriamento de leite no Território.
- Implantar cursos de capacitação e formação para pequenos produtores rurais.

- Promover a pesca extrativa nos açudes públicos e comunitários, através do seu ordenamento e estímulo a criação em tanques, redes e gaiolas flutuantes.
- Criar sistemas de Inspeção Sanitária nos municípios de forma consorciada.
- Ampliar e Implantar Unidades Públicas de beneficiamento de mel (Casas de Mel) com foco nos padrões exigidos para certificação.
- Criar incentivos ligados ao crédito para Projetos de Desenvolvimento Ambiental.
- Criar incentivos a projetos destinados a suinocultura, avicultura, bovinocultura, ovinocaprinocultura e fruticultura de sequeiro no Território.
- Fomentar a criação de pocilgas comunitárias no Território de maneira associativista.
- Fortalecer a comercialização dos produtos agrícolas produzidos no Território.
- Ampliar e desburocratizar a Tarifa Verde de forma universalizada.

2.2 Programa Consolidação do Turismo Regional

Objetivos:

- Fortalecer o Turismo Regional por meio da melhoria da qualidade dos equipamentos, infraestrutura e serviços relacionados ao Turismo.
- Promover Festas Tradicionais, Festivais Gastronômicos – Arte Culinária, Feiras e Pontos turísticos do Território.
- Fortalecer o Setor Turístico por meio de incentivos à associação, cooperativismo e projetos comunitários relacionados à cultura, artesanato e oferta de serviços turísticos.
- Implantar cursos de capacitação, formação e profissionalização para o Turismo (técnico e gerencial).
- Regulamentar o ecoturismo de forma a proporcionar a preservação e sustentabilidade.
- Ampliar as áreas de Turismo Ecológico e Rural de forma controlada e sustentável, levando em consideração as Áreas de Proteção Permanente.
- Promover o Turismo no Território através de campanhas de marketing e publicidade.

2.3 Programa Democratização do Acesso à Terra e a Produção Agrária

Objetivos:

- Efetivar a titulação das terras de assentamentos.
- Estruturar os assentamentos rurais no território do Alto Oeste Potiguar.
- Promover cursos de capacitação e formação com foco na agricultura familiar (ma-

nejo agroecológico da produção, beneficiamento, comercialização solidária e justa das cadeias produtivas, artesanato, apicultura, meliponicultura e outros).

- Incentivar a constituição de atividades produtivas que priorizem a inserção dos jovens e das mulheres.
- Incentivar a constituição de associações e cooperativas para comercialização de produtos.
- Promover o crédito para pequenos agricultores com a finalidade de construção de poços artesianos em suas propriedades.
- Diversificar as culturas agrícolas de acordo com as tendências de mercado e vocação territorial.
- Promover incentivos à criação de indústrias de processamento de frutas produzidas no Território (ex.: umbu, cajarana, acerola, caju e outros).

2.4 Programa Conservação e Preservação de Recursos Naturais

Objetivos:

- Melhorar as condições ambientais por meio da recuperação da mata ciliar do rio Apodi-Mossoró e reflorestamento de morros e encostas de serras.
- Realizar o inventário florestal do Território.
- Criar uma Central de Distribuição de Mudas no Território.
- Promover a Educação ambiental em escolas de ensino básico, fundamental e médio.
- Criar Unidade de Conservação nas áreas serranas do Território e na nascente do Rio Apodi-Mossoró.
- Promover cursos de capacitação voltados para a conservação e manejo dos recursos naturais nas comunidades rurais do Alto Oeste.
- Promover ações de fiscalização e supervisão de Áreas de Proteção que atuam no benefício da manutenção de Reservas Hídricas no Território.
- Promover a fiscalização intensiva para o combate aos caçadores e pescadores de espécies nativas para comércio ilegal.
- Recuperar as áreas degradadas provenientes da exploração de recursos associados à construção civil e produção cerâmica.
- Promover a integração Institucional das Polícias Ambientais com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente nas atividades de fiscalização.
- Implementar um escritório do IBAMA no Território.



Sociedade e gestores públicos reúnem-se em momento de elaboração do PPA /Assessoria COPIRN

◆ **Eixo 3- Ampliação da Infraestrutura do Território**

3.1 Programa Ampliação da Infraestrutura Hídrica do Território do Alto Oeste Potiguar

Objetivos:

- Construir, ampliar e gerir Sistemas simplificados de água de adutoras.
- Instalar, recuperar e manutenir dessalinizadores em poços com vazão adequada em áreas rurais e urbanas.
- Construir o Açude Poço de Varas no município de Cel. João Pessoa.
- Construir, ampliar e recuperar sistemas de abastecimento d'água em comunidades rurais.
- Reestruturar e modernizar os Sistemas de Irrigação dos Perímetros Irrigados do Território.
- Interligar o sistema de adutora do Alto Oeste Potiguar ao sistema adutor de engate rápido de Pau dos Ferros.
- Universalizar as Tecnologias Sociais (Cisternas 1^a Água, Cisternas 2^a Água, Biodigestor, Fogão Solar, Palma Forrageira entre outros).

3.2 Programa Criação de Sistema de Controle Sustentável de Recursos Hídricos

Objetivos:

- Realizar estudos com o objetivo de levantar os principais reservatórios subterrâneos não explorados.
- Promover a inovação tecnológica nos sistemas de irrigação adequados ao clima semi-árido.
- Implantar controles rígidos para a distribuição e utilização dos recursos hídricos nas áreas urbanas e rurais.
- Desenvolver a implantação e o funcionamento de Sistema de Informações sobre os recursos hídricos existentes no Território, seus usos e benefícios.
- Promover a recuperação e ampliação da capacidade dos reservatórios nos períodos de seca.
- Ampliar o programa de implantação de cisternas e estimular o uso de cisternas em áreas urbanas associadas ao Programa MCMV, do Território do alto Oeste Potiguar.

3.3 Programa Implantação e Melhoria do Sistema de Saneamento Básico

Objetivos:

- Elaborar e implantar os Planos de Municipais de Saneamento Básico no Território.
- Implantar e Ampliar os sistemas de esgotamento sanitário do Território.
- Implantar o Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
- Implantar Unidade de Análise de Água no Território.
- Implantar medidas estruturantes para a melhoria do saneamento básico (Planejamento, prestação de serviços, regulação, participação, controle social e fiscalização).
- Realizar Avaliação de Impactos Ambientais-AIA nos lixões existentes no Território.
- Criar Centro de Referência de Saneamento Básico com laboratórios para avaliação da água, esgotos e resíduos sólidos e da qualificação de pessoal nos municípios, através do Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN.

3.4 Programa Infraestrutura e Capacitação para o Desenvolvimento Territorial

Objetivos:

- Implantar Pólo Industrial no município de Pau dos Ferros.
- Ampliar a oferta de eletrificação nas áreas rurais.
- Recuperar e conservar as rodovias e estradas vicinais existentes no Território.
- Ampliar o acesso aos serviços de telecomunicações e internet.
- Estruturar a malha viária, recuperar e conservar as rodovias e estradas vicinais existentes no Território.
- Criar uma Zona de Livre Comércio no Território.
- Realizar capacitação em Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento Regional e Local com objetivo de formar agentes públicos, privados e representantes da sociedade civil organizada.



Oficina teve participação de gestores e técnicos das prefeituras e representantes do Ministério do Planejamento /Assessoria COPIRN

Eixo 4 - Desenvolvimento Institucional e Capital Social

4.1 Programa Reestruturação e Modernização da Gestão Pública

Objetivos:

- Adquirir equipamentos tecnológicos para modernizar e melhorar os serviços públicos ofertados à sociedade.
- Implantar Programa de Capacitação para servidores nas áreas de Planejamento, Elaboração de Projetos e Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.
- Elaborar Convênios com Instituições de Ensino Superior presentes no Território para formar servidores públicos na área de Gestão Pública.
- Criar espaços de diálogo, transparência e participação social no âmbito da gestão Pública.
- Promover a articulação institucional intraterritorial e a articulação federativa entre os municípios do Território, estado e união.

4.2 Programa Ampliação e Fortalecimento do Capital Social

Objetivos:

- Ampliar e Fortalecer o Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN e de Consórcios Públicos Territoriais (Setoriais e Multisetoriais).
- Ampliar e fortalecer as instâncias de Participação e Controle social presentes no Território.
- Adotar cotas para a representação do Capital Social local nos Programas de Capacitação e Formação, destinados a servidores públicos.



Diretora executiva do Consórcio (ao centro) dá início à oficina de capacitação para elaboração do PPA, realizada em Natal /Assessoria COPIRN

Consórcio Intermunicipal Velho Coronel (CVC)



Reuniões foram realizadas nos municípios do Consórcio para ouvir o máximo de pessoas possível durante o mapeamento das necessidades de cada região /Assessoria CVC



Consórcio Intermunicipal Velho Coronel (CVC)

Constituído no final de 2011, é formado por 12 municípios: Águas Frias, Coronel Freitas, Jardinópolis, União do Oeste, Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Formosa do Sul, Irati, Planalto Alegre, Quilombo e Santiago do Sul, localizados na região Oeste de Santa Catarina a aproximadamente 600 quilômetros da capital Florianópolis. Somam uma área de 2.290.403 km² e 64 mil habitantes.

Até o momento foram realizadas 12 plenárias que reuniram cerca de 390 pessoas, entre técnicos, prefeitos e a sociedade para a elaboração do PPA Territorial de forma participativa. Entre os principais desafios a serem enfrentados na região estão as questões de saneamento básico e resíduos sólidos, regularização da área destinada ao aterro sanitário, aquisição de máquinas e equipamentos para a coleta, transporte, processamento e reciclagem do lixo.

O consórcio demonstrou também, interesse em implantar uma rede de dados visando à instalação do programa “Cidade Digital”, melhorando o sinal do telefone fixo e móvel e regularizando também um sistema de monitoramento, com o intuito de aumentar a segurança dos municípios da região. O Plano PPA Territorial Participativo (PTP) de Velho Coronel apresenta 6 eixos, 28 programas e 106 objetivos.

Caracterização da região oeste de Santa Catarina

Os 12 municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal CVC possuem atividades econômicas que se destacam na agricultura, pecuária, comércio e serviços e também na área industrial. Nas propriedades rurais dos municípios, que são na sua maioria baseadas na agricultura familiar, constituem-se de pequenas propriedades, que se desenvolvem de forma predominante nos cultivos agrícolas temporários, destacando-se o plantio de tomate, cana de açúcar, milho, soja, feijão e trigo e a pecuária voltada para a produção de frango, suínos, bovinos de corte e leiteiro, onde a maioria da produção está integrada à frigoríficos da região.

EIXOS – PROGRAMAS



Eixo 1 – Políticas Sociais e de Assistência

- 1.1 Programa Média e Alta Complexidade
- 1.2 Programa Saúde Básica
- 1.3 Programa Segurança Alimentar e Nutricional
- 1.4 Programa Regularização Fundiária
- 1.5 Programa Déficit Habitacional
- 1.6 Programa Habitação Popular
- 1.7 Programa Segurança Pública
- 1.8 Programa Ações de Prevenção a Catástrofes
- 1.9 Programa Campanhas Educativas
- 1.10 Programas Qualidade de Ensino
- 1.11 Programas Educação Continuada
- 1.12 Programas Infraestrutura em Educação
- 1.13 Programas Atendimento Prioritário
- 1.14 Programas Infraestrutura em Assistência Social



Eixo 2 – Desenvolvimento Econômico

- 2.1 Programa Geração, Trabalho e Renda
- 2.2 Programa Infraestrutura



Eixo 3 – Desenvolvimento Ambiental Sustentável

- 3.1 Programa Recuperar, Preservar e Proteger as Áreas de Preservação Permanente (APPs)
- 3.2 Programa Ações de Preservação do Meio Ambiente



Eixo 4 – Infraestrutura

- 4.1 Programa Internet, Telefonia Fixa e Móvel
- 4.2 Programa Qualificação da Malha Viária
- 4.3 Programa Crescimento Ordenado nos Diversos Setores
- 4.4 Programa Planejamento Urbano



Eixo 5 – Saneamento Básico

- 5.1 Programa Resíduos Sólidos
- 5.2 Programa Esgotamento Sanitário
- 5.3 Programa Limpeza Urbana
- 5.4 Programa Água Potável
- 5.5 Programa Águas Pluviais



Eixo 6 – Fortalecimento Institucional

- 6.1 Programa Estruturação do Consórcio com Recursos Humanos e Físicos

Investimentos Previstos Por Eixo (R\$)

PTP	Curto prazo até 2017	Médio prazo até 2017/19	Longo prazo pós 2019	Totais
Eixo 1	1.500.000.000	900.000.000	500.000.000	2.900.000.000
Eixo 2	300.000.000	150.000.000	100.000.000	550.000.000
Eixo 3	15.000.000	5.000.000	3.000.000	23.000.000
Eixo 4	1.080.000.000	500.000.000	350.000.000	1.930.000.000
Eixo 5	150.000.000	5.000.000	3.000.000	158.000.000
Eixo 6	3.000.000	2.000.000	1.000.000	6.000.000
Totais	3.048.000.000	1.562.000.000	957.000.000	5.567.000.000

Eixo 1 – Políticas Sociais e de Assistência

1.1 Programa Média e Alta Complexidade

Objetivos:

- Contratar profissionais na área de cirurgias ortopédicas para atendimento nos hospitais já existentes.
- Implantar e gerenciar centro de atendimento aos dependentes químicos (desintoxicação e reabilitação).
- Implantar clínica regionalizada para atender a demanda de média e alta complexidade.
- Gerenciar casas de apoio existentes nos municípios de Chapecó e Florianópolis para acompanhantes e pacientes dos municípios consorciados.
- Viabilizar a contratação de profissional fonoaudiólogo.
- Articular a implantação de CEO - Centro de Especialidades Odontológicas.

1.2 Programa Saúde Básica

Objetivos:

- Viabilizar a implantação de atendimento alternativo com medicamentos fitoterápicos.
- Viabilizar a aquisição de ambulâncias.

1.3 Programa Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos:

- Criar um programa de reeducação alimentar e nutricional com acompanhamento de profissional da área.
- Desenvolver ações educativas de prevenção e combate a obesidade.

1.4 Programa Regularização Fundiária

Objetivo:

- Viabilizar recursos para contratação de equipe técnica a fim de desenvolver estudo e projeto.

1.5 Programa Déficit Habitacional

Objetivos:

- Captar recursos do Governo Federal para construção de moradias.
- Captar recursos do Governo Federal para aquisição de áreas de terra.
- Captação de recursos do Governo Federal para implantação de loteamentos populares e residências isoladas (Agrovilas).

1.6 Programa Habitação Popular

Objetivos:

- Viabilizar a Implantação do sistema de energia solar em novas residências.
- Realizar assessoria técnica para viabilizar junto a concessionária de energia elétrica o atendimento à lei específica nas residências.

1.7 Programa Segurança Pública

Objetivos:

- Articular junto aos órgãos competentes a implantação de uma delegacia regional para atendimento especializado à mulher e ao idoso em situação de violência.
- Implantar rede de monitoramento nas escolas e órgãos públicos.
- Articular a melhoria dos meios de comunicação entre a população e a polícia militar e civil.
- Articular junto ao Governo Estadual a implantação de sub-batalhões de patrulha rural.
- Implantar câmeras de monitoramento para o perímetro urbano e rural.
- Articular junto ao órgão competente a distribuição adequada de equipamentos para o policiamento (armamento, estrutura física).
- Articular a capacitação permanente aos profissionais atuantes na área.

1.8 Programa Ações de Prevenção a Catástrofes

Objetivos:

- Promover capacitação de profissionais que atuam na área.
- Desenvolver projetos a fim de obter o licenciamento ambiental para o desassoreamento de rios.
- Captar recursos para desassoreamento dos rios.
- Captar recursos para construção de reservatório e/ou barragem para contenção de águas.
- Articular junto aos órgãos competentes a implantação de unidades de corpo de bombeiros de acordo com o arranjo geográfico dos municípios a fim de prover os atendimentos com maior rapidez e agilidade.
- Criar o fundo regional de resposta aos desastres.

1.9 Programa Campanhas Educativas

Objetivo:

- Promover campanhas educativas pela cultura da paz.

1.10 Programa Qualidade de Ensino

Objetivos:

- Articular, junto às universidades, o assessoramento para a implantação de uma escola integral, iniciando pelo ensino fundamental e médio até a universidade, preparando o educando para as profissões que atendam a demanda da região.
- Elaborar estudo de viabilidade da municipalização do ensino fundamental do sexto ao nono ano.
- Articular, junto às secretarias municipais de educação, a implementação no currículo escolar de disciplinas voltadas ao desenvolvimento local.
- Viabilizar um estudo para implantação de Plano de cargos e salários regionalizado.

1.11 Programa Educação Continuada

Objetivos:

- Viabilizar cursos de qualificação aos servidores públicos em nível de mestrado e doutorado.
- Viabilizar a descentralização de polos com cursos técnicos e nível superior.
- Viabilizar a implantação de cursos técnicos na área de línguas: italiano, alemão e inglês.

1.12 Programa Infraestrutura em Educação

Objetivos:

- Captar recursos para a implantação de novas estruturas físicas de escolas de educação infantil e ensino fundamental.
- Viabilizar a implantação de um centro cultural e poli esportivo de múltiplo uso.
- Viabilizar recurso para melhorar e ampliar a capacidade do transporte escolar.



Momento de discussão e definição de prioridades de cada região /Assessoria CVC

1.13 Programa Atendimento Prioritário

Objetivos:

- Viabilizar a implantação de uma Instituição de longa permanência para idosos e pessoas com deficiências, com garantia de equipe completa para o atendimento.
- Viabilizar a implantação de uma Instituição regional de acolhimento para crianças e adolescentes.
- Viabilizar junto ao Governo Estadual a implantação do CREAS regionalizado.
- Articular junto ao Governo Federal e Estadual o aumento das transferências de recursos aos municípios.
- Desenvolver ações preventivas ao não consumo de drogas ilícitas pelo fortalecimento dos programas sociais.
- Implantar cursos do PRONATEC com turmas regionalizadas (caso não consiga formar turma no município).

1.14 Programa Infraestrutura em Assistência Social

Objetivo:

- Viabilizar a melhoria e implantar estruturas físicas nos CRAS e CREAS.

Eixo 2 – Desenvolvimento Econômico

2.1 Programa “Geração, Trabalho e Renda”

Objetivos:

- Viabilizar a implantação de rota turística regional.
- Viabilizar a Implantação de centro de formação profissional.
- Viabilizar a Implantação de cursos técnicos em hotelaria e gastronomia.
- Desenvolver estudos da capacidade local para novas alternativas produtivas.
- Promover ações para a permanência dos filhos dos agricultores em suas atividades.

2.2 Programa Infraestrutura

Objetivos:

- Viabilizar a implantação de usina de pré-moldados.
- Viabilizar a implantação de pequenas Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGH para produção de energias para iluminação pública.
- Captar recursos para implantação de pequenas usinas de biocombustíveis.

Eixo 3 – Desenvolvimento Ambiental Sustentável

3.1 Programa Recuperar, Preservar e Proteger as Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Objetivos:

- Captar recursos para construção de cisterna e garantir equipe técnica para acompanhamento viabilizando o reaproveitamento da água pluvial.
- Captar recursos financeiros para aquisição de materiais a fim de proteger as nascentes de água.

3.2 Programa Ações de Preservação do Meio Ambiente

Objetivos:

- Desenvolver projetos para reaproveitamento adequado dos dejetos de animais.
- Viabilizar a Implantação de horto florestal regionalizado.

Eixo 4 – Infraestrutura

4.1 Programa Internet, Telefonia Fixa e Móvel

Objetivos:

- Captar recurso para implantar uma rede de dados visando à instalação do programa Cidade Digital, telefonia fixa e móvel e sistema de monitoramento.

4.2 Programa Qualificação da Malha Viária

Objetivos:

- Articular junto ao Governo Estadual e Federal viabilizando a manutenção das rodovias estaduais e federais.
- Captar recursos para aquisição de patrulha mecanizada para manutenção das estradas vicinais.
- Captar recursos para implantação de usina de asfalto.
- Captar recursos para aquisição de patrulha mecanizada a fim de realizar pavimentação asfáltica.
- Captar recursos para realização da pavimentação asfáltica interligando os municípios, criando uma nova rota de escoamento da produção com uma logística de melhor qualidade.
- Captar recursos para realização da pavimentação asfáltica da Rodovia da Integração.
- Captar recursos para recuperação e ampliação de pontes, pontilhões, bueiros e estradas.



Representante do Ministério do Planejamento fala sobre a estrutura do PPA Territorial Participativo /Assessoria CVC

4.3 Programa Crescimento Ordenado nos Diversos Setores

Objetivos:

- Viabilizar a implantação do sistema de inspeção regionalizado (SISB SUASA).
- Captar recurso para contratação de assessoria técnica a fim de agregar valor na produção agrícola nas diversas cadeias produtivas.
- Apoiar projetos de diversificação de atividades agrícolas (psicultura, hortiflora, criação de ovelhas e produção de leite e mel, por exemplo) e atendimento aos programas institucionais (Ex.: PAA e PNAE).
- Organizar e implantar núcleos de produtores orgânicos com certificação da produção.
- Captar recursos para implantação de uma agroindústria regionalizada.
- Captar recursos para implantação de fábrica de ração para atendimento a produção da região.

4.4 Programa Planejamento Urbano

Objetivos:

- Implantar e gerenciar a manutenção da iluminação pública.
- Fomentar o desenvolvimento de projetos urbanísticos no que tange ao embelezamento das vias públicas.
- Realizar assessoramento aos municípios no desenvolvimento do plano diretor municipal e intermunicipal.

Eixo 5 – Saneamento Básico

5.1 Programa Resíduos Sólidos

Objetivos:

- Adquirir e regularizar área de terra para implantação do aterro sanitário.
- Viabilizar recursos para aquisição de máquinas e equipamentos necessários para a coleta, transporte, transbordo e processamento.
- Viabilizar recursos para aquisição de equipamentos visando à implantação de manutenção do aterro sanitário.
- Implantar unidade de processamento de lixo eletrônico e eletroeletrônico.

- Promover atividades junto ao aterro sanitário de reciclagem dos resíduos sólidos.
- Viabilizar recursos para implantar um sistema de reaproveitamento de subprodutos.

5.2 Programa Esgotamento Sanitário

Objetivos:

- Captar recursos para ações integradas na elaboração de projetos de engenharia.
- Captar recursos para implantação do sistema de esgotamento sanitário.

5.3 Programa Limpeza Urbana

Objetivo:

- Captar recursos para aquisição de equipamentos adequados.

5.4 Programa Água Potável

Objetivo:

- Captar recursos para perfuração e instalação de poços artesianos com rede distribuição.

5.5 Programa Águas Pluviais

Objetivos:

- Captar recursos para elaboração de projeto de engenharia.
- Captar recursos para implantar um sistema de captação e drenagem de águas pluviais.

Eixo 6 – Fortalecimento Institucional

6.1 Programa Estruturação do Consórcio com Recursos Humanos e Físicos

Objetivos:

- Viabilizar recursos para a estrutura física do consórcio.
- Captar recursos para aquisição de veículos próprios.
- Capacitar permanentemente os servidores.
- Viabilizar recursos para capacitar profissionais para envolvimento da população, com atividades esportivas, recreativas, culturais e de lazer, na estrutura física existente (colégios, ginásios de esportes e centros de múltiplo uso), aos finais de semana e no período de férias.
- Realizar assessoramento técnico para estudo e elaboração de medidas visando a recuperação e preservação de áreas de APP'S.
- Realizar assessoramento para viabilizar o licenciamento ambiental.
- Contratar equipes técnicas especializadas para atender e assessorar as necessidades das diferentes políticas públicas.

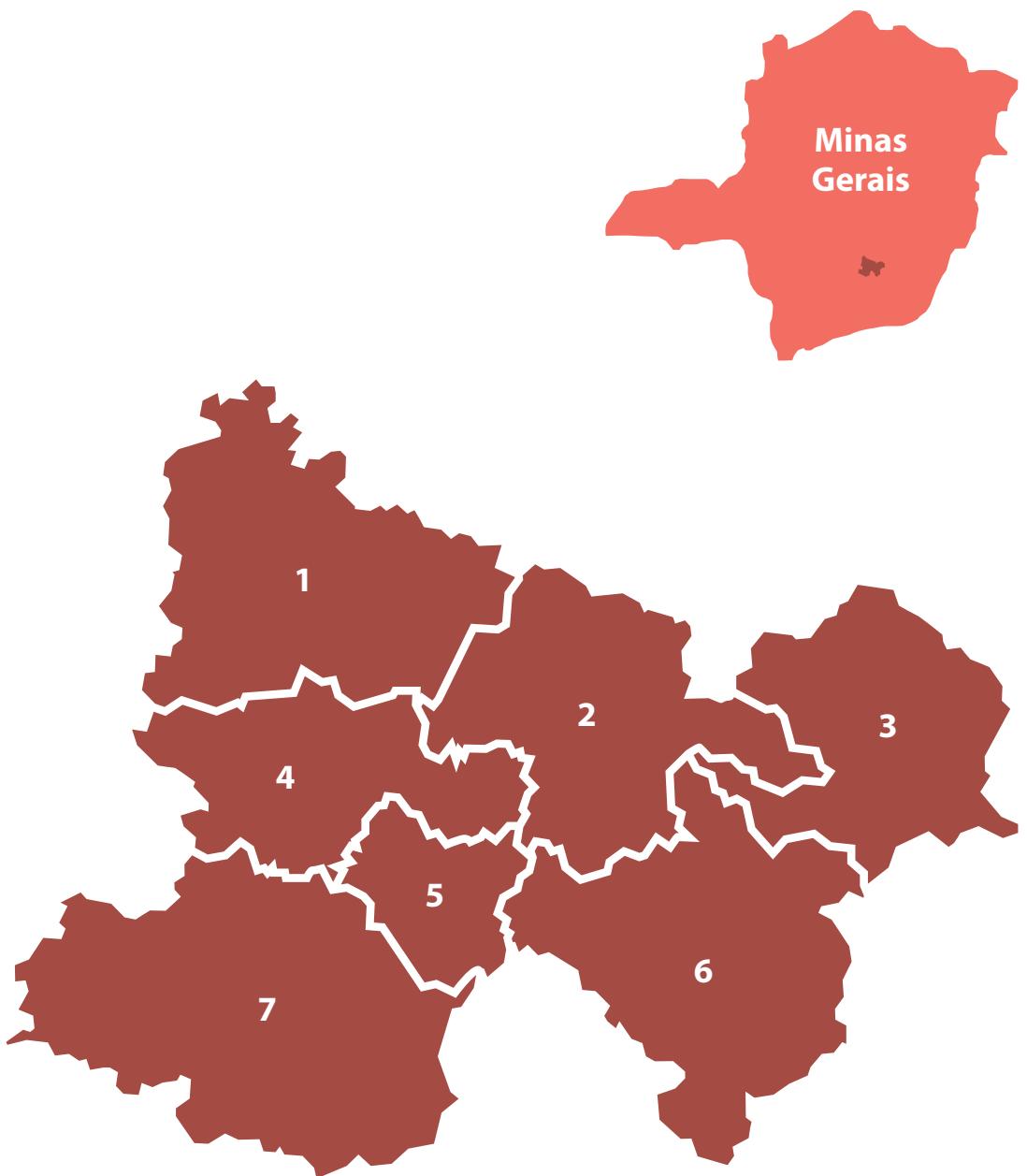


Primeiro encontro realizado para dar início à produção do PPA Territorial Participativo do Consórcio de Velho Coronel /Assessoria CVC

Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP)



Representantes do Consórcio do Alto Paraopeba durante a reunião com a sociedade / Assessoria CODAP



- 1- Belo Vale**
- 2- Congonhas**
- 3- Ouro Branco**
- 4- Jaceaba**
- 5- São Brás de Suaçui**
- 6- Conselheiro Lafaiete**
- 7- Entre Rios de Minas**

Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP)

Constituído oficialmente em 2006 e situado na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, o CODAP é composto por seis municípios: Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Entre Rios de Minas, Jeceaba, Ouro Branco e São Brás do Suaçuí. A área total de abrangência do consórcio é de 1.762.750 Km² e conta com uma população de 238.024 habitantes.

A proposta de criação do CODAP foi apresentada em 2004, ano de eleições municipais, quando esse tipo de associação ainda era um projeto de lei que dependia de votação na Câmara dos Deputados. Interessados em trabalhar de maneira integrada, os prefeitos perceberam que poderiam planejar com maior eficácia o desenvolvimento regional se estivessem unidos em uma entidade com personalidade jurídica.

Para a elaboração do PPA Territorial Participativo (PTP), foram realizadas 03 reuniões com os representantes dos municípios consorciados, bem como os do entorno, aproveitando-se as demandas já levantadas, uma vez que o Consórcio já tem uma prática de trabalhar com participação popular. Foram então sintetizadas as propostas das 17 Conferências Regionais, do Fórum Permanente da Agenda 21 , 04 Seminários (Políticas sobre Drogas, Desenvolvimento Sustentável, Saneamento Básico, Seminário de Inovação) e da Oficina de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

Após sistematização, as propostas foram apresentadas em 3 audiências públicas, com participação social. As audiências aconteceram nas cidades de Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco. O Plano, estimulado pelo Governo Federal, é resultado dessa interação entre as prefeituras, o consórcio e Sociedade, que se propuseram a refletir conjuntamente sobre os desafios e oportunidades para o seu desenvolvimento. O PPA Territorial Participativo (PTP) destaca 4 eixos, 15 programas e 97 ações, que representam investimentos estimados em R\$ 1.6 bilhão até 2017 na região.

Caracterização da Região

Situado na região da Mata Atlântica em transição com o cerrado, é marcada por desigualdades sociais e deficiência na infra-estrutura urbana dos municípios, transportes, saúde, habitação e segurança. A base da economia da região é a mineração e a siderurgia. Uma das riquezas do Alto Paraopeba é o Rio Paraopeba, que deu nome à região e significa na língua Tupi “rio de águas rasas e de pouca profundidade”. O rio, que é um dos principais afluentes do Rio São Francisco, nasce no município de Cristiano Otoni e deságua na represa de Três Marias.

Uma das mais recentes conquistas do Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba foi o anúncio da instalação de uma unidade da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (Utramig). A parceria também fez com que surgisse uma iniciativa pioneira no país: a Defesa Civil Regional, criada em agosto de 2009. A redução de custos e melhoria dos serviços prestados à população foi o que motivou a união de quatro municípios no projeto: Congonhas, Entre Rios de Minas, Jeceaba e Ouro Branco.



Início da tomada de discussões acerca do PPA Territorial Participativo /Assessoria CODAP

EIXOS – PROGRAMAS

◆ Eixo 1 – Políticas de Infraestrutura

- 1.1 Programa Mobilidade Urbana, Integração e Transporte
- 1.2 Programa Planejamento Urbano e Uso do Solo
- 1.3 Programa Defesa Civil: Gestão de Riscos e Resposta a Desastres
- 1.4 Programa Habitação
- 1.5 Programa Saneamento Básico e Resíduos Sólidos

◆ Eixo 2 – Desenvolvimento Econômico e Sustentável

- 2.1 Programa Desenvolvimento Econômico Regional
- 2.2 Programa Agricultura
- 2.3 Programa Economia Solidária
- 2.4 Programa Turismo

◆ Eixo 3 – Políticas Sociais e Direitos Humanos

- 3.1 Programa Enfrentamento ao Crack, Álcool e outras Drogas
- 3.2 Programa Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde
- 3.3 Programa Educação Profissional e Tecnológica
- 3.4 Programa Cultura, Esporte e Lazer
- 3.5 Programa Políticas Sociais e Afirmativas

◆ Eixo 4 – Aperfeiçoamento da Gestão Pública

- 4.1 Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Investimentos Previstos Por Eixo (R\$)

PTP	Curto prazo até 2017	Médio prazo até 2017/19	Longo prazo pós 2019	Totais
Eixo 1	711.637.704	305.768.025	402.257.145	1.419.662.874
Eixo 2	2.953.290	2.679.900	2.181.178	7.814.369
Eixo 3	3.046.000	23.672.000	22.022.000	48.740.000
Eixo 4	270.000	58.000	0	328.000
Totais	717.906.995	332.177.925	426.460.323	1.476.546.244

Eixo 1 – Políticas de Infraestrutura

1.1 Programa Mobilidade Urbana, Integração e Transporte

Objetivos:

- Viabilizar obras para priorizar o transporte coletivo intrarregional.
- Elaborar um projeto estrutural para veiculação entre área rural e urbana; criar vias que permitam a circulação segura de pedestres e veículos/meios de transporte de baixa velocidade (bicicletas, cavalos e carroças) em todas as estradas que ligam as comunidades rurais às cidades; e disponibilizar transporte coletivo para todos, principalmente da zona rural.
- Viabilizar o transporte de passageiros sobre trilhos e o transporte aéreo.
- Melhorar as estradas rurais com manutenção através de estudos técnicos, com arborização das margens para eliminar a poeira na época de seca e retirada dos mata-burros.

1.2 Programa Planejamento Urbano e Uso do Solo

Objetivos:

- Elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Regional.
- Criar a Rede de Dados Regional para a integração de todos os prédios públicos municipais.
- Promover a revisão da legislação urbanística e tributária dos municípios do CODAP.
- Implementar Tecnologia de Geoprocessamento em âmbito regional.
- Implementar Ambiente de Retaguarda no CODAP para dar suporte aos projetos a serem implantados.
- Criar um sistema regional de informações e monitoramento georreferenciado das políticas urbanas.
- Mapear as áreas de risco, levando em consideração as características de cada bairro/comunidade, criando um simulado no qual seria observado o plano de ação da respectiva área com treinamento e conscientização da população.

1.3 Programa Defesa Civil: Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Objetivos:

- Fortalecer a Defesa Civil do Alto Paraopeba.
- Instituir a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil e criar o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil em todos os municípios do CODAP.
- Implantar um Sistema de Informações Geográficas – SIG e de Monitoramento e Alerta para os municípios com riscos de inundações e enxurradas.
- Mapear as áreas de risco, levando em consideração as características de cada bairro, comunidade e município, criando um simulado no qual seria observado o plano de ação da respectiva área com treinamento e conscientização da população.
- Promover cursos de capacitação e treinamento permanente para os agentes da Defesa Civil Regional, voluntários e conselheiros.
- Criar e efetivar o Conselho Municipal de Defesa Civil e NUDEC's em todos os municípios.

1.4 Programa Habitação

Objetivos:

- Realizar o diagnóstico habitacional regional.
- Ampliar a produção de habitação de interesse social.
- Implantar ações de Regularização Fundiária Regional.
- Criar as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).
- Garantir e priorizar que as terras devolutas do Estado e/ou ocupadas por populações tradicionais sejam destinadas à gestão de povos descentes de comunidades quilombolas, titularizando-as de maneira coletiva.
- Estabelecer prazo e efetuar a transferência de imóveis localizados em APP's e situação de riscos nas áreas urbanas não formalmente consolidadas.
- Melhorar a acessibilidade dos passeios e calçadas públicas.
- Implementar mecanismos de fiscalização conjunta entre os órgãos do Meio Ambiente e Defesa Civil antes de iniciar as obras de construção e loteamentos e para a instalação de energia elétrica em áreas de risco, exigir a apresentação de documentação do órgão fiscalizador municipal.

1.5 Programa “Saneamento Básico e Resíduos Sólidos”

Objetivos:

- Elaborar o Plano de Saneamento Básico em todas as cidades da região garantindo a interface e a conectividade regional, contemplando o Saneamento Rural e o Plano de Resíduos Sólidos.
- Maximizar o aproveitamento econômico dos resíduos sólidos urbanos e industriais.
- Estimular a criação de usina de reciclagem/reaproveitamento de resíduos de construção civil.
- Criar eco pontos para recolhimento de pneus inservíveis, de vasilhames de agrotóxicos, de resíduos eletrônicos e outros descartes, promovendo a vinda de empresas de reaproveitamento desses materiais.
- Recuperar as áreas de depósito de resíduos sólidos (lixão) e elaborar um plano monitoramento de áreas de depósito de resíduos sólidos (lixão) desativados, estabelecendo prazo e critérios para o seu encerramento.
- Estabelecer a realização do monitoramento e fiscalização da área do aterro sanitário visando o controle do chorume carreado e a dispersão de gases atmosféricos.
- Incentivar a criação de pontos de recolhimento de resíduos eletrônicos, promovendo a vinda de empresas de reaproveitamento desses materiais.
- Incentivar a instalação de usina experimental de captação de gás metano no aterro sanitário e lixões existentes, visando o aproveitamento de energia.
- Implantar o programa de consumo consciente nos prédios públicos.
- Promover a implantação de um sistema de monitoramento de efluentes atmosféricos.
- Revitalizar os rios da região, por meio de parques lineares (esgotamento sanitário, vias de acesso humanizadas, águas pluviais, equipamentos urbanísticos, abastecimento, resíduos sólidos e qualidade de vida).
- Implantar coleta seletiva em 100% da região (urbano e rural).
- Promover a educação ambiental junto à população.
- Criar a Política Municipal em cada cidade do CODAP e a Política Regional de Educação Ambiental.

Eixo 2 – Desenvolvimento Econômico e Sustentável

2.1 Programa Desenvolvimento Econômico Regional

Objetivos:

- Implantar o Parque Tecnológico do Alto Paraopeba (Unidades Congonhas e Lafaiete).
- Implantar a Incubadora de Base Tecnológica do Alto Paraopeba.
- Implantar o Polo industrial do Alto Paraopeba.
- Promover a Política Regional de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável.
- Implantar e implementar a Lei Geral das Pequenas e Micro empresas.
- Fomentar as boas práticas empresariais no município.
- Implantar ao Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico.
- Implantar a PDF – Plataforma de Desenvolvimento de Fornecedores através de encontros de negócios entre fornecedores e grandes empresas.
- Fortalecer o Programa de Internacionalização do Alto Paraopeba (Ciências e Inovação – troca de experiências).
- Criar uma Política de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável.
- Criar a ZPTM – Zona de Processamento e Transformação Mineral.
- Implantar a Plataforma Logística.

2.2 Programa Agricultura

Objetivos:

- Estruturar a agroindústria de fruta e leite.
- Fortalecer o agroturismo e valorizar os eventos existentes na região, como festas e artesanato.
- Criar ponto de comercialização dos produtos, como Ponto do Artesão, Ponto do Produtor e a Casa do Mel.
- Aumentar a competitividade na produção com assistência técnica.
- Implantar o Centro de Referência em Agricultura em Territórios Mineradores.
- Elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e do Conselho Regional de Educação Ambiental e Agricultura Familiar.
- Criar e implantar o SIR – Sistema de Inspeção Regional e o Selo de Certificação.
- Investir na Educação Ambiental.
- Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar.

2.3 Programa Economia Solidária

Objetivos:

- Implementar a Política de Fortalecimento da Economia Solidária.
- Fomentar a criação de espaços voltados para geração de trabalho e renda, incentivando a prática cooperativista em parceria com o SINE e instituições congêneres.
- Estimular a produção e o consumo de produtos feitos a partir de materiais recicláveis por meio de incentivos fiscais e campanhas educacionais.

2.4 Programa Turismo

Objetivos:

- Fortalecer a infraestrutura turística e divulgar os atrativos do município.
- Mapear e Sinalizar as estradas rurais e os atrativos turísticos como meio de incentivar o turismo rural.
- Valorizar o patrimônio artístico, histórico e cultural, material e imaterial.

Eixo 3 – Políticas Sociais e Direitos Humanos

3.1 Programa Enfrentamento ao Crack, Álcool e outras Drogas

Objetivos:

- Estruturar projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento (Centro de Referência) de recuperandos do uso drogas e seus familiares.
- Realizar e intensificar campanhas regulares acompanhadas de ações afirmativas na prevenção.
- Criar mecanismos que garantam os direitos sociais, incentivando empresas, entidades e ONGs quanto à reinserção de usuários no mercado de trabalho.
- Estruturar o COMAD em todos os municípios consorciados e criar o Fundo Regional das Políticas sobre Drogas.

3.2 Programa Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde

Objetivos:

- Implantar as Redes Regionais de Atenção à Saúde.
- Implantar o CAPS AD 24 horas.
- Implantar o Centro Regional de Referência de Saúde do Trabalhador.
- Implantar o Hospital Regional.
- Promover a capacitação profissional dos trabalhadores da Saúde com ênfase no atendimento à saúde da mulher e da população negra.

3.3 Programa Educação Profissional e Tecnológica

Objetivos:

- Elevar o nível de escolaridade e qualificação profissional da população.
- Criar mecanismos para que os trabalhadores, em especial negros, mulheres, pessoas com deficiência e demais pessoas sem experiência sejam capacitados pelas empresas no próprio ambiente de trabalho .
- Articular e expandir a parceria com as Universidades, Campi do IFMG (Congonhas, Lafaiete e Ouro Branco) e o intercâmbio de alunos com Nord Pás de Callais (França) e Queensland (Austrália).
- Expandir a parceria com a UFSJ trazendo para nossa região cursos em novas áreas de conhecimento, tais como: Arquitetura e Urbanismo, Composição Paisagística, Música, Teatro, História, Artes Aplicadas e Agronomia; gerando no futuro novas oportunidades profissionais.

3.4 Programa Cultura, Esporte e Lazer

Objetivos:

- Elaborar e efetivar o Plano Regional de Cultura.
- Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio artístico, histórico e cultural.
- Melhorar a infraestrutura rural de lazer e diversão.
- Implantar uma política de oferta de esporte e lazer para a população de terceira idade e de incentivo aos esportes paraolímpicos.
- Fomentar e fortalecer as escolinhas de futebol na região.
- Investir na formação esportiva, potencializando os espaços regionais.

3.5 Programa Políticas Sociais e Afirmativas

Objetivos:

- Implantar o Programa Regional de Atendimento à População Vulnerável – estruturando os centros de referência e a rede de proteção e atendimento à criança e ao adolescente; à mulher em situação de violência; atenção à pessoa idosa; às pessoas em situação de rua e migrantes.
- Promover políticas públicas para a juventude e implantar o Programa Juventude Viva nos municípios do CODAP.
- Investir no combate ao racismo e à homofobia.



As reuniões tiveram intensa participação da sociedade /Assessoria CODAP

◆ **Eixo 4 – Aperfeiçoamento da Gestão Pública**

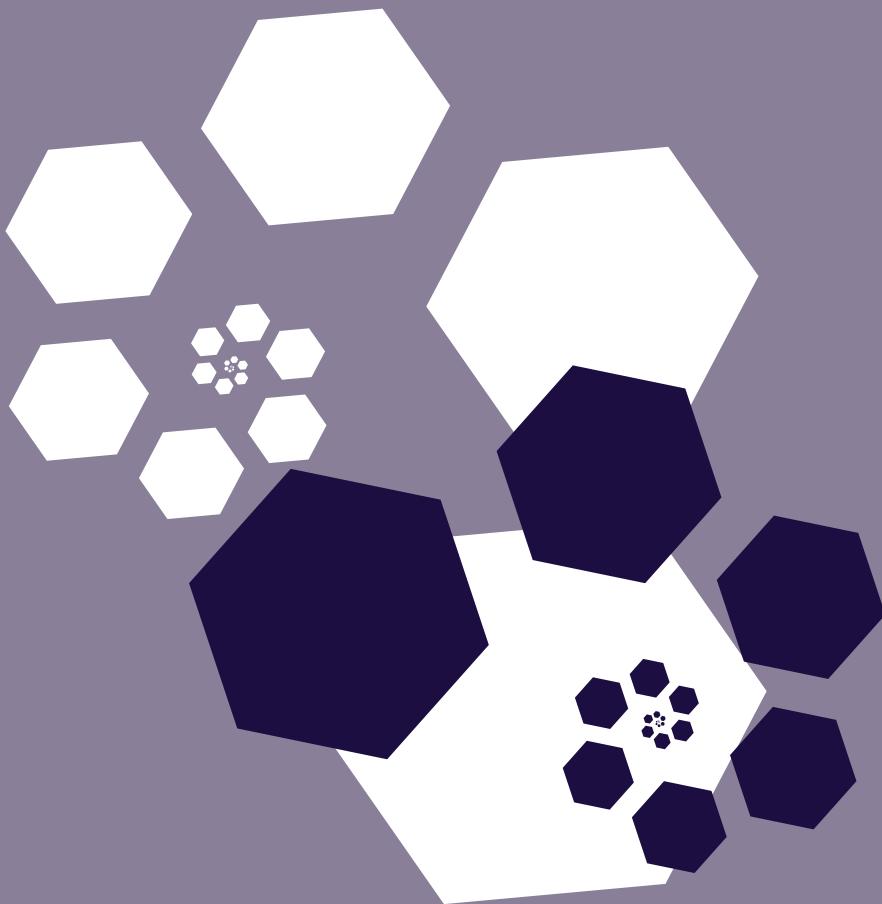
4.1 Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Objetivos:

- Revisar a legislação urbanística e tributária dos municípios do CODAP.
- Capacitar servidores municipais via NEAD/UFSJ.
- Fortalecer o tecido social através da criação de uma coordenadoria de movimentos populares e de assistência jurídica e contábil às associações e entidades.
- Investir na formação de Conselheiros e Gestores.
- Implantar o Orçamento Participativo nos municípios da região.
- Ampliar as ações da Agenda 21 do Alto Paraopeba em todas as cidades da região.
- Promover uma política de fortalecimento dos Conselhos Municipais e dos espaços de controle social e transparência.
- Implementar o Programa de Modernização Administrativa – PMAT Regional.
- Fortalecer o Programa de Licitações Coletivas.

PPAs Territoriais Participativos

Primeiro relatório do projeto de construção dos PPAs Territoriais Participativos.



Setembro/2014



PPAs Territoriais Participativos

Primeiro relatório do projeto de construção dos PPAs Territoriais Participativos.



Índice

Apresentação.....	6
Consórcio Intermunicipal do Tapajós.....	11
Plano Plurianual do Consórcio Intermunicipal do Tapajós.....	12
Eixos e Programas.....	13
Tabela de Investimentos.....	14
Eixo 1- Infraestrutura para Desenvolvimento Regional.....	16
Eixo 2 - Inclusão Social e Cidadania.....	18
Eixo 3 - Fomento a Atividades Produtivas.....	21
Eixo 4 - Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental.....	24
Eixo 5 - Fortalecimento Institucional.....	26
Consórcio Intermunicipal da Fronteira	29
Plano Plurianual do Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF).....	30
Eixos e Programas.....	31
Tabela de Investimentos.....	32
Eixo 1- Infraestrutura Regional.....	34
Eixo 2 - Desenvolvimento Econômico Regional.....	36
Eixo 3 - Acesso a Direitos.....	38
Eixo 4 - Fortalecimento Institucional.....	40
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá.....	43
Plano Plurianual do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá.....	44
Eixos e Programas.....	45
Tabela de Investimentos.....	46
Eixo 1 - Uso e conservação recursos naturais.....	48
Eixo 2 - Infraestrutura Logística Regional , Urbana e Rural.....	48
Eixo 3 - Desenvolvimento Regional Sustentável.....	48
Eixo 4 - Governança e Gestão Regional.....	50
Eixo 5 - Desenvolvimento social.....	50
Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Bacia do Jacuípe.....	53

Plano Plurianual do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Bacia do Jacuípe.....	54
Eixos e Programas.....	55
Tabela de Investimentos.....	56
Eixo 1 - Inclusão Social e Afirmação de Direitos.....	58
Eixo 2 - Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento.....	60
Eixo 3 - Gestão Democrática Do Estado.....	62
Consórcio Intermunicipal da Região Sudeste da Grande São Paulo (CONISUD).....	65
Plano Plurianual do Consórcio Intermunicipal da Região Sudeste da Grande São Paulo (CONISUD).....	66
Eixos e Programas.....	67
Tabela de Investimentos.....	68
Eixo 1 - Políticas Sociais.....	70
Eixo 2 - Políticas de Infraestrutura.....	74
Eixo 3 - Desenvolvimento Produtivo e Ambiental.....	76
Eixo 4 - Território e Gestão.....	78
Conclusão.....	80

Apresentação

Planos Plurianuais Territoriais participativos como instrumento de convergência para a promoção de desenvolvimento e articulação Federal.

O fortalecimento do planejamento tem sido uma marca do pós-neoliberalismo no Brasil. Ainda no caminho da construção de uma plataforma ideal, há que se considerar o esforço de institucionalização das esferas de planejamento nas políticas públicas que se expressam em novas instituições, como a Empresa de Planejamento Energético ou a Empresa de Planejamento e Logística, além de diversos planos e programas nacionais trazidos à pauta nos últimos 12 anos no País.

Esse esforço de planejamento também se revelou numa mudança substantiva no Plano Plurianual – PPA, que buscou se aproximar das políticas setoriais e comunicar com mais clareza as grandes metas do governo, contribuindo tanto na sistematização de uma estratégia nacional de desenvolvimento quanto para a promoção da transparência e participação social nas políticas públicas.

No entanto, os desafios de consolidação do Planejamento em um País das dimensões do Brasil, num ambiente democrático, de singular federalismo, permanecem na agenda, e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP reconheceu a importância de propor mais avanços. Entendia-se que era preciso superar os limites de um Sistema de Planejamento e Orçamento Federal e passar a trilhar os caminhos que nos levem a um Sistema Nacional de Planejamento.

Para tanto, é necessário que o Plano Plurianual seja um instrumento estratégico de desenvolvimento, com uma visão territorial mais explícita, contribuindo para o fortalecimento da articulação federativa e da ampliação da comunicação entre a sociedade e o Estado. O exercício sistemático do planejamento deve ser fortalecido pela sua dimensão estratégica, territorial e participativa.

Com essa visão, o MP, por meio da sua Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, iniciou um processo, ainda em 2012, de apoio à elaboração e implementação dos PPAs Municipais, em parceria com os Estados. Ao longo do processo, fortaleceu-se o diálogo com os Consórcios Públicos Intermunicipais, instrumento fortalecido nos últimos anos visando à melhoria da gestão dos serviços públicos, principalmente nos pequenos municípios que enfrentam problemas comuns para o seu desenvolvimento. Assim, implementou-se a iniciativa de estímulo e apoio à construção de Planos Plurianuais com os consórcios públicos intermunicipais. Os PPAs Territoriais Participativos replicam esse caráter mais estratégico que o Plano Federal apresenta, além de serem elementos de articulação federativa e instrumentos para ampliação da participação social na discussão dos projetos de desenvolvimento e das políticas públicas.

Em fevereiro de 2014, realizou-se, em parceria com a Frente Nacional de Prefeitos, evento com consórcios intermunicipais para lançamento da proposta, com as presenças da Ministra do Planejamento, da Ministra de Relações Institucionais e do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República. Até o momento, estão participando do processo, em diferentes estágios, cerca de 20 consórcios em 12 Estados (SC, PR, SP, RJ, ES, MG, MT, MG, CE, BA, MA, RN).

Os PPAs Territoriais Participativos, além de fortalecer o exercício de planejamento nas diversas escalas da federação, reconhecem os recortes territoriais com os quais efetivamente operam os agentes políticos e sociais buscando o seu próprio desenvolvimento. E é na busca de convergência entre essa construção de baixo para cima com as estratégias formatadas desde a escala nacional que se pretende ampliar o espaço da dimensão territorial no planejamento.

Para tanto, os PPAs territoriais Participativos serão insumos à construção do PPA 2016-2019 do Governo Federal, ao passo que os próprios estados serão estimulados a utilizá-los, se convertendo em elementos concretos do fortalecimento da articulação federativa em torno do planejamento. Em segundo lugar, abrem a possibilidade da construção de Agendas de Desenvolvimento Territorial, a partir das quais a busca de convergência pode se reverter numa plataforma de gestão compartilhada das ações de interesse comum.

Este relatório apresenta um extrato de cinco PPAs Territoriais Participativos, que são ilustrativos do processo em curso em cada uma das grandes regiões do País. Estão listados os eixos, programas e objetivos dos PPAs do Consórcio Intermunicipal do Tapajós, no Pará; do Consórcio Intermunicipal da Fronteira, que tem participação de municípios de Santa Catarina e do Paraná; do Consórcio intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá, no Mato Grosso; do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Bacia do Jacuípe, na Bahia; e do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo, em São Paulo.

O processo de elaboração dos cinco planos representa os primeiros passos já percorridos para a construção do próximo ciclo de planejamento, que pretende consolidar os avanços obtidos até aqui e avançar no fortalecimento das capacidades estatais para a promoção do desenvolvimento inclusivo. A ação reúne os elementos para aprofundamento da articulação federativa, promoção da participação social e da melhoria da gestão pública, integrados na agenda de fortalecimento do Planejamento Público, que beneficia todos os entes da federação e, principalmente, a sociedade brasileira.

Esther Bemerguy de Albuquerque
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos



Centro de Referência da Assistência Social - CRAS é responsável por organizar e oferecer serviços de proteção social básica nas áreas de risco social. Foto : Rodrigo Oliveira

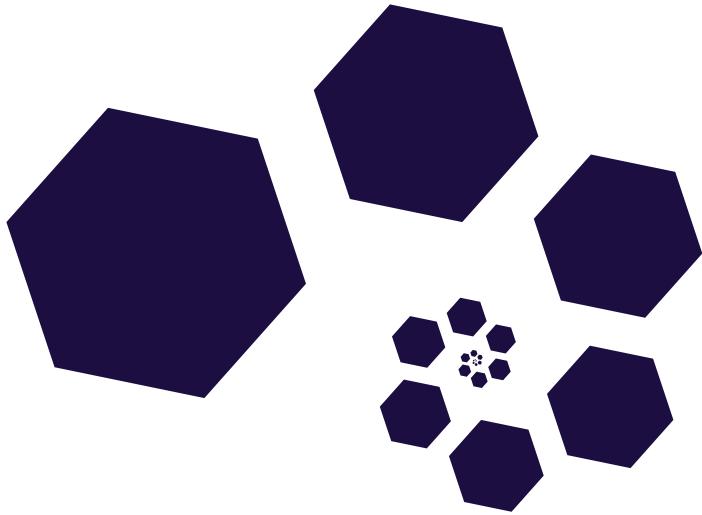


Pronatec é um programa social do Governo que qualifica milhares de brasileiros de baixa renda.
Foto: Marcelo Curia/MDS



Agricultores familiares recebem incentivo à produção por meio do Programa de Aquisição de Alimentos .
Foto: Sérgio Amaral/MDS

Planos Plurianuais Territoriais Participativos





Bolsa Verde beneficia famílias que vivem em áreas de preservação ambiental (Pará). Foto: Ubijara Machado/MDS

Plano Plurianual na Região Norte



Consórcio Intermunicipal do Tapajós

O Consórcio Intermunicipal do Tapajós foi criado em 2013 e é composto por 6 municípios: Novo Progresso, Itaituba, Jacareacanga, Rurópolis, Trairão e Aveiro. A área territorial compreendida por estes municípios é de 190 mil km², onde vivem 244.492 pessoas. A área abrangida pelo Consórcio é equivalente à países de Holanda, Irlanda e República Tcheca.

Este território é uma área de convergência de vários empreendimentos do Governo Federal, como as Usinas Hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, da BR 163, que liga Cuiabá a Santarém, e da BR 230, a Transamazônica. Ao lado de terminais portuários que têm se implantado para a região, aproveitando-se da hidrovia Teles Pires Tapajós, está se tornando um importante entroncamento logístico para escoamento de grãos principalmente no norte do Mato Grosso.

Todo esse complexo incide sobre o território ao lado das dinâmicas já estabelecidas, marcadas pela agricultura familiar, a qual remete aos assentamentos da reforma agrária promovidos pelo INCRA na década de 1970, ao extrativismo florestal das populações tradicionais e à exploração mineral, outra marca histórica da ocupação desse território, que ainda convive com dificuldades no atendimento de direitos sociais básicos da sua população.

PPA Territorial Participativo do Consórcio Intermunicipal do Tapajós

O Plano Plurianual Territorial Participativo do Consórcio Intermunicipal do Tapajós resulta do termo de compromisso firmado, em fevereiro de 2014, entre o Consórcio, o Ministério do Planejamento, Secretaria Geral e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Foram realizadas 6 audiências públicas, uma em cada município do Consórcio, com participação social. O Plano, estimulado pelo Governo Federal, é resultado dessa interação entre as prefeituras, o consórcio e Sociedade, que se propuseram a refletir conjuntamente sobre os desafios e oportunidades para o seu desenvolvimento. Concretamente, o PPA Territorial Participativo destaca 5 eixos, 18 programas e 101 objetivos, que representam investimentos estimados em R\$ 1,923 bilhões até 2017 na região.

Eixos e Programas

1

Eixo Infraestrutura para Desenvolvimento regional

- Programa de Transporte
- Programa de Energia e Comunicação
- Programa de Infraestrutura Urbana

2

Eixo Inclusão Social e Cidadania

- Programa de Saúde
- Programa de Educação
- Programa de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo
- Programa de Segurança Pública
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Assistência Social

3

Eixo Fomento a Atividades Produtivas

- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- Programa de Desenvolvimento Produtivo Local
- Programa de Valorização da Biodiversidade e Floresta
- Programa de Pesquisa Científica e Tecnológica

4

Eixo Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental

- Programa de Apoio à Regularização Fundiária
- Programa de Apoio aos Assentamentos
- Programa de Apoio às Terras Indígenas
- Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal
- Programa de Monitoramento e Controle Ambiental

5

Eixo Fortalecimento Institucional

- Programa de Gestão e Desenvolvimento Institucional do Consórcio

Tabela de investimentos (R\$,00)

1	Infraestrutura para Desenvolvimento Regional
2	Inclusão Social e Cidadania
3	Fomento a Atividades Produtivas
4	Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental
5	Fortalecimento Institucional
	Totais

2014 - 2017

1.060.000.000

474.000.000

272.000.000

114.000.000

3.000.000

1.923.000.000

Eixo Infraestrutura para Desenvolvimento Regional

Programa de Transporte

Objetivos:

- Promover a construção, recuperação e manutenção de estradas e pontes de vicinais e ramais.
- Articular junto às Agências Reguladoras a regularização dos meios de transportes de cargas e passageiros.
- Articular mecanismos para a construção da ponte de transposição do Rio Tapajós no trecho Miritituba-Itaituba.
- Pavimentação da BR - 230 no trecho Itaituba - Jacareacanga.

Programa de Energia e Comunicação

Objetivos:

- Articular, junto à ELETRONORTE, a melhoria da estabilidade e qualidade na rede de transmissão de energia elétrica para a região (TRAMOESTE e Aveiro).
- Articular, junto à ELETRONORTE, a expansão da rede para o município de Jacareacanga.
- Articular, junto à ELETRONORTE, a expansão da rede para o município de Aveiro.
- Articular a universalização do acesso à energia elétrica através do programa Luz para Todos, principalmente em comunidades rurais e indígenas, incluindo novas tecnologias.
- Articular junto ao Poder Público Federal a repactuação da divisão do produto dos royalties de energia elétrica devido aos entes federados, aumentando a percentagem que cabe aos municípios.
- Articular, junto à REDE CELPA, a expansão das redes de energia elétrica para as sedes, vilas e distritos, e melhorias para as já existentes.
- Buscar a expansão da oferta de acesso e melhoria da qualidade do serviço de telecomunicações (Telefone, Televisão, Rádios e Internet) na zona urbana e buscar soluções alternativas para a área rural e indígena.
- Buscar a melhoria e a expansão dos serviços prestados pelo programa de inclusão digital NAVEGA PARÁ, incluindo áreas indígenas e zona rural.
- Buscar a modernização da gestão, a ampliação do acesso aos serviços públicos e a promoção do desenvolvimento dos municípios da região, com a expansão da rede de fibra ótica de telecomunicações e a disponibilização de aplicativos de governo eletrônico, através do Programa Cidades Digitais.



Família de pescadores beneficiada pelo Bolsa Família no Pará. Foto: Ana Nascimento/MDS

Programa de Infraestrutura Urbana

Objetivos:

- Articular a elaboração e a implantação de planos municipais de saneamento.
- Articular a implantação das ações de saneamento básico (aterros sanitários, fossas sépticas, drenagem pluvial, esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos) previstas nos planos municipais.
- Articular, junto ao Ministério das Cidades, a ampliação e reformulação do Programa Minha Casa Minha Vida, respeitando a especificidades de cada município, notadamente a financeira.
- Incentivar a construção de condomínios privados.
- Articular, junto ao Governo do Pará, o incentivo e ampliação do Programa Cheque Moradia nos municípios.
- Articular a implantação de pavimentação de vias urbanas (mobilidade urbana) nos municípios da região.

Eixo Inclusão Social e Cidadania

Programa de Saúde

Objetivos:

- Articular recursos financeiros para a construção e ampliação de hospitais municipais, unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde (rede física e recursos humanos) - UPA e UBS.
- Articular a agilidade na implantação dos serviços de média e alta complexidade na cidade polo da região (Itaituba) com capacidade adequada à demanda regional.
- Articular recursos financeiros para implantar o serviço de atendimento ambulatorial móvel, a fim de atender as populações rurais, ribeirinhas e urbanas.
- Articular recursos financeiros para o fortalecimento da vigilância em saúde nos municípios.

Programa de Educação

Objetivos:

- Promover a consolidação e criação de Campus Universitários da UFOPA e UEPA com cursos voltados à aptidão local nos municípios.
- Desenvolver mecanismos de fortalecimento para que o campus do IFPA e EETEPA, em Itaituba, possam operar com a máxima capacidade de forma a atuar em toda a área de influência do Consórcio.
- Promover a instalação de escolas de tempo integral nos bairros e periferias para atendimento nas séries iniciais do ensino fundamental.
- Promover a estruturação da rede física de creches e escolas
- Estruturar, em parceria com Governo Estadual e Federal, plano regional de educação, que dialogue com as especificidades da região, incluindo a educação escolar indígena.

Programa de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Objetivos:

- Promover o mapeamento das áreas destinadas ao turismo e incentivar e expandir o turismo regional.
- Promover a construção de centros culturais e de lazer nos municípios, com valorização do patrimônio histórico edificado.
- Promover o fortalecimento das festas populares dos municípios.

Programa de Segurança Pública

Objetivos:

- Atuar, junto ao Governo do Pará, para a reforma e ampliação da rede física das delegacias e dos quartéis e equipar adequadamente os efetivos com veículos, armas, equipamentos de proteção e tecnologia.
- Atuar, junto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, para a presença permanente de juiz e de promotor na sede das comarcas.
- Atuar, junto ao Governo do Pará, para a instalação e/ou fortalecimento de Delegacias da Mulher nos municípios.
- Articular o fortalecimento, ampliação e estruturação de Defesa Civil nos municípios.
- Atuar, junto ao Governo do Pará, para a implantação e/ou fortalecimento de Grupamento do Corpo de Bombeiros Militar nas sedes dos municípios.
- Atuar, junto ao Governo Federal, para a implantação do posto da Polícia Rodoviária Federal (no km 30) e a presença da Polícia Federal na região.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Assistência Social

Objetivos:

- Articular a capacitação de mão de obra local pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, de acordo com a demanda dos grandes empreendimentos previstos para a região.
- Articular e intermediar, junto às instituições financeiras, linhas de crédito específico para investimentos dos empreendedores da região.
- Articular a ampliação da presença da Justiça do Trabalho e implantação do Ministério do Trabalho na região.
- Ampliar o Sistema Único de Assistência Social, incluindo a capacitação periódica dos profissionais.
- Ampliar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil nos municípios da região.
- Articular a implantação dos serviços especiais para proteção de crianças e adolescentes em situação de risco e combate à exploração sexual.
- Mobilizar organizações de prefeituras municipais para atuar junto ao Governo Federal na ampliação do repasse financeiro da união à política pública de assistência social municipal, principalmente aos programas PAIF e PAEFI, consideradas as especificidades dos municípios.
- Articular a ampliação do cofinanciamento federal para construção de CRAS e CREAS na região.



Grupos definem o que cada município do consórcio mais precisa trabalhar Foto: ASCOM/Consórcio Tapajós

- Promover o acesso dos municípios ao programa de aquisição de alimentos dos pequenos produtores, através de programas como PAA, PNAE e outros, com a distribuição gratuita às famílias em situação de vulnerabilidade social urbana, tradicionais e rurais.
- Articular recursos financeiros necessários à promoção e à estruturação dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de Controle Social, com vistas à efetividade e à garantia de direitos.
- Articular recursos financeiros necessários à viabilização de abrigos para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social (albergues, residência inclusiva, casa para idosos, abrigos para crianças e adolescentes).
- Promover o fortalecimento das entidades não governamentais que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Eixo Fomento a Atividades Produtivas

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Objetivos:

- Implantar um programa intermunicipal de mecanização (modernização/ tecnologias) na agricultura familiar.
- Promover o fortalecimento das organizações dos agricultores familiares.
- Atuar junto ao MDA, INCRA e aos principais bancos operadores (BB e Banco da Amazônia) para adequação e desburocratização das linhas de crédito do PRONAF, PRONAF Jovem e PRONAF Mulher.
- Criar, fortalecer e ampliar as Escolas Agrotécnicas e Casas Familiares Rurais para formação de profissionais na região.
- Promover parcerias com a EMATER e prestadoras de serviço para ampliar o atendimento e qualificar a assistência técnica e extensão rural - ATER, criando cursos técnicos específicos para as cadeias produtivas da região (manejo de pastagens, prevenção e controle de queimadas, proteção e recuperação de matas ciliares, manejo florestal, pecuária de corte e de leite, aquicultura, agricultura mecanizada, criação de animais de pequeno porte, apicultura e fruticultura).
- Articular recursos destinados à ampliação da capacidade de trabalho das secretarias municipais de agricultura em apoio à agricultura familiar nos municípios do consórcio.

Programa de Desenvolvimento Produtivo Local

Objetivos:

- Promover a criação de Políticas de Desenvolvimento para atrair investidores do setor frigorífico para a Região.
- Promover a cooperação com instituições públicas e privadas para melhoramento genético que atenda a todos os produtores da agropecuária.
- Fomentar a atividade de transformação de sobras e resíduos de produtos madeireiros (implantação de centrais de briquetagem ou geração de energia) e não madeireiros.
- Promover a implantação do laboratório regional para reprodução de alevinos e de estações de alevinagem, em cada município.
- Promover a construção de um Plano para Exploração Florestal Sustentável, que inclua a concessão de florestas nacionais - flonas, e regularização geral das atividades do setor.
- Incentivar o manejo florestal sustentável na região, envolvendo produtos madeireiros e não madeireiros.
- Estimular a criação de cooperativas locais com vistas à participação na exploração dos produtos florestais e sua comercialização.

- Viabilizar a abertura de novas agências bancárias (públicas e privadas) nos municípios, em especial que incentivem o financiamento rural.
- Atuar junto ao MDA, INCRA e aos principais bancos operadores (BB e Banco da Amazônia) para adequação das linhas de crédito do FNO (Fundo Constitucional do Norte) e PRONAF às prioridades do Plano.
- Viabilizar a implantação de laboratório regional de análise de solo, água etc.
- Buscar a implantação e revitalização de minicentrais de abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros, agropecuários, florestais e feiras livres, junto ao Poder Público e a iniciativa privada.
- Articular, junto ao Poder Público e iniciativa privada, o incentivo à construção de armazéns e silos para a estocagem de produtos agropecuários.zv
- Promover a verticalização da cadeia produtiva do pescado nos municípios.
- Promover a construção de um plano regional para o desenvolvimento da mineração, com o envolvimento de todos os órgãos envolvidos no setor.

Programa de Valorização da Biodiversidade e Floresta

Objetivos:

- Intervir, junto aos órgãos competentes, para a realização de programas de regularização das comunidades tradicionais de Unidades de Conservação na área de influência do Consórcio Tapajós, redefinindo e regularizando as áreas das Florestas Nacionais que já tinham ocupação consolidada no momento da sua criação.
- Intervir, junto aos órgãos competentes, visando ao apoio ao direito da concessão florestal aos ocupantes das áreas nas unidades de conservação e à desburocratização do sistema de concessão de manejo florestal, viabilizando a extração madeireira e incentivando os industriais a buscarem a legalidade.
- Criar meios para que os produtores recebam compensação pela preservação da floresta.
- Promover parceria com laboratório de pesquisas e criar políticas de desenvolvimento para atrair investidores dos setores de fármacos, cosméticos e outras áreas que valorizem o aproveitamento sustentável da biodiversidade local.

Programa de Pesquisa Científica e Tecnológica

Objetivos:

- Incentivar a vinda para a região de órgãos federais e estaduais que trabalham com pesquisa e geração de tecnologia, com destaque para as seguintes atividades: produção florestal, mineração, aquicultura e pesca, agropecuária, agricultura mecanizada e fruticultura.
- Articular a incorporação do Plano nos programas das instituições de ensino e pesquisa.
- Fortalecer as instituições públicas de pesquisa e ensino implantadas na região.



Beneficiárias do Bolsa Família participam do curso de preparador de pescado no CRAS. Foto: Ana Nascimento/MDS

Eixo Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental

Programa de Apoio à Regularização Fundiária

Objetivos:

- Articular, junto aos órgãos competentes, a regularização das áreas rurais e urbanas (incluindo assentamentos) dos municípios da área de influência do Consórcio Tapajós, adotando a mesma política do Programa Terra Legal.
- Viabilizar e apoiar a implantação da Superintendência do INCRA na região do Consórcio Tapajós, com sede no município polo, e de unidades avançadas do INCRA nos demais municípios do Consórcio.
- Promover a realização da regularização fundiária plena nas cidades e zona rural.

Programa de Apoio aos Assentamentos

Objetivos:

- Apoiar o INCRA no processo de desembargo das áreas de assentamentos junto ao Ministério Público Federal.
- Contribuir para a consolidação dos assentamentos rurais existentes, apoiando as ações de regularização fundiária que devem priorizar a ocupação dos lotes ociosos nos assentamentos existentes e a implantação da infraestrutura necessária (habitação, água, energia, estradas).
- Atuar, junto ao INCRA, para a realização da revisão dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos – PDAS.

Programa de Apoio às Terras Indígenas

Objetivos:

- Apoiar a elaboração de Políticas de Desenvolvimento das Terras Indígenas e Quilombolas.
- Articular a implantação das Unidades Gestoras da FUNAI e SESAI na região.
- Apoiar a definição e solução de conflitos relacionados às Terras Indígenas da região.

Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal

Objetivos:

- Estruturar e fortalecer os órgãos municipais com foco na gestão ambiental.
- Implementar Programas Municipais de Controle de Desmatamento, priorizando ações de sequestro de carbono em áreas degradadas no entorno das áreas de afetação dos grandes projetos na região.
- Propor a adequação dos programas de incentivo para a elaboração e/ou atualização de Planos de Gestão de Recursos Hídricos, Resíduos Sólidos e Saneamento Básico e suas políticas municipais.
- Criar projetos para monitoramento, controle e recuperação de áreas de bacias hidrográficas, mananciais e nascentes.
- Apoiar a realização da Avaliação Ambiental Integrada - AAI da Bacia do Rio Tapajós no entorno dos grandes projetos em implantação na região do Tapajós -Hidrelétricas e Portos.
- Criar um programa de incentivo para a elaboração e/ou atualização de Planos Diretores e Zoneamentos Municipais.

Programa de Monitoramento e Controle Ambiental

Objetivos:

- Fortalecer os sistemas municipais de monitoramento do desmatamento, exploração madeireira, recursos pesqueiros e poluição das águas.
- Implantar o Batalhão de Polícia Ambiental do Oeste do Pará (BPAOP) e da Delegacia Ambiental na área de influência do Consórcio Tapajós.
- Assegurar os requisitos e recursos necessários à habilitação das secretarias municipais de meio ambiente junto à SEMA Estadual para licenciamentos ambientais de impactos locais (Políticas Municipais de Meio Ambiente, Lei de Taxas e Tarifas Ambientais, Planos Ambientais, instrumentos de Fiscalização, Instrumentos de Educação Ambiental, corpo técnico específico em consonância com a Resolução 237 do CONAMA e Resolução 079 do COEMA).
- Captar recursos para acelerar a implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR, priorizando, inicialmente, as áreas de agricultura familiar e de populações tradicionais rurais.

Eixo Fortalecimento Institucional

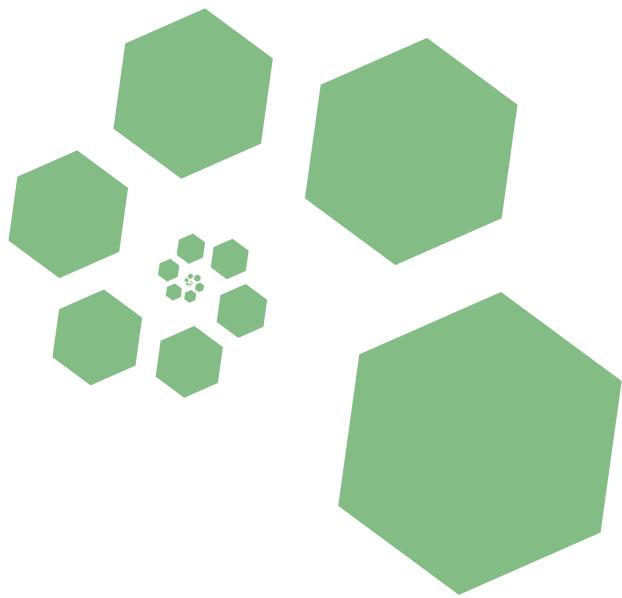
Programa de Gestão e Desenvolvimento Institucional do Consórcio

Objetivos:

- Fortalecer ações de articulação federativa.
- Elaborar e implantar o plano de comunicação do Consórcio Tapajós.
- Criar o Fórum Permanente de Diálogo entre Governos (municipais, estadual e federal), Sociedade Civil e Setor Privado na área de influência do Consórcio Tapajós.
- Promover a Formação Regional de Gestores Públicos.



As reuniões contaram com a presença de prefeitos e técnicos do Ministério. Foto: ASCOM/Consórcio Tapajós





Reunião de elaboração do PPA do Consórcio Intermunicipal da Fronteira entre prefeitos, técnicos do Ministério e sociedade. Foto: ASCOM/CIF

Plano Plurianual na Região Sul



Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF)

O Consórcio Intermunicipal da Fronteira, criado em 2009, abrange a região conhecida como “fronteira seca”, constituído pelos municípios de Barracão – PR, Bom Jesus do Sul – PR, Dionísio Cerqueira – SC, Bernardo de Irigoyen – Misiones. A área de unidade territorial do consórcio é de aproximadamente 979 km², onde vivem cerca de 44 mil habitantes.

Nessa região de fronteira, o turismo e a atividade alfandegária são as dinâmicas econômicas mais representativas. Há um porto seco com duas aduanas entre o Brasil e Argentina, entre os municípios de Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen, pela existência ali de passagens para carros e pedestres. Esse porto representa o quinto posto aduaneiro em volume de movimentação econômica entre os dois países. Há também a Aduana Integrada de Cargas – ACI-Cargas, inaugurada em 2013, por meio de investimento do Governo Federal de cerca de R\$13 milhões. Esta ACI-Cargas é a única entre o Brasil e Argentina totalmente instalada em território brasileiro e o único ponto de fronteira alfandegado do Estado de Santa Catarina.

PPA Territorial Participativo do Consórcio Intermunicipal da Fronteira

O Plano Plurianual Territorial Participativo do Consórcio Intermunicipal da Fronteira resulta do termo de compromisso firmado, em fevereiro de 2014, entre o Consórcio, o Ministério do Planejamento, Secretaria Geral e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

A elaboração deste PPA apresenta os desafios de um território formado por dois países: Brasil e Argentina e três estados: Paraná, Santa Catarina e Misiones. Foram realizadas, ao todo, 4 plenárias de participação pública e 5 reuniões de elaboração do PPA. A região demonstra o desafio de se planejar de forma integrada em uma zona de fronteira, um esforço combinado de integração regional de países do MERCOSUL, mas com identidade específica de território. Dentre os programas apontados, é possível destacar o de Comércio Exterior e o de Legislação sobre Consórcios Públícos Plurianuais/ Binacionais. Ao todo, o plano apresenta 4 eixos, 16 programas e 86 objetivos, com investimento previsto de cerca de R\$ 3,54 milhões.

Eixos e Programas

1

Eixo Infraestrutura Regional

- Programa Mobilidade Urbana
- Programa Espaços Públicos
- Programa Riscos Urbanos e Ambientais
- Programa Riscos Ambientais
- Programa Resíduos Sólidos

2

Eixo Desenvolvimento Econômico Regional

- Programa Produtivo Local
- Programa Comércio Exterior
- Programa Turismo
- Programa Agricultura

3

Eixo Acesso a Direitos

- Programa Segurança
- Programa Educação
- Programa Saúde
- Programa Habitação
- Programa Integração

4

Eixo Fortalecimento Institucional

- Programa Legislação sobre Consórcios Públicos Plurinacionais/ Binacionais
- Programa Fontes de Financiamento
- Programa Planejamento e Investimentos Plurinacionais

Tabela de investimentos (R\$,00)



2014 - 2017

1.390.000

700.000

1.100.000

350.000

3.540.000

Eixo Infraestrutura Regional

Programa Mobilidade Urbana

Objetivos:

- Realizar revitalização da área urbana integrada dos municípios CIF, garantindo acesso aos direitos dos cidadãos portadores de deficiência.
- Implantar ciclovias integradas nas principais vias públicas dos municípios.
- Implantar sistema integrado de legislação municipal de trânsito.
- Viabilizar contorno viário da área urbana dos municípios.
- Implantar Terminal Rodoviário integrado.
- Implantar sistema de transporte urbano integrado municípios CIF.

Programa Espaços Públicos

Objetivos:

- Implantar Centro Integrado de Eventos.
- Realizar campanhas integradas de conscientização para sentimento de pertencimento integrado da população.
- Ampliar espaços de lazer e esportes nos bairros e comunidades.
- Criar sistema de gestão e monitoramento integrado dos espaços públicos.
- Criar Centro Integrado das Etnias Regionais.

Programa Riscos Urbanos e Ambientais

Objetivos:

- Implantar programa regional para regularização fundiária.
- Realizar cursos de formação, capacitação e desenvolvimento em segurança ambiental.
- Implantar sistema de monitoramento integrado para controle das ocupações irregulares.
- Fomentar a Estruturação Integrada de Defesa Civil regional do CIF.
- Implantar o Sistema Integrado de saneamento básico CIF.
- Realizar campanhas educativas e de conscientização integrada de preservação ambiental.
- Implantar sistema integrado de drenagem pluvial nos municípios do CIF.
- Ampliar sistema de captação e armazenagem de água para abastecimento integrado aos municípios do CIF.

Programa Resíduos Sólidos

Objetivos:

- Estruturar e ampliar o Centro de Reciclagem Associação dos Catadores da Fronteira.
- Implantar sistema integrado de Coleta Seletiva.
- Realizar cursos de formação e capacitação integrada aos trabalhadores na Associação dos Catadores da Fronteira.
- Implantar campanhas educativas de conscientização para a reciclagem do lixo.
- Implantar Eco Ponto Integrado Regional de Coleta de Resíduos sólidos.



Zeloni sustenta a família com a coleta de recicláveis e benefícios sociais. Foto: Ubirajara Machado/MDS

Eixo Desenvolvimento Econômico Regional

Programa Produtivo Local

Objetivos:

- Implantar sistema integrado da cadeia produtiva e de consumo interno nos municípios do CIF.
- Viabilizar a implantação do sistema de inspeção integrada através do SIM e SUASA dos produtos da cadeia alimentar.
- Implantar programa de padrão de qualidade com identificação selo regional CIF.
- Realizar campanhas educativas, formação e conscientização para valorização e aquisição produto local.
- Identificar e potencializar cadeia produtiva e de consumo para produção alimentos municípios do CIF.
- Identificar e potencializar cadeia produtiva setor moveleiro regional nos municípios do CIF.
- Identificar e potencializar cadeia produtiva e de consumo do setor têxtil.
- Identificar e potencializar cadeia produtiva e de consumo do setor prestação de serviços nos municípios do CIF.
- Identificar e potencializar cadeia produtiva e de consumo setor metálico nos municípios do CIF.
- Implantar roteiro turístico integrado regional municípios do CIF.
- Viabilizar a realização de cursos de capacitação e formação para fortalecimento das cadeias produtivas nos municípios do CIF.
- Viabilizar linhas de crédito para o fortalecimento dos empreendimentos locais.
- Implantar Centro de Comercialização Regional de produtos orgânicos nos municípios do CIF.
- Estimular as parcerias dos Governos Estaduais de Santa Catarina e Paraná e Governo Federal para o fortalecimento do Produto Local regional nos municípios do CIF.
- Viabilizar a estruturação e funcionamento do Laboratório de Fronteira bromatológico e de análises.
- Viabilizar a Implantação de moeda local-produto local.

Programa Comércio Exterior

Objetivos:

- Potencializar a produção regional nos municípios do CIF para exportação.
- Viabilizar a implantação de Free Shops nas áreas urbanas dos municípios do CIF de acordo com a legislação dos *Free Shops*.
- Viabilizar o processo de industrialização de alimentos para exportação.



Separados em grupos, prefeitos e técnicos das prefeituras reuniram-se para definir prioridades de cada município. Foto: ASCOM/CIF

- Viabilizar a implantação de Grupo de Trabalho para acompanhamento e avaliação do fluxo de Importação e Exportação ACI-Cargas Dionísio Cerqueira/Bernardo Irigoyen com representação dos órgãos que atuam na ACI- Cargas e das empresas de importação e exportação, despachantes e transportadores que atuam como usuários na ACI-Cargas.
- Viabilizar e fortalecer a implantação modal ferroviário junto aos órgãos de gestão, Governo Federal e governos estaduais de Santa Catarina e Paraná.

Programa Turismo

Objetivos:

- Viabilizar a implantação do Sistema Integrado de Aduana para turistas na fronteira Brasil x Argentina.
- Elaborar plano de turismo regional integrado para os municípios do CIF.
- Viabilizar a implantação de roteiro turístico regional integrado nos municípios do CIF.
- Identificar, potencializar, fortalecer os pontos turísticos integrados nos municípios do CIF.
- Realizar cursos de formação, capacitação e desenvolvimento para áreas com foco na produção turística nos diversos segmentos.
- Viabilizar a realização de eventos, seminários, feiras regionais de integração.

Programa Agricultura

Objetivos:

- Elaborar plano regional integrado de agricultura dos municípios do CIF.
- Criar um programa regional para fortalecimento e referência da produção orgânica.
- Potencializar a cadeia produtiva diversificada para agricultura familiar regional nos municípios do CIF.
- Viabilizar a implantação do programa de formação, gestão integrada das propriedades agrícolas dos municípios do CIF.
- Viabilizar a implantação de sistema educacional integrado regional com ênfase na agricultura familiar nos municípios do CIF.

Eixo Acesso a Direitos

Programa Segurança

Objetivos:

- Viabilizar a implantação de um Núcleo de Inteligência Integrada – NIF para os municípios do CIF.
- Elaborar um plano regional integrado para melhorias na área de segurança para municípios do CIF, buscando a interação com as forças de segurança pública (Polícia Militar SC-PR/Polícia Civil SC-PR/ Polícia Federal/Receita Federal- GGI-1, GGI FronPR, Câmara Temática Segurança SC).

Programa Educação

Objetivos:

- Viabilizar a implantação de calendário escolar regional integrado nos municípios do CIF.
- Articular a ampliação de espaços de atividades de cultura, esporte e lazer regional integrado nos municípios do CIF, com foco na inclusão social.
- Realizar cursos de formação, capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento integrado aos trabalhadores na educação visando à melhoria do processo de ensino e aprendizagem nos municípios do CIF.
- Articular a ampliação e a estruturação do sistema de EPI-Escolas em Período Integral nos municípios do CIF.
- Viabilizar a implantação de Fundação Cultural Integrada para atendimento cultural integrado nos municípios do CIF.
- Articular a criação de uma política regional integrada para escolas bilíngues de fronteira.
- Assegurar a presença e o acesso à Universidade pública gratuita e de qualidade na região do CIF.
- Elaborar um plano regional integrado de educação, cultura e esporte nos municípios do CIF.
- Viabilizar a implantação de polo UAB integrado municípios do CIF.

Programa Saúde

Objetivos:

- Viabilizar a integração plena de custeio da saúde Hospital Municipal e o atendimento integrado dos municípios do CIF.
- Viabilizar a ampliação da rede de atendimento e especialidades médicas.
- Viabilizar a implantação de um centro integrado regional de diagnóstico de imagens e exames clínicos.
- Articular a realização de cursos de formação, capacitação integrada aos

trabalhadores da área de Saúde que atuam nos Serviços de Urgência e Emergência, na Atenção Básica e nas atividades de regulação.

- Elaborar plano de saúde regional integrada para atendimento aos municípios CIF.

Programa Habitação

Objetivos:

- Articular a criação de um programa integrado regional de moradia para trabalhadores formais e informais de baixa renda que pagam aluguel, com financiamento adequado ao perfil.
- Construir uma política integrada para regularização fundiária.
- Estabelecer um padrão regional integrado para a habitação de interesse social.
- Promover a construção de um plano regional integrado de habitação para os municípios do CIF.

Programa Integração

Objetivos:

- Promover a construção de um plano regional de integração para as áreas sociais.
- Articular a implantação de calendário regional unificado e integrado de eventos.



Construção de 320 unidades habitacionais. Foto: Jacksson Zanco/Brasilgov.br

Eixo Fortalecimento Institucional

Programa Legislação sobre Consórcios Públicos Plurinacionais/ Binacionais

Objetivos:

- Viabilizar e mobilizar a interação, junto aos Governos Brasil/Argentina, para regulamentação de legislação de acordos Binacional para Consórcios Públicos Binacionais.
- Viabilizar a implantação do Cartão Cidadão Fronteiriço para a população residente nos municípios integrantes do CIF.
- Viabilizar a realização de eventos integrados de capacitação e fortalecimento dos Consórcios Públicos.

Programa Fontes de Financiamento

Objetivos:

- Promover a identificação de programas e fontes financeiráveis para projetos integrados de desenvolvimento no setor público (organismos internacionais).
- Promover a criação, o desenvolvimento e a implantação de um projeto integrado de desenvolvimento com foco na política de financiamento pelo FOCEM - Fundo de Convergência do MERCOSUL.

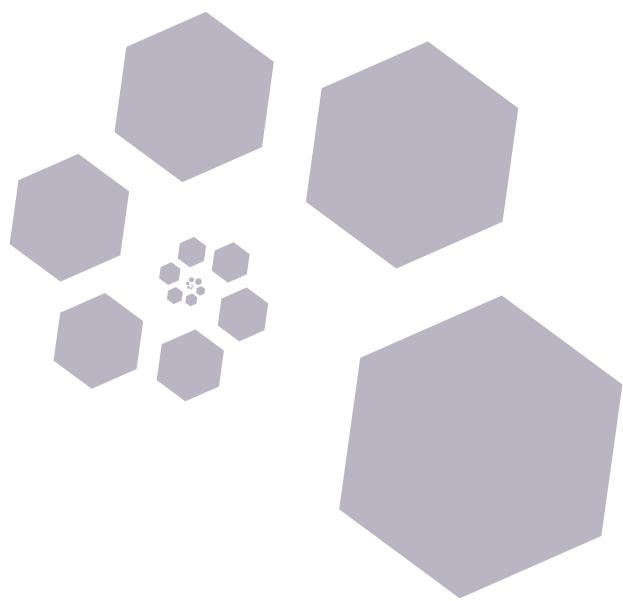
Programa Planejamento e Investimentos Plurinacionais

Objetivo:

- Viabilizar, junto aos Governos Estaduais de SC - PR e Governo Federal, a inclusão demandas integradas pelo CIF nos PPA's Estaduais e Governo Federal.
- Promover a realização de cursos de formação, capacitação integrados de acordo com práticas de planejamento e investimentos plurinacionais.
- Viabilizar a criação de legislação específica para municípios de linha de fronteira junto ao Governo Federal.



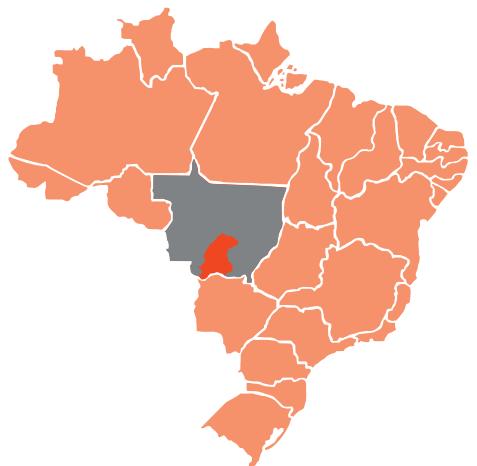
Elaboração do Plano conta com a participação da sociedade para definir as ações mais importantes para a região. Foto:ASCOM/CIF





As reuniões realizadas são uma ferramenta de diálogo entre entes federados e a sociedade.
Foto: ASCOM/Consórcio do Vale do Rio Cuiabá

Plano Plurianual na Região Centro-Oeste



**Consórcio Intermunicipal de
Desenvolvimento Econômico e
Social do Vale do Rio Cuiabá/MT**

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá

Cuiabá é cercada por três grandes biomas: a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal. Tornou-se conhecida em 1719 por ser a maior fonte de ouro encontrada no Brasil. Hoje sua maior fonte de renda vem da agricultura de hortifrutigranjeiros, indústria e comércio. O turismo também vem crescendo, por ser em uma região de variadas paisagens naturais, como a chapada dos Guimarães, além de ser um patrimônio histórico importante.

Criado em 28 de julho de 2005, o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Cuiabá é composto por 13 municípios: Acorizal, Barão Melgaço, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande. A área total de cobertura do Consórcio é de 75 mil km² e conta com, aproximadamente, 982 mil habitantes.

PPA Territorial Participativo do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá

O Plano Plurianual Territorial Participativo do Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Cuiabá resulta do termo de compromisso firmado, em fevereiro de 2014, entre o Consórcio, o Ministério do Planejamento, Secretaria Geral e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

O Plano Plurianual da região do Vale do Rio Cuiabá conta com 5 eixos, 9 programas e 34 ações, que representam investimentos estimados em cerca de R\$ 44,38 milhões. Foram realizadas 5 oficinas de elaboração do PPA. Ocorreram, ainda, 3 audiências públicas com a participação da população e 1 reunião de trabalho com os prefeitos dos municípios. No atual cenário de expansão da atividade econômica no estado, torna-se uma oportunidade o planejamento da Região do Vale do Rio Cuiabá, aliado aos planos de desenvolvimento local.

Eixos e Programas

1

Eixo Uso e Conservação Recursos Naturais

- Programa Gestão Ambiental
- Programa Saneamento Ambiental

2

Eixo Infraestrutura Logística Regional, Urbana e Rural

- Programa Transportes Regionais

3

Eixo Desenvolvimento Regional Sustentável

- Programa Desenvolvimento Econômico Territorial
- Programa Regularização Fundiária Urbana e Rural
- Programa Promoção do Turismo e Cultura Regional

4

Eixo Governança e Gestão Regional

- Programa Planejamento e Desenvolvimento Regional
- Programa Modernização da Gestão Municipal

5

Eixo Desenvolvimento Social

- Programa Desenvolvimento Social

Tabela de investimentos (R\$,00)

1

Uso Sustentável dos Recursos Naturais

2

Infraestrutura Logística Regional, Urbana e Rural

3

Desenvolvimento Regional Sustentável

4

Governança e Gestão Regional

5

Desenvolvimento Social

Totais

2014 - 2017

23.400.000

11.200.000

8.750.000

630.000

400.000

44.380.000

1

Eixo Uso e Conservação Recursos Naturais

Programa Gestão Ambiental

Objetivos:

- Promover a operacionalização das ações de gestão das bacias hidrográficas, a descentralização da fiscalização, o licenciamento ambiental e implementação do CAR, e a educação ambiental.
- Implementar a capacitação das equipes municipais e regional em Gestão Ambiental.
- Promover a Elaboração da Agenda 21 regional.

Programa Saneamento Ambiental

Objetivos:

- Promover a Elaboração de Planos e Projetos Municipais de Saneamento.
- Promover a Elaboração dos Planos e Projetos Municipais de Resíduos Sólidos.
- Viabilizar a Implantação de Aterros Sanitários Regionais Municipais.
- Viabilizar a Implantação de Sistemas de Saneamento Rural.
- Viabilizar a Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitários.

2

Eixo Infraestrutura Logística Regional , Urbana e Rural

Programa Transportes Regionais

Objetivos:

- Promover a organização e implementação de Patrulhas Mecanizadas Regionais.
- Promover a elaboração do Plano Regional de Mobilidade Urbana.
- Promover a implantação da Usina de Asfalto Regional.

3

Eixo Desenvolvimento Regional Sustentável

Programa Desenvolvimento Econômico Territorial

Objetivos:

- Promover a realização de estudos Básicos e Planos de Adensamento das Cadeias e Arranjos Produtivos Regionais.
- Promover o Marketing Regional.
- Estruturar e operacionalizar o Sistema de Inspeção Regional.



Programa de aquisição de alimentos compra alimentos diretamente da agricultura familiar, estimulando a produção. Foto: Ana Nascimento/MDS

- Fortalecer a Agricultura Familiar.
- Estruturar os Centros de Pesquisa Regional.
- Implantar o Sistema de Irrigação da Usina de Manso.
- Apoiar a pequena e a média empresa urbana.

Programa Regularização Fundiária Urbana e Rural

Objetivos:

- Promover a realização do Diagnóstico da Situação Fundiária Regional.
- Implantar o Cadastro Multifinalístico da área urbana.
- Implantar a titulação Fundiária Urbana.
- Implantar a titulação Fundiária Rural

Programa Promoção do Turismo e Cultura Regional

Objetivos:

- Promover a realização de estudos e divulgação de rotas turísticas regionais.
- Implantar um Centro de Turismo, Cultura e Eventos.
- Melhorar a infraestrutura Turística Urbana.

Eixo Governança e Gestão Regional

Programa Planejamento e Desenvolvimento Regional

Objetivos:

- Viabilizar a estruturação técnica e administrativa do Consórcio VRC.
- Promover a elaboração, revisão e gestão do Plano Estratégico Regional.
- Viabilizar cursos de capacitação em Gestão e Desenvolvimento Territorial .
- Implantar o Observatório de Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Cuiabá.

Programa Modernização da Gestão Municipal

Objetivo:

- Promover a implantação de um projeto regional de Modernização da Gestão Pública.

Eixo Desenvolvimento social

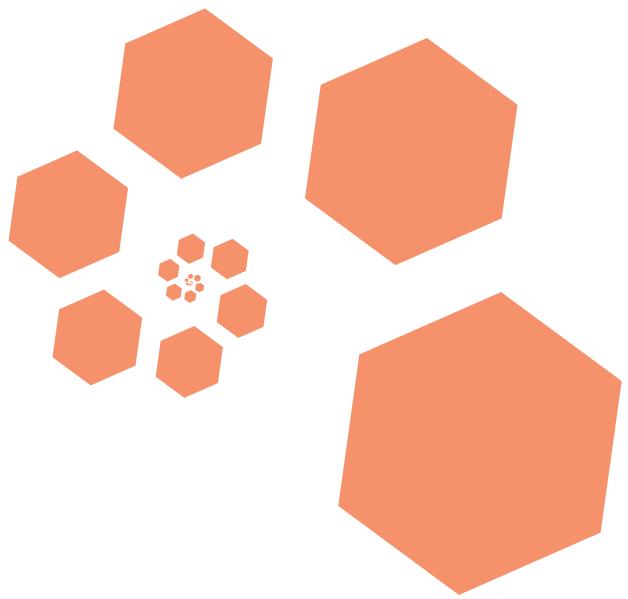
Programa Desenvolvimento Social

Objetivos:

- Promover a implantação do Núcleo Regional dos Objetivos do Milênio.
- Promover a ampliação do projeto Educação no Campo.
- Apoiar a estruturação das ações de Combate às Drogas.
- Promover a construção de Hospitais Regionais.



Audiência pública realizada em parceria com o Ministério do Planejamento e o Consórcio do Vale do Rio Cuiabá em Rosário no Mato Grosso. Foto: ASCOM/ Consórcio do Vale do Rio Cuiabá





Cisternas garantem acesso à água as famílias do semiárido. Foto: Ana Nascimento/MDS

Plano Plurianual na Região Nordeste



Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Bacia do Jacuípe

O Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território da Bacia do Jacuípe fundado em 2011, abrange 14 municípios baianos: Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, Serra Preta, Vázea da Roça, Vázea do Poço, Serrolândia e Capim Grosso. Sua área de unidade territorial é de 11 mil km², com mais de 276.312 habitantes na região, estando o território localizado na região do Semiárido baiano, que impõe diversos desafios para a gestão dos municípios. O elemento participativo do PPA é destaque, uma vez que o território já realiza atividades de planejamento com participação popular, desde 2009, quando realizou a primeira experiência de participação da população na construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS. A região conta com o Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Jacuípe (CODES), apoiado por entidades da sociedade civil e do poder público na gestão do território.

PPA Territorial Participativo da Bacia do Jacuípe

A partir da assinatura do termo de compromisso firmado, em fevereiro de 2014, entre o Ministério do Planejamento, Secretaria Geral e a Secretaria de Relações institucionais de Presidência da República e os demais consórcios participantes que deu início as ações e elaboração do PPA do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Bacia do Jauípe.

O PPA da Bacia de Jacuípe apresenta 3 eixos, 13 programas e 63 objetivos, representando cerca de R\$ 161,42 milhões. Nos meses de junho e julho, foram realizadas duas reuniões plenárias com participação de autoridades locais, consultas públicas presenciais e virtuais, bem como uma oficina de elaboração do PPA.

Eixos e Programas

1

Eixo Inclusão Social e Afirmação de Direitos

- Programa Mais Educação
- Programa Mais Saúde
- Programa Proteção Social
- Programa Oportunidade Para Todos
- Programa Mais Esporte
- Programa Promoção da Igualdade

2

Eixo Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento

- Programa Desenvolvimento com Sustentabilidade
- Programa Interiorização do Desenvolvimento
- Programa Cultura Viva
- Programa Integração Territorial
- Programa Viver Melhor
- Programa Sustentabilidade Ambiental

3

Eixo Gestão Democrática do Estado

- Programa Gestão Consorciada e Participativa

Tabela de investimentos (R\$,00)

1

Inclusão Social e Afirmação de Direitos

2

Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento

3

Gestão Democrática do Estado

Totais

2014 - 2017

117.347.496

40.571.964

3.501.960

161.421.420

Eixo Inclusão Social e Afirmação de Direitos

Programa Mais Educação

Objetivos:

- Fomentar a Implantação da Universidade Federal do Nordeste a benefício dos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe, Nordeste II, Litoral Norte e Agreste.
- Fomentar a implantação e manutenção de escolas técnicas EFAs e CETEPs em convênios com Instituições de Ensino Superior.
- Promover a implantação de Programa de Formação Continuada de Professores para fortalecimento da educação contextualizada.
- Implantar Programa de Formação de Professores.
- Promover o desenvolvimento de Semanas Pedagógicas.

Programa Mais Saúde

Objetivos:

- Apoiar a Incorporação de hospitais regionais dos Territórios à Rede Estadual.
- Apoiar a criação da maternidade territorial.
- Promover a gestão consorciada do SAMU.

Programa Proteção Social

Objetivos:

- Implantar a gestão do programa de saneamento rural.
- Promover a inclusão produtiva de famílias beneficiárias do Programa Fome Zero/ CadÚnico.
- Promover o desenvolvimento do programa de habitação de interesse social no âmbito do Território em parceria com os Governos Estadual e Federal.
- Articular a universalização dos Programas de Primeira e Segunda Água.
- Viabilizar a criação de planos diretores urbanos.
- Viabilizar a criação de planos diretores rurais.
- Implantar o Plano de Gestão do Saneamento Básico.
- Implantar a gestão consorciada dos aterros sanitários.
- Implantar o CREAS.
- Apoiar a construção ou a manutenção da Casa de Passagem
- Viabilizar, em parceria com o Estado, a implantação de Rede Regional de Atendimento da Proteção Especial.

Programa Oportunidade para Todos

Objetivos:

- Promover a inclusão sócio-produtiva para mulheres urbanas e rurais no Território Bacia do Jacuípe.
- Propor a elaboração, captação e execução de projetos de qualificação e geração de renda.
- Promover a implantação, a ampliação e a recuperação de infraestrutura social de apoio à produção e à inclusão sócio-produtiva.
- Incentivar a aquisição e distribuição de insumos e equipamentos.

Programa Mais Esporte

Objetivos:

- Vиabilizar a realização da Copa Jacuípe de Seleção e Categoria de Base.
- Fomentar a realização das Olimpíadas Territoriais.
- Fomentar a melhoria da infraestrutura de esporte e lazer.

Programa Promoção da Igualdade

Objetivos:

- Criar a política de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres com a criação do Centro Territorial de Referência da Mulher.
- Estabelecer parceria com órgãos estaduais, federais e sociedade civil para o desenvolvimento de políticas públicas de promoção a igualdade de gênero, racial e etnia.



Participação social na plenária de elaboração do Plano Plurianual da Bacia do Jacuípe.
Foto: ASCOM/Consórcio da Bacia do Jacuípe

Eixo Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento

Programa Desenvolvimento com Sustentabilidade

Objetivos:

- Promover a atração de indústrias de laticínios para beneficiar o leite produzido no território.
- Promover a atração de agroindústria para beneficiamento da carne produzida no território (bovino, caprino, ovino, suíno e aves).
- Fomentar a política de reforma agrária no território via INCRA e Crédito Fundiário.
- Apoiar a política de regularização fundiária.
- Implementar o sistema de inspeção de produtos de origem animal SIM/Suasa.
- Viabilizar a construção de barragens de médio e grande porte para armazenamento de água da chuva como estratégia de convivência com o semiárido.
- Apoiar a Transposição: interligação do Rio São Francisco ao Rio Jacuípe.

Programa Interiorização do Desenvolvimento

Objetivos:

- Defender a Interiorização de Política Industrial do Estado, sugerindo a criação de polos industriais e zonas de isenção fiscal em áreas estratégicas dos territórios.
- Fomentar o crédito para o financiamento da indústria e comércio do semiárido.
- Fomentar o programa de fundo rotativo de apoio à economia solidária.
- Apoiar Programas de Fortalecimento do associativismo e cooperativismo.

Programa Cultura Viva

Objetivos:

- Promover a implantação de Centro de Cultura Itinerante do Território da Bacia do Jacuípe.
- Promover a realização anual da Feira Territorial de Cultura de caráter itinerante, valorizando as várias ações culturais existentes no Território nas linguagens teatro, dança música e literatura.
- Implantar um Centro Técnico Territorial de Capacitação de Agentes e Produtores Culturais.
- Promover a realização de festivais de música popular no âmbito do território.



Uma das pessoas a receber as chaves da nova residência pelo Programa Minha Casa Minha Vida.
Foto: ASCOM/MP

Programa Integração Territorial

Objetivos:

- Viabilizar a construção, ampliação, recuperação, manutenção e conservação das estradas estaduais, intermunicipais e vicinais.
- Promover a manutenção de Estradas Vicinais / Cascalhamento.
- Viabilizar a implantação de programas de passagens molhadas.
- Promover a construção de pontes e bueiros.

Programa Viver Melhor

Objetivos:

- Incentivar a participação em programas estaduais e federais de planejamento e de desenvolvimento urbano.
- Incentivar a participação em programas de mobilidade urbana.
- Viabilizar a pavimentação de praças e ruas.
- Promover a revitalização de praças e ruas.
- Apoiar os programas habitacionais.

Programa Sustentabilidade Ambiental

Objetivos:

- Fomentar a política de recuperação do bioma caatinga e combate à desertificação.
- Viabilizar, de forma regionalizada, o licenciamento ambiental para atender empreendimentos da economia familiar.
- Apoiar a revitalização dos rios do território.
- Fomentar o estudo de viabilidade de interligação do Rio São Francisco/ Jacuípe ao Rio do Peixe.
- Implantar, em parceria com o Estado, o Programa de Regularização Ambiental das Propriedades Rurais.
- Incentivar a criação de Programa Territorial de Educação Ambiental.

3

Eixo Gestão Democrática Do Estado

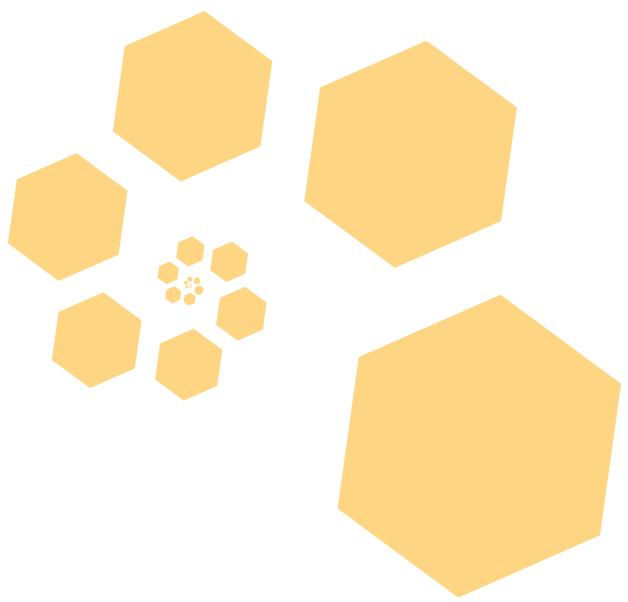
Programa Gestão Consorciada Participativa

Objetivos:

- Implantar sistema de planejamento, orçamento e gestão do Consórcio Jacuípe.
- Promover a articulação federativa entre os municípios, estado e união.
- Incentivar a articulação com a sociedade civil por meio das suas organizações representativas.



Durante as plenárias, explicou-se o Plano Plurianual, em seguida foi iniciado o processo de elaboração do plano.
Foto:ASCOM/Consórcio da Bacia do Jacuípe





Reunião entre o Consórcio, sociedade e o MP para elaboração do PPA CONISUD.
Foto: Assessoria do Consórcio CONISUD

Plano Plurianual na Região Sudeste



Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (CONISUD)

Criado em 2001, o Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (CONISUD) é formado por 8 municípios: Embu das artes, Embu Guaçu, Itapecerica da Serra, Taboão da Serra, Cotia, Vargem Grande Paulista, Juquitiba e São Lourenço. A área abrangida pelo consórcio tem 1.373 km², com mais de 90% do território em Área de Proteção de Mananciais. Possui cerca de 1 milhão de habitantes, representando PIB anual de aproximadamente de R\$ 20 bilhões em 2010. Na região, estão presentes dezenas de empresas exportadoras dos mais diversos bens e serviços.

Foram implantadas, no âmbito do Consórcio, 9 Câmaras Técnicas para estruturar o planejamento e gestão de cada um dos temas: Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Assistência Social, Mobilidade Urbana, Segurança, Drenagem e Resíduos sólidos, Habitação e Desenvolvimento Socioeconômico.

PPA Territorial Participativo do Consórcio intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo

O Plano Plurianual Territorial Participativo do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo resulta do termo de compromisso firmado, em fevereiro de 2014, entre o Consórcio, o Ministério do Planejamento, Secretaria Geral e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

O processo de elaboração do PPA contou com 2 audiências regionais, 3 plenárias participativas e 27 reuniões temáticas. Além disso, foi realizado 1 fórum para capacitação dos participantes e, ainda, recebidas contribuições virtualmente para compor o documento. Ao todo, o PPA apresenta 4 eixos, 33 programas e 76 objetivos, que representam investimentos estimados em 2,816 bilhões até 2017 na região. Destaca-se o Programa de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, devido à alta incidência de inundações e deslizamentos na área compreendida pelos municípios. Nota-se, ainda, um Programa voltado para Política Externa, visando ao desenvolvimento das atividades de promoção comercial e prospecção de mercado.

Eixos e Programas

1

Eixo Políticas Sociais

- Programa Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Programa Educação Básica
- Programa Educação Superior
- Programa Esportes e Grandes Eventos Esportivos
- Programa Cultura: Preservação, Promoção e Acesso
- Programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
- Programa Segurança Pública com Cidadania
- Programa Política para as Mulheres
- Programa Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- Programa Trabalho Emprego e Renda
- Programa Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
- Programa Autonomia e Emancipação da Juventude
- Programa Segurança Alimentar e Nutricional
- Programa Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS
- Programa Gestão de Riscos e Respostas a Desastres
- Programa Segurança Pública com Cidadania

2

Eixo Políticas de Infraestrutura

- Programa Mobilidade Urbana e Trânsito
- Programa Moradia Digna
- Programa Planejamento Urbano
- Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres
- Programa Oferta de Água
- Programa Saneamento Básico
- Programa Resíduos Sólidos
- Programa Comunicações

3

Eixo Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

- Programa Licenciamento e Qualidade Ambiental
- Programa Biodiversidade
- Programa Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização
- Programa Agricultura Familiar
- Programa de Incentivo ao Turismo

4

Eixo Território e Gestão

- Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
- Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária
- Programa Política Externa

Tabela de investimentos (R\$,00)



2014 - 2017

646.722.340

2.108.720.000

43.730.000

17.000.000

2.816.172.340

Eixo Políticas Sociais

Programa Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Objetivos:

- Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado na atenção básica e à atenção especializada.
- Reduzir os riscos e agravos à saúde da população com ações de promoção e vigilância em saúde.
- Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança com a estruturação da Rede Cegonha.
- Aprimorar a rede de urgência e emergência em articulação com as outras redes de atenção.
- Implementar a rede de saúde mental, especialmente no enfrentamento à dependência de crack e outras drogas.
- Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação e valorização do trabalho dos profissionais de saúde.
- Implementar novo modelo de gestão para a área de saúde visando à garantia do acesso e à gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Programa Educação Básica

Objetivos:

- Regionalizar calendário escolar, divulgar atividades e data-base de ingresso de estudantes.
- Definir salários regionalmente (piso e carga horária regional).
- Implantar regionalmente o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).
- Redimensionar a construção de escolas estaduais para atender a demanda da rede estadual de ensino.
- Implantar um Centro Regional de Estudos e Formação para os Profissionais da Educação.
- Articular a ampliação e a reforma das escolas municipalizadas, considerando o Ensino Fundamental de nove anos e a obrigatoriedade do atendimento das crianças a partir de quatro anos de idade.
- Estruturar temas relacionados à Conferência Nacional de Educação (CONAE) e ao Plano Municipal de Educação (PME).
- Implantar a educação ambiental na grade curricular.
- Garantir a gestão democrática no âmbito da legislação nacional, estadual e municipal.



Com o Programa Bolsa Família, mais crianças permanecem nas escolas. Foto: Ana Nascimento/MDS

Programa Educação Superior

Objetivos:

- Consolidar a primeira e a segunda etapas da implantação do campus de graduação da UNIFESP em Embu das Artes.
- Implantar um polo de extensão da UNIFESP em cada município do CONISUD.

Programa Esportes e Grandes Eventos Esportivos

Objetivos:

- Investir em academias públicas e apoiar as praças esportivas existentes.
- Construir um Centro Olímpico Regional.
- Criar agenda regional para eventos esportivos.
- Implantar sistema público e gratuito de acesso à internet de banda larga.

Programa Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Objetivos:

- Promover a manutenção e a ampliação de atendimento nos espaços culturais.
- Criar polos regionais de cultura.
- Criar agenda regional para eventos culturais.
- Criar um sistema público e gratuito de acesso à internet de banda larga.
- Criar uma escola de artes regional.
- Promover cursos voltados à cultura.

Programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Objetivo:

- Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

Programa Segurança Pública com Cidadania

Objetivo:

- Garantir as condições de aplicação de penas alternativas.

Programa Política para as Mulheres

Objetivo:

- Acolher as mulheres vítimas de violência e sua família.

Programa Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Objetivo:

- Promover a convivência das pessoas com deficiência.

Programa Trabalho Emprego e Renda

Objetivos:

- Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda.
- Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mercado.

Programa Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

Objetivos:

- Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e seu funcionamento.

Programa Autonomia e Emancipação da Juventude

Objetivos:

- Elaborar políticas públicas de juventude por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Programa Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivo:

- Implantar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão.

Programa Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Objetivos:

- Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação, assim como organizar e coordenar a vigilância social para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos.

Programa Gestão de Riscos e Respostas a Desastres

Objetivo:

- Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre.

Programa Segurança Pública com Cidadania

Objetivo:

- Promover a segurança e a integridade dos cidadãos por meio do combate à violência e do desenvolvimento da cultura de paz.

Eixo Políticas de Infraestrutura

Programa Mobilidade Urbana e Trânsito

Objetivos:

- Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos.
- Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo.
- Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego.
- Expandir o sistema viário estrutural.

Programa Moradia Digna

Objetivos:

- Ampliar, por meio de produção, aquisição ou melhoria, o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.
- Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários.
- Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e Intersetorial, participação e controle social.
- Contribuir para a elevação de qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais e para a sustentabilidade social dos empreendimentos e articulação com as demais políticas públicas.
- Facilitar o licenciamento ambiental de empreendimentos de interesse social na região para que seja ampliado o número de empreendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS) na região.

Programa Planejamento Urbano

Objetivos:

- Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastre

Objetivos:

- Reduzir a ocorrência de enchentes na região.
- Expandir o mapeamento de áreas de risco, com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Programa Oferta de Água

Objetivos:

- Ampliar a oferta de água para a região.

Programa Saneamento Básico

Objetivos:

- Melhorar o sistema de esgoto e água.

Programa Resíduos Sólidos

Objetivos:

- Implantar a gestão sustentável de resíduos sólidos.



Habitações construídas para melhorar a condição de vida da população de baixa renda. Foto: SECOM/PMJ

Programa Comunicações

Objetivos:

- Criar rádios e TVs regionais educativas.
- Buscar a modernização da gestão, a ampliação do acesso aos serviços públicos e a promoção do desenvolvimento dos municípios da região, com a expansão da rede de fibra ótica de telecomunicações a disponibilização de aplicativos de governo eletrônico e a implantação de sistema público e gratuito de acesso à internet de banda larga, por meio do Programa Cidades Digitais.



Participaram das plenárias os prefeitos de cada município do Consórcio.

Foto: ASCOM/Consórcio do CONISUD

3

Eixo Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

Programa Licenciamento e Qualidade Ambiental

Objetivo:

- Promover e aperfeiçoar o licenciamento e a avaliação ambiental regional.

Programa Biodiversidade

Objetivo:

- Promover o uso sustentável da biodiversidade, por meio da valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Programa Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Objetivos:

- Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção.
- Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis.

Programa Agricultura Familiar

Objetivos:

- Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.
- Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.
- Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e de extensão rural e de inovação tecnológica de forma continuada e permanente para os produtores agropecuários.

Programa de Incentivo ao Turismo

Objetivos:

- Ampliar e melhorar a infraestrutura dos serviços turísticos e da mobilidade da região.
- Promover a qualificação do Trade Turístico.
- Promover o Desenvolvimento Regional do Turismo.

Eixo Território e Gestão

Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Objetivos:

- Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira regional, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.
- Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.
- Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.
- Ampliar o diálogo, a transparéncia e a participação social no âmbito da Administração Pública, promovendo maior interação entre o Estado e sociedade.

Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

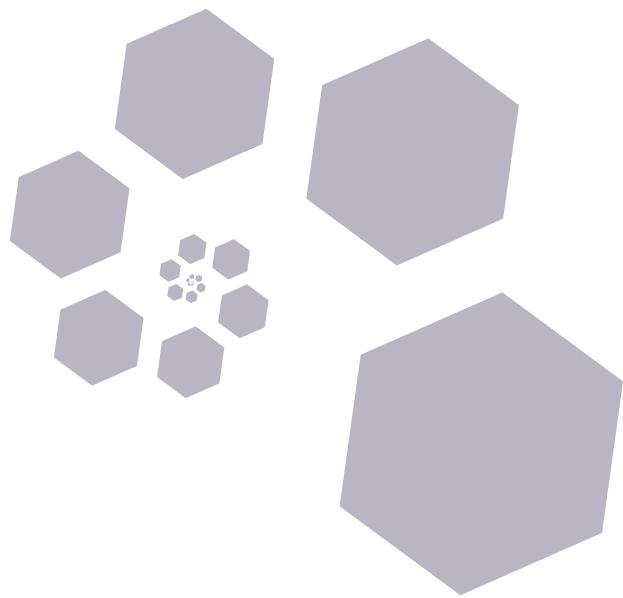
Objetivos:

- Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e para a ocupação racional do território.
- Institucionalizar e fortalecer a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais.
- Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.
- Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.

Programa Política Externa

Objetivo:

- Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e de prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.



Conclusão



Os PPAs Territoriais Participativos são elementos concretos de fortalecimento do planejamento do Brasil, impulsionados pelo Governo Federal, mas que refletem unicamente uma dinâmica institucional de planejamento calcada numa identidade territorial específica. O Planejamento nacional precisa não apenas reconhecer, mas incorporar a enorme diversidade brasileira para a construção de uma estratégia de desenvolvimento efetivamente nacional.

Essa dinâmica ainda possibilita a ampliação dos espaços de participação social no Estado. Além de ser uma demanda da sociedade, trata-se da consolidação de uma capacidade estatal de construir políticas públicas mais sólidas voltadas ao atendimento das necessidades dos cidadãos. E é no território, onde as pessoas moram, onde têm sua vida social e política, que o elemento de participação pode ganhar mais vitalidade.

O Ministério do Planejamento acredita que, por meio da elaboração de PPAs Territoriais Participativos e das Agendas de Desenvolvimento Territorial, contribui-se, sensivelmente, para a estruturação de um planejamento integrado aos demais entes federados, convertendo-se em ferramenta prática de ampliação dos espaços de cooperação federativa. Ainda, tem o potencial de envolvimento do poder legislativo, fundamental na construção do planejamento num ambiente democrático e ator relevante na promoção de ações para o desenvolvimento das regiões.

O horizonte é a constituição de um Sistema Nacional de Planejamento, baseado nos princípios da articulação federativa, da participação social e da democracia. São as bases que nos permitem mirar o longo prazo e construir as capacidades de implementação das políticas públicas no presente, de modo que o futuro deixe de ser apenas um sonho, mas passe a ser o motor que motiva a ação imediata.



Famílias devem avisar mudanças de escolas dos filhos para manutenção do benefício do Bolsa Família.
Foto: Ana Nascimento/MDS



Com inclusão no cadastro único famílias podem ter acesso a programas sociais. Foto: Ana Nascimento/MDS



Maxwill Oliveira é um dos formandos do curso de espanhol do pronatec Brasil sem miséria. Foto: Ubirajara Machado.



SPI/Ministério do Planejamento